

Língua e Literatura

Número Comemorativo



Língua e Literatura

REVISTA DOS DEPARTAMENTOS DE LETRAS DA FACULDADE DE
FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Número Comemorativo

Língua e Lit.	São Paulo	Ano X	v. 10-13	p. 1 - 192	1981-4
---------------	-----------	-------	----------	------------	--------

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: — José Goldemberg

Vice-Reitor: — André Ricciardi Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: — João Baptista Borges Pereira

Vice-Diretor: — João Paulo Gomes Monteiro

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: José Cavalcante de Souza

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA E LÍNGUAS ORIENTAIS

Chefe: Carlos Drumond

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

Chefe: Leyla Perrone Moisés

LÍNGUA E LITERATURA

Comissão Editorial:

José Carlos Garbuglio

Leyla Perrone Moisés

Walnice Nogueira Galvão

ÍNDICE

DEPOIMENTOS

<i>Paul Arbousse-Bastide</i>	7
<i>Mário Schemberg</i>	35
<i>Candido Silva Dias</i>	60
<i>Florestan Fernandes</i>	75
<i>Antonio Candido de Mello e Souza</i>	115
<i>Ruy Coelho</i>	121
<i>Gilda de Mello e Souza</i>	134
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	158
<i>Michel Butor</i>	180

ARTIGOS

PAUL ARBOUSSE-BASTIDE(*)

P — Como o sr entrou em contato com o Brasil?

P.A. B. — Eu me lembro perfeitamente da primeira vez que entrei em contato com o Brasil. Não foi bem um contato direto, mas um contato de imaginação. Acontece que conheci muito bem um ilustre professor francês, e médico também, professor de Psicologia, o Prof. Georges Dumaas. Aquele professor já conhecia o Brasil, para onde costumava viajar no intuito de organizar ou facilitar a instalação e implantação de um colégio francês no bloco brasileiro. Era nos arredores de 1920. 22,23. Ele falava no Brasil como de uma terra tão simpática, uma terra de tantos amigos dos franceses e da cultura francesa, que eu sonhava um pouco com o Brasil, através de suas palavras animadoras. Eu estava estudando na Sorbonne e sabia que esse professor, de vez em quando, voltava para o Brasil. Disse a ele: se por acaso qualquer oportunidade aparecer, gostaria muito, também, de conhecer o Brasil. Mas ele me perguntou: por que voce quer conhecer o Brasil? Eu respondi: o professor me falou de uma maneira tão simpática do Brasil, dos brasileiros, que isso despertou em mim um grande interesse por essa terra. Mas também porque aqui, na França, na Europa, as coisas continuam sem muita novidade. Gostaria de ver uma terra onde as coisas estão se fazendo, se movimentando, para ser testemunha de algo que está crescendo, surgindo. Terminei minha formação na Sorbonne, obtive o título necessário para ser professor. A minha especialidade era Filosofia, e Psicologia também. Um dia, ele me mandou um telegrama,

(*) — Entrevistado por Antônio Marcos de Almeida, assessor de imprensa da Prefeitura da USP.

dizendo para eu vir para São Paulo dali a uns dois ou três meses. Aí eu pensei: Para que? já estava casado, já tinha um filho.

P — Isso em que ano foi, professor?

P.A. B. — 1933 para 1934. Pensei um pouco, fui pensando no projeto, então concordei. Consultei minha senhora, viajei. Assim que cheguei ao Brasil, perguntei: do que se trata? Trata-se de implantar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Eu devia ficar aqui por três anos. Consultei minha senhora, que tinha de ficar na França por causa de seus pais idosos. Ela disse: Ficar lá três anos! vai ser um pouco duro para nós/ mas. / Sim, porque não? mas prometa me escrever contando tudo o que você estiver fazendo. Eu escrevi, cada semana uma carta. Foi o que aconteceu. A nossa aventura começou assim. Cheguei aqui com oito ou nove colegas franceses.

P — Todos vieram para fundar a Faculdade de Filosofia?

P.A. B. — É, exatamente.

P — Na época, o sr tinha quantos anos?

P.A. B. — 34 anos.

P — Quando o sr chegou aqui, como o sr viu o ambiente cultural em São Paulo, quer dizer, o que existia neste campo aqui na cidade de São Paulo? Qual era o ambiente cultural? Era um ambiente propício à criação desta Faculdade? Existia interesse, por exemplo, dos industriais, para começar a produzir alguma coisa em benefício próprio?

P.A. B. — Havia grande interesse, mas não posso dizer que fosse um interesse de industriais.

P — De onde partiu esse interesse?

P.A. B. — Partiu de um grupo de intelectuais, daqueles intelectuais paulistas que eram organizadores e participantes da famosa Semana de Arte Moderna de 22, e principalmente, de um grupo importantíssimo, o grupo do Partido Constitucionalista, depois da revolução de 32. Esse grupo era bem incorporado no grande jornal *O Estado de S. Paulo*, dirigido por Julio Mes-

quita Filho. E atrás dele, Armando de Salles Oliveira, que era seu cunhado. Além disso, existia um público muito importante, não só de intelectuais, mas de gente de classe média e classe mais abastada, mais alta.

P — Já existia classe média naquela época, professor?

P.A. B. — Muito boa pergunta: não. De modo que devo retificar minha resposta. Não. Na verdade, não existia.

P — É, porque pela história, a gente sabe que o Senhor chegou logo depois da revolução de 32. Eu acho que o ambiente devia inclusive estar ainda um pouco conturbado, não?

P.A. B. — Muito.

P — O que a gente sabe, o que a gente lê é que havia as grandes famílias, que tinham grandes posses, as plantações de café e as grandes fazendas. E parece que a industrialização ainda não existia. Então não sei se a classe média teria algum espaço para sobreviver.

P.A. B. — A sua pergunta é perfeitamente pertinente. Falei da classe média, mas ainda não era uma classe média de fato. Ela começava a manifestar-se, uma classe que não era a aristocracia, mas também não era o povão. Uma classe que desejava subir, adquirir uma cultura mais alta, mais clara. Essa classe, que é a futura classe média, era de gente já formada em Direito, estudantes de Medicina, ou mesmo sem formação. Compreendiam o francês muito bem. Não falavam muito bem, mas dava para entender o francês, perfeitamente. As primeiras conferências que nós realizamos foram na sala da Geografia, na Rua Benjamim Constant, perto do Largo São Francisco. Acho que essas salas ainda estão lá. A sala estava cheia de um público que entendia muito bem o francês, que não eram necessariamente altos intelectuais, mas que era a futura classe média e que tinham um conhecimento extraordinário, uma prática de ler e ouvir o francês, um desejo muito grande. Claro que nenhum de nós falava português. Por isso

éramos obrigados a dar essas conferências em francês.

P — Professor, quantos eram os professores nessa primeira leva, dos que vieram com o sr ?

P.A. - B. — Uns oito. É bom conhecer cada um, caracterizar cada um porque a composição desta primeira turma era bem original.

P — Pelo tipo de formação de cada um?

P.A. B. — Ninguém sabia do que se tratava, a não ser um deles que já conhecia o Brasil. A composição dos primeiros participantes da Faculdade de Filosofia se distribuía entre os franceses, os italianos que chegaram um pouco depois e os alemães. Os franceses ocupavam as cadeiras que se pode chamar de humanidades, cadeiras de literatura francesa, história, sociologia e também de latim, de grego, literatura portuguesa e geografia: nada de ciência pura. Os italianos e os alemães ocupavam as de física, química, biologia, ciências naturais, mineralogia, estatística e matemática.

P — Então, na época, pelo que eu entendi, houve um convite para três países, quer dizer, para França, Itália e Alemanha somente, ou teve mais algum país que também recebeu convite?

P.A. - B. — Não houve convite.

P — Ou houve a iniciativa da França, da Itália e da Alemanha?

P.A. B. — Não, não, a iniciativa partiu do país. Não houve oferta, a iniciativa veio do Brasil.

P — Agora eu pergunto porque São Paulo e não o Rio?

P.A. B. — Ah! boa pergunta. É porque São Paulo acabava de sair da revolução de 32, acabara de sair mal, isso era nítido em São Paulo. Que tinha confiança em sua força, ainda não industrial, mas era uma capacidade econômica e que afinal de contas foi obrigado a se conformar, pelo golpe de Getúlio, com a centra-

lização. Esta revolução de 32 foi uma revolução constitucionalista, é verdade, mas federalista, do estado contra uma centralização demasiadamente esmagadora. Ah! autonomia, se não autonomia, mas liberdade para cada um. Então São Paulo continuava a acreditar em si mesmo, isto vai ser a demonstração do que podemos ser, fazer, pensar e conceitualizar. E também um certo. um bom exame de consciência. Por que isso aconteceu à locomotiva do Brasil? O paulista tinha muito orgulho. Por que isso aconteceu? Na verdade, ou por falta de preparo intelectual profundo. — não vamos dizer da classe média?

P — Eram muito elitistas.

P.A. B. — Era isso mesmo que eu não queria pronunciar, porque tem uma conotação pejorativa. Quer dizer, que São Paulo tivesse condições de oferecer uma cultura forte, bem estruturada e com a coragem de começar com elementos novos.

P — A única parte da população que tinha alguma cultura, era uma elite que tinha condições de ir para fora, quer dizer, o país não tinha o que oferecer para aqueles que não tinham condições de sair. Então quer dizer que esse convite, não foi o próprio Brasil que fez a estes países? Partiu de São Paulo e não do governo federal?

P.A. B. — Nitidamente. Não vou dizer que foi contra o governo federal. Mas foi uma manifestação de expressão, de auto-afirmação. E não conseguíamos entender bem, quando da nossa chegada. Pouco a pouco descobrimos que éramos muito mais que uma missão cultural, era uma oportunidade dada a nós na medida em que estávamos dispostos a aproveitar esta oportunidade única de compartilhar uma experiência de vida política e social dos paulistas. E isso nos empolgou. Pouco a pouco fomos compreendendo esta chance que tivemos de vir, uma chance maravilhosa.

P — O sr. estava em começo de carreira?

P.A. B. — Sim, e vimos esta possibilidade, que não é muito frequente, de participar da vida de uma grande co-

munidade como São Paulo, uma aventura entre o intelectual e o social. E que oportunidade! também a experiência maior era a possibilidade de nos integrarmos dentro desse movimento, e não foi de um dia para o outro que nós conseguimos entender

P — O sr. disse que o convite partiu de São Paulo e que a iniciativa era de um grupo de intelectuais e, pelo que entendi, também de grupos da sociedade existente na época. Nesse grupo tinha os Mesquitas, que têm uma tradição jornalística centenária. Agora eu pergunto: o jornal deve ter conseguido formar uma opinião favorável a essa vinda? Foi feito um esforço prévio, ou só após a chegada? O Senhor teve notícias?

P.A. B. — Ah! foi prévio. É lógico que encontramos um grande apoio de gente importantíssima, pois até já havia um reitor. O reitor não podia dominar, mas sempre através dele existia uma verdadeira USP. Eles tinham um decreto e mais nada. Esse reitor era Reynaldo Porchat.

P — Já existia o decreto para a criação da Universidade, então?

P.A. B. — Parece que já existia o decreto para a formação da Universidade. Esse decreto coincide com outro, são dois decretos que saíram no mesmo momento.

P — Na época já existiam quais faculdades aqui?

P.A. — B. — Existiam faculdades de grande tradição: Faculdade de Direito, de Medicina, Escola Politécnica, Instituto de Saúde Pública. Grandes faculdades. Mas o projeto era para um conjunto com unificação. Exatamente como eram antigamente as Universidades na Idade Média, que constituíam um conjunto de professores — antes da matéria didática, do currículo, das especialidades, antes dos alunos — para se defender dos abusos do feudalismo. Do feudalismo e também do poder — econômico não, que não existia na Idade Média — mas dos poderosos da época. Os poderosos eram da Igreja, eram os senhores feudais. A idéia das primeiras universidades é a criação —

não quero abusar de uma palavra que é muito difundida — de uma verdadeira solidariedade entre as diversas disciplinas, o que agora se chama interdisciplinariedade. Então a idéia era esse conjunto mas também o local necessitado para o estudo. Já existiam *campi* universitários onde os estudantes viviam, como em nosso país, esta cidade universitária, que se chamava das Nações.

P — Daí o nome Universidade.

P.A B. — É, das Nações. E logo foi instituído o caráter de inviolabilidade. A polícia, o poder temporal não entra lá, a não ser que o reitor autorize. A mesma coisa, lembra? quando os criminosos tinham asilo dentro da igreja, dentro do prédio da igreja: entrou lá, ninguém mais entra lá, ninguém pode tocar. A mesma coisa na Universidade: lá ninguém pode entrar, lá há um recanto de liberdade. E foi talvez um pouco essa idéia que presidiu a iniciativa do Mesquita. Mas logo depois, um ano depois, a Universidade Federal do Brasil apareceu no Rio e tenho certeza que isso foi uma consequência da fundação da USP. Mas a inspiração do Rio foi bem diferente, lá eram chamados professores já consagrados, já medalhões. Uma coisa que me parece fantástica, é que nós éramos professores mas não éramos grandes titulados. Um de nós veio com 23 anos em 1934, e era Professor de Filosofia, com agregação em filosofia. Todos éramos *Agrégés!*

P — Qual foi a participação da Igreja na época?

P.A B. — Nada!

P — Nada?

P.A B. — A Igreja nos via com suspeita, a Faculdade de São Bento nos via com suspeita, porque os professores foram escolhidos fora de qualquer participação em qualquer grupo religioso. E também, sabe, tem esta coisa que vem da França, a liberdade, igualdade, fraternidade, um certo liberalismo, muito avançado talvez. Mas a França é outra coisa, a França orgulha-se de dar uma formação e incentivar a importância do

espírito crítico não negativo, saber que cada um tem o direito e o dever de dar sua opinião e julgar. Ninguém entra de olhos fechados em qualquer sistema.

P — A Igreja se viu atacada nos seus domínios, com essa vinda?

P.A. B. — Nunca foi atacada.

P — Não estou dizendo que ela foi, estou perguntando se ela se sentiu, se ela previu a perda do domínio da cultura, isto é, os senhores da Faculdade de São Bento.

P.A. B. — Entre nós, quatro ou cinco, a metade, eram abertamente católicos, mas católicos que depois chamaram de liberais, absolutamente católicos mas católicos abertos. E aquele grupinho entrou em contato com o Rio, com aquele grupo do Tristão de Athayde, que no Rio era muito importante.

P — Vamos falar agora um pouco da fundação da Universidade. Como o Sr. disse, foi basicamente um acordo entre Dumas e Júlio Mesquita Filho. Eles definiram um modelo para a Universidade, ou permitiram a criação de um modelo, ou se inspiraram em algum modelo existente na Europa?

P.A. B. — Não, não se inspiraram em modelo exterior, o único modelo é o de uma Universidade do tipo liberal, aberta, com espírito crítico e sem modelo especial. Um pouco talvez o modelo francês, porque Júlio Mesquita era muito apegado à cultura francesa. E também tinha outro elemento como Fernando de Azevedo, que não pertencia de início à Universidade, era da escola chamada Instituto de Educação, a Caetano de Campos, na Praça da República, e que era o conselheiro do Mesquita. A idéia era fazer uma Universidade com grande intercâmbio interdisciplinar, com uma boa base filosófica, sem nenhum dogmatismo, deixando a possibilidade de cada professor expressar sua atitude pessoal, para exercer, praticar, um espírito crítico esclarecido. Um modelo verdadeiramente liberal, uma séria suspeita a respeito do modelo americano. Esse período é tão rico que até muitos brasileiros da instituição não

têm idéia dessa riqueza, e de quanto participamos. Nossa experiência é muito cheia, mas é preciso analisar, pensar. Então, vamos tomar cada um. E cada um é muito interessante do ponto de vista da escolha. Em primeiro lugar devo mencionar um professor que aqui exerceu uma grande influência, Robert Garic. Ele era católico, mas um católico-social muito aberto, muito vivo e com muito bom contato. Um homem de 35, 36 anos. Um homem que lançou na França um movimento que se chamou *Équipes Sociales*: quer dizer, aproximação do povo, até do povão, por parte dos intelectuais, com a idéia de que os intelectuais — uma idéia muito romântica, muito generosa — podem perfeitamente contribuir com alguma coisa de sua cultura, não devem se deixar ficar no seu castelo de marfim.

P. — Torre de marfim?

P.A. B. — Oh! Oh! Torre de marfim. E também que o povo, até o povão, até o caboclo, pode trazer sua contribuição. Ele pretendia lançar esse movimento no Brasil e interessou bastante a alguns elementos jovens, brasileiros do Rio. Robert Garic conhecia um pouco São Paulo, tinha contato com o Rio. Não houve contato com todos os brasileiros, o bom contato foi com o Rio, especialmente. E o contato com o meio exatamente católico, do tipo Tristão de Athayde. Ele tentou conquistar um pouco este meio, com suas idéias de contato. Fez muito sucesso. Era muito bem cotado por Dumas, que não era católico, que não era nada também. Era de origem protestante, não era católico. Livre-pensador. Foi bem escolhido. O segundo, Deffontaines, era também um elemento muito interessante, professor de Geografia, também católico do tipo *gauche*, muito entusiasta, muito liberal, liberal no sentido social, e era professor de Geografia, especialmente Geografia Humana, a influência do homem sobre a terra e da terra sobre o homem. Conseguiu entusiasmar os alunos por um conhecimento mais direto, mais concreto da verdade brasileira no sentido do ambiente, da terra, da selva. Ele disse: vamos passear juntos. (Ele dava aulas de Geografia assim) Uma vez, resolveu subir o Jaraguá: esta montanha vale a pena, precisa subir

lá, custa um pouco mas, amanhã, quem vai conosco? Entusiasmou e levou a turma para o pico. A turma ficou tão entusiasmada que no dia seguinte saiu até poema nos jornais: “Descobrimos Jaraguá/o Himalaia Paulista/Precisa abrir um pouco os olhos/para ver o que temos lá” Fantástico! O Deffontaines entusiasmou, foi muito bom professor de Geografia, também era católico mas do tipo bem aberto, e desde o início ficou em contato com o Rio. São os únicos da turma que tinham contacto com o Rio. O resto da turma, nós, não: lá era Getúlio.

P — Faziam um papel de ligação?

P.A. B. — Ligação, sim mas alguns de nós ficamos um pouco desconfiados.

P — Está jogando em que time, joga no time de lá ou no time de cá?

P.A. B. — E o Rio, era Getúlio. Bom, outro, interessante, era católico também: Coornaert, talvez fosse o mais velho de nós, talvez com 40 anos, era pesquisador erudito sobre a indústria de tecelagem na Bélgica. Era um bom historiador e também elemento católico, aberto, não tanto do tipo social como os outros, mas bem marcado. Tinha um ensino muito sólido, intenso, mas também era um elemento que não podia ser suspeito de idéias subversivas. Ah! estou pulando um nome, é Borne, depois eu vou falar, talvez você tenha alguma informação, também um bom católico, mas tomista, e com influência de Santo Agostinho. Sabe, a influência de Santo Agostinho é bem diferente da dos tomistas. Nesse sentido, ele foi um professor de filosofia bem diferente do racionalismo tomista, mais apegado à tradição agostiniana, esse tipo de católico não tanto social, seu jeito de pensar, se questionando, uma certa angústia, um questionamento pessoal, mais pessoal, uma certa tensão. Os alunos gostavam. Não acompanhava muito os católicos do Rio.

P. — Sei. era do outro time.

P.A. B. — Bom, mas bem escolhido também. Este ficou só seis meses. Depois continuou na França e foi um dos

fundadores da famosa revista francesa e católica mas muito aberta, chamada *Esprit*.

P — Agora falta falar do sr., para completar o grupo.

P.A. B. — Eu, eu, *Paulo Bastide*. Primeiro não é absolutamente católico, pelo contrário, de formação protestante, começou na França, é muito individualista e com muita, muita contestação e muito espírito crítico.

P — O sr. é sociólogo?

P.A. B. — Sociólogo. Era de formação filosófica, mas quando cheguei aqui, conforme *Dumas* disse, era para eu me encarregar da cadeira de Sociologia, “Você tem idéia para Sociologia” Tinha já um certo interesse em estudar o famoso movimento da escola positivista brasileira, algo especial do Brasil. Onde posso encontrar uma igreja positivista, senão no Rio?

P — Era em 1934?

P.A. B. — 1934, é isso aí. Devo acrescentar que houve uma perfeita harmonia, não houve conflito. Cada um se reconhecia diferente do outro, absolutamente.

P — Se eu entendi bem, era um grupo bastante diversificado, com tendências diferentes, que tinha até um relações públicas como o sr. disse: aí, faziam contatos com o pessoal de lá e com os brasileiros aqui. E como foi a integração desse grupo com os brasileiros aqui? É importante também pra gente saber

P.A. B. — Ah! A integração foi muito boa para o grupo de *Garcia*, que se integrou muito bem e *Deffontaines* também. Não tivemos tempo de conhecer bem os brasileiros. Nós conhecemos mais as famílias que chamaríamos hoje dominantes. Não se pode exigir que todos conseguissem já uma integração com a realidade brasileira. Só depois, com *Roger Bastide*, se conseguiu uma melhor integração. Mas todos aqueles foram convidados, especialmente na companhia de *Deffontaines*, para os passeios, para visitar fazendas com ele. Fomos muito convidados a visitar as fazendas de café, a integração foi muito boa, entre nós não houve nenhuma dificuldade.

- P — E entre os outros, o pessoal da Alemanha e da Itália?
- P.A. B. — Houve uma unidade de objetivos, conseguiu-se isso. Cada um era diferente, mas não houve nenhuma competição, só depois, bem no fim, houve algumas manifestações fascistas contra os aliados. Mas isto nunca acarretou choque.
- P — Professor, o sr. ficou aqui até que época?
- P.A. B. — No Brasil, até 1946. Até 1941, em São Paulo, e depois fui transferido para o Rio porque as circunstâncias políticas mudaram com a entrada do Brasil na Guerra.
- P — Como ficou o ambiente?
- P.A. B. — Ah! Nesse sentido o ambiente, quando do momento da queda da França (1940), Paris em chamas, foi terrível para nós.
- P — Como ficou o relacionamento com as outras missões? Ainda estavam as outras missões aqui ou já não estavam mais, a italiana e a alemã?
- P.A. B. — Nesse momento, talvez tenha havido uma certa sensação com os italianos. Não houve problemas. Quando os italianos festejaram a queda de Adis-Abeba houve um certo mal-estar. Mas os alemães eram eles mesmos judeus na maioria, entre os italianos também, portanto perseguidos. Entre os italianos, havia um que era de origem russa, de alta qualidade científica, que deixou aqui a cadeira de Física, num alto nível nuclear, e se casou com uma senhora romana. Era nitidamente antifascista. Conosco, continuaram os sentimentos de amizade e simpatia.
- P — Então não teve nenhum problema.
- P.A. B. — Não. Quanto aos brasileiros, você não imagina a simpatia, o impulso de solidariedade, de condolências, de afeto, que os brasileiros nos manifestaram na ocasião da queda de Paris. Era tocante. Eu vi brasileiros chorando.
- P — A influência francesa na cultura brasileira foi muito grande!

P.A. B. — Fantástica! E nesse tempo, as circunstâncias fizeram com que eu fosse adido cultural, no Rio. Todo nós torcemos por De Gaulle, não por Vichy. Então, logo fui chamado, em 42, para tomar conta do serviço de informação de imprensa na Embaixada. Por dois anos aceitei este trabalho, por um acordo com a Universidade; o Brasil acabava de entrar na guerra, havia facilidade para aceitar este convite. Continuei com a ligação com São Paulo mas morava no Rio, e praticamente meu trabalho era de informação à imprensa, no Rio. Aprendi muito da mentalidade carioca. É outro país, uma gente de outro planeta.

P — Foi difícil seu novo trabalho?

P.A. B. — Era difícil. Organizei um serviço diário, uma emissão de rádio cotidiana do serviço cultural francês, que todo dia fazia um programa em emissoras de rádio para todo o Brasil. Deixei o escritório da embaixada, na Praça Mauá, para fiscalizar os programas que nós preparávamos para as emissoras de rádio, notícias, etc. Conheci a vida dura do homem de jornalismo. Mas gostei muito.

P — Gostaria de voltar atrás e esclarecer um ponto: o ponto de partida.

P.A. B. — É muito interessante que muitos brasileiros não saibam. Até os mais velhos.

P — Como o sr. disse, quando o sr. veio para cá, havia um decreto, etc. Mas como é que começou mesmo?

P.A. — B. — Bom, tinha já o decreto. E depois da revolução de 32, sabe quem foi o interventor escolhido pela generosidade e grande inteligência política de Getúlio? Escolheu-se um interventor — não um governador, um interventor — e uma escolha que não fosse recommençar a luta contra o Rio. O interventor foi Armando de Salles Oliveira, escolhido entre aqueles que acabavam de lutar contra o Rio. Foi um gesto que denota a inteligência política de Getúlio.

P — Quer dizer que Armando Salles foi interventor no Rio.

P.A. B. — Não! Aqui!

P — Aqui em S. Paulo?

P.A. B. — Imagine que o delegado do Rio depois da Revolução de S. Paulo, o delegado do poder central, quer dizer o fiscalizador escolhido, era exatamente o chefe do Partido Constitucionalista que fez a Revolução contra o Getúlio. Alta política do Getúlio.

P — Esperto!

P.A. B. — Bom, ele tinha possibilidade. Teve que cumprir todas as ordens, toda a orientação do Poder Central, do ponto de vista orçamentário etc. Mas durante dois anos, teve a liberdade de iniciar qualquer coisa do ponto de vista de Educação: Vamos aproveitar esta oportunidade para fazer uma Universidade, vamos aproveitar esta margem pequenina. Aproveitar um momento único. Foi uma oportunidade fantástica. Bom, como aconteceu? Então designaram um professor brasileiro que se chamava Teodoro Ramos para viajar para a Europa a fim de contratar professores. Mas não sei bem se houve uma influência italiana, sua viagem foi orientada para Roma e Itália. Não sei se atrás disso houve já uma escolha, mas Júlio Mesquita telefonou ou mandou um telegrama a seu amigo Georges Dumas: há um professor encarregado que vai a Roma, ele vai passar por Paris depois, mas é o encarregado. Ele foi a Roma porque talvez as ligações com Roma fossem boas nesse tempo. Logo, logo, Dumas foi a Roma, ele foi lá para encontrar Teodoro Ramos. Não tinha idéia de roubar qualquer coisa pré-estabelecida com os italianos. Dumas disse a ele que sabia que ia encontrar professores italianos, mas que seria um prazer se ele contratasse também professores franceses, como nós.

P — Os Mesquitas fizeram papel de mecenas nessa época?

P.A. B. — O que?

P — Os Mesquitas.

P.A. B. — Não. Mecenas?

- P — Quer dizer, eles financiaram alguma coisa, ou não?
- P.A. B. — Não!
- P — Foi só o papel de influência, então? Quer dizer que a parte financeira foi feita pelo próprio governo de S. Paulo?
- P.A. - B. — Sim. No caso da Escola de Sociologia e Política, criada um pouco depois da Semana de 22, foi o Simonsen que financiou; isto é um aspecto bastante interessante.
- P — Bom, então o Dumas foi a Roma para esperar o enviado brasileiro?
- P.A. B. — Ligação direta com Dumas. Nesse sentido não se pode deixar de dizer que foi o ponto de partida. Às vezes estes aspectos são mistérios para muitos brasileiros que os ignoram completamente. Mesmo gente de 50 anos, que até não se interessa, mas quando me encontra pergunta como foi, quando conto a história, acham a piada muito boa, ah! muito bem, muito interessante.
- P — Pelo que eu entendi, o interventor estava de mãos amarradas em uma série de áreas, com exceção da área de educação: então foi a válvula que se encontrou.
- P.A. B. — Ah! Mesquita não perdeu esta oportunidade e Dumas escolheu ditatorialmente, segundo o seu palpite. Sou um daqueles que se aproveitaram de seu palpite, mas afinal de contas escolheu muito bem, com muito equilíbrio. Ele mandou um telegrama lá: gostaria de conversar com você.
- P — Da última vez que conversamos, o sr. disse que houve uma cerimônia no Teatro Municipal para celebrar a fundação da Universidade no dia 25 de janeiro de 1934?
- P.A. B. — Não tenho certeza que tenha havido.
- P — Foi o sr. que disse.
- P.A. B. — Eu sei, eu sei! mas acho que houve antes umas aulas lá na Dr. Arnaldo, na Faculdade de Medicina

antiga, numa salinha em baixo. E na sala de Geografia na rua Benjamim Constant. Lembro que meus colegas franceses e eu fomos solicitados para trabalhar no regulamento interno, currículos etc. Estávamos em crise de consciência profissional, tínhamos vindo para trabalhar e não estávamos fazendo nada. Então se arranhou um programa de conferências. Mas a data de 25 de janeiro como abertura não evoca nada. Lembro que demos aulas na Medicina, onde o diretor era o Almeida Prado e lá foi o ponto de partida. Houve o período das conferências. seria fácil verificar pelos jornais.

P — E os srs. chegaram aqui no fim de 1933, como o sr. me disse?

P.A. B. — Não, não, chegamos aqui em 1934.

P — Mas já no começo de 1934?

P.A. - B. — Ah! Me parece que chegamos aqui em junho de 1934.

P — Então já existia a Universidade!

P.A. B. — Não!

P — Mas a data da fundação não é 25 de janeiro de 1934?

P.A. - B. — Onde é que o sr. achou eseta data?

P — Pelo menos é a data que a gente conhece.

P.A. B. — Mas as coisas que a gente conhece não correspondem às vezes à verdade.

P — Então é isso, então essa data.

P.A. - B. — O sr. achou essa data num decreto?

P — Não, é a data que eu ouvi falar, que é 25 de janeiro, tanto que a gente comemora o cinquentenário da fundação a 25 de janeiro de 1984, 50 anos.

P.A. B. — Me parece que houve um decreto que saiu editado em 1933, não é verdade? mas a nossa chegada é em 1934. São coisas fáceis de verificar.

P — Tudo bem, é que no outro dia o sr. disse que tinha chegado em 1933.

P.A. B. — Não, não, não, não!

P — Não?

P.A. - B. — É uma data para mim muito clara: junho de 1934.

P — Dia 25 de janeiro também é a data da fundação da cidade de São Paulo.

P.A. - B. — Esta coincidência da fundação de São Paulo e da declaração oficial da abertura da Universidade é suspeita.

P — *Fizeram* uma coincidência.

P.A. B. — Há um decreto de 1933, junto com o decreto que saiu no Diário Oficial: gostaria de saber o que são esses dois decretos, e se coincidem. Isso é no papel.

P — Na prática começou no segundo semestre de 1934?

P.A. B. — Certo, começou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mas não existia alguma coisa que se chamasse Universidade de São Paulo; existia um reitor.

P — Quem era o reitor na época?

P.A. B. — Ah! Era o Reinaldo Porchat. Existia um Magnífico Reitor, figura simpática, solene, mas não existia alguma coisa que se chamasse Universidade de São Paulo.

P — E a Universidade nasceu formada por mais escolas, a Medicina, a de Direito, a Politécnica e a Faculdade de Filosofia?

P.A. B. — A idéia dos fundadores era que houvesse em primeiro lugar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para que pudesse haver uma Universidade — isto era uma plataforma de base —, reunindo depois as Faculdades que já existiam, Medicina, Direito, Politécnica. O decreto era de 1933. Coincidência maravilhosa e suspeita. O problema é: valerá a pena manter a versão oficial ou divulgar como de fato foi, que é mais engraçado?

P — E os alunos, quantos alunos tinha? Houve procura?

P.A. B. — Muito poucos! Não se tratava propriamente de alu-

nos, tratava-se de ouvintes, que tinham interesse. Talvez não chegassem a cem. Aliás, entre os primeiros alunos estava Júlio Mesquita Filho! Eram gente já formada.

P — Era já gente de classe alta, mais rica, mais culta.

P.A. B. — João Cruz Costa, entre os primeiros, conhece?

P — Já ouvi falar.

P.A. B. — Décio Fernando Alvim, um jurista, e seu irmão que era médico. Um bom trabalho histórico seria exatamente tentar fazer coincidir ou não coincidir a realidade vivida com a realidade documental.

P — Nessas primeiras aulas os professores eram todos estrangeiros ou havia algum brasileiro?

P.A. - B. — Nenhum brasileiro! Fantástico!

P — E isso foi uma decisão dos organizadores?

P.A. B. — Foi. E isto sem magoar sensibilidades. Depois, mais tarde, sim, começaram a nomear. Mas no início o único brasileiro era o diretor. Não tomaram parte no corpo docente e não houve nem protesto da sociedade paulistana, já que se tratava de uma experiência pedagógica nova. Pelo menos foi assim com o grupo, terá sido diferente o que aconteceu com o grupo científico italiano e alemão. Não posso dizer porque fizeram assim. Onde se realizaram as primeiras conferências? não sei. Um pouco depois, no ano seguinte, o local mudou e foi para o bairro de Campos Elísios, na Alameda Gleite, onde, me lembro, funcionava o currículo de ciências; talvez tenham sido lá os primeiros anos dos professores de ciência. As conferências do ponto de partida eram da missão francesa.

P — Então começaram as aulas, quer dizer, teve início a Faculdade de Filosofia. Como a coisa evoluiu a partir daí?

P.A. B. — Bom, primeiro foi a mudança de local. Quando foi esta mudança? Será no fim de 1934, no início de 1935? Não me lembro muito bem. Mas houve peque-

nos incidentes com os alunos da Medicina. Não sei o que houve, a sala estava trancada, fechada, por protesto dos estudantes de Medicina. Nesse tempo era muito mais calmo do que hoje, foi bastante discreto. Mas a sala apareceu trancada, sem a chave. Então era bom procurar outra.

P — E daí mudou pra onde, professor?

P.A. B. — A saída da sala da Medicina será já em 35, o ano letivo começava em junho, as conferências foram talvez no fim de 34. Foi uma emergência para dar um pouco de trabalho e alguma coisa para fazer àqueles professores franceses que se achavam com a consciência profissional abalada. É muito interessante para mim contar isso. Me parece que nós mudamos para um local perto da Consolação, que eles tinham lá, no lugar atual da Biblioteca Municipal Mário de Andrade — que eu vi construir — e que então não existia. Lá tinha um lugar que pertencia a um gremio relacionado com a Igreja.

P — Cúria Metropolitana.

P.A. B. — Ah bom. Me parece que depois arrumaram um lugar suplementar, um terceiro lugar na Praça da República, na Escola Normal Caetano de Campos. Lá ficamos bastante tempo, e em baixo era o Instituto de Educação, que não era integrado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

P — Nessa época já tinha professores brasileiros, quando mudou para a Caetano de Campos, ou ainda não? Quando surgiu a presença deles?

P.A. B. — Não tinha nenhum professor brasileiro.

P — Quando começou a aparecer?

P.A. B. — Ah! quando começou? Já depois de 37, 38, não sei bem quando apareceu Milton da Silva Rodrigues, que fazia Estatística. Esse é um documento que até gostaria muito de localizar. Cronologicamente demorou; mas eram poucos.

P — Havia alguma restrição para essa entrada, ou não havia condições?

P.A. B. — O modelo, a diretriz, era que uma Faculdade, quando de nível superior, nível universitário, não deve já abrir as portas à entrada de elementos que pertencem ao ensino primário, à escola normal; não se deve misturar a esta idéia. Não sei quando saiu o decreto que abriu a porta.

P — Para o concurso?

P.A. B. — Não, não para o concurso, para que os alunos da escola normal fossem alunos da Faculdade. Lá pela primeira vez nós conhecemos verdadeiros estudantes, que parecem estudantes, não? Fernando de Azevedo era diretor da Escola Caetano de Campos e do Instituto de Educação; ele me pediu para dar um curso de metodologia do ensino secundário. Este pedido para mim não correspondia a coisa alguma. O fato é que nós todos éramos professores mas ainda não tínhamos feito tese, não éramos titulados. Concordei, de fato eu sou professor de ensino secundário oficial, *Agrégé* de Filosofia, já tinha dado curso de Filosofia nesse tempo. Tinha interesse pelo ensino secundário e por tudo isso, resolvi falar da minha experiência. Talvez esse curso tenha sido um primeiro elo de ligação. Depois saiu o decreto dizendo que todos os alunos que quisessem ser professores secundários podiam. Era a primeira vez que tinha aluno verdadeiramente. Isso aconteceu já em 36.

P — Depois dessa fase, então, houve a primeira turma? Foi essa a primeira turma, com colação de grau e tudo?

P.A. B. — Foi. Eu tenho a fotografia. Para nós uma mordomia assim era muito folclórica, uma grande demonstração. Me lembro que eu participei da entrega de diplomas. Fantástico! Nunca vi!

P — Bom, professor, com a Faculdade de Filosofia já em andamento, como o senhor disse, com as primeiras turmas realmente de alunos participando, quais foram os passos seguintes para a formação da Universidade? Foi criada outra escola ou foi definido que havia uma Cidade Universitária ou isso foi decidido mais pra frente?

P.A. B. — Não, não, na ocasião, foi logo um dos diretores, Ernesto de Sousa Campos, que começou um grande projeto com os convidados da casa, mostrou os planos em medida reduzida, uma maquete, e houve recepção na casa do reitor. Muitas vezes foi lançada a primeira pedra, tantas primeiras pedras!

P — O sr. lembra da primeira?

P.A. B. — Foi lá em cima, na Rebouças.

P — Em cima da Rebouças?

P.A. B. — Em cima, na subida, no encontro com a Consolação. Lá foi lançada a primeira pedra da Cidade Universitária.

P — Isso é curioso. O sr. lembra mais ou menos em que época?

P.A. B. — Ah! 35-36 Precitaria fazer uma boa história, de um lado como documento vivo, do outro lado com os documentos escritos para conferir — não fazer necessariamente a superposição de ambos, que seria artificial.

P — Um paralelismo.

P.A. B. — O grande acontecimento que marcou foi, em 37, o golpe de Getúlio.

P — O golpe de Getúlio mudou o panorama aqui completamente.

P.A. B. — Ah! É!

P — O que aconteceu com a Universidade de São Paulo?

P.A. B. — Aconteceu uma campanha contra nós.

P — Por que a essa altura Armando de Salles Oliveira já tinha saído.

P.A. B. — É, já tinha saído. Campanha violenta, chefiada pela *Gazeta*, criticando bastante os elementos estrangeiros, nitidamente anti-francesa.

P — Foi nessa época que o *Estado* foi fechado?

P.A. B. — Se ele foi fechado? Acho que não.

P — Foi, fecharam as portas, houve interventor do governo, e daí Julio Mesquita foi para o exílio, tem uma história. Não, o exílio foi em 32, estou fazendo confusão.

P.A. B. — Conheço perfeitamente a história do jornal. Eu morava nesse tempo na rua Venezuela, no Jardim América. Em frente à minha casa — não sei o nome dele, do dono da casa —, sei perfeitamente que Julinho se escondia lá. Dormia lá, porque não podia ir para casa. Eu estava lá todo dia, estava com Julinho, com Georges Dumas. Eu costumava ir ao escritório do *Estado* quando era na rua Boa vista, eu passava lá, quase todos os dias.

P — Mas então o sr estava falando do problema da campanha da *Gazeta* feita pelos grupos fascistas e tudo mais; e o que aconteceu com a Universidade nessa época?

P.A. - B. — Fascistas, é um pouco prematuro também.

P — Ou era ainda o integralismo.

P.A. B. — Ainda integralismo, Plínio Salgado etc. Esta campanha violenta dos integralistas contra o grupo francês coincidiu com a campanha da *Gazeta* articulada com o grupo integralista, talvez um pouco depois. O diretor da Faculdade mudou. Quem ficou no lugar foi Alexandre Corrêa pai, grande jurista, homem que respeito muito, sou amigo dele, está com 91 anos. Mas nesse tempo imagina a mudança radical!

P — Com uma linha de pensamento diferente.

P.A. B. — Mais do que linha de pensamento, linha de ação.

P — Linha de ação também?

P.A. B. — Logo se espalhou o boato de que iam fechar a Faculdade. Eu não quero magoar ninguém — dá para escrever cinquenta livros — mas devo dizer que nesse tempo eu conhecia Alexandre Corrêa muito bem, e depois de sua posse convidou todos os professores e perguntou a cada um: eu quero saber qual é a

sua escola intelectual, você é da escola de Durkheim, ou de quem? Eu respondi: sou eu, a minha escola (respondi um pouco duramente.) Eu não compreendo bem essa pergunta, fui contratado fora de qualquer escola, sou inspirado pelas obras marcantes, mas não tenho escola! — Nessa época, eu tinha feito uma introdução ao livro de Durkheim, um trabalho grande, de umas 120 páginas, à tradução para o português das *Regras do Método Sociológico*, publicado pela Editora Nacional em 37, onde analiso o proletariado, mas também com elementos de crítica. — Eu não pertencço a nenhuma escola, a não ser à minha! E qual é a sua? Ora, sou moço, sou aberto, não sei dizer qual é. Houve mudanças, uma nova mudança.

P — Mudaram de novo?

P.A. - B. — Mudaram novamente e eu não consegui ficar lá com tanta mudança.

P — Quem nomeou o Alexandre Corrêa foi o governo federal da época?

P.A. B. — Não foi certamente Júlio Mesquita. Foi à revelia dele.

P — Julio Mesquita fazia parte do Conselho da Universidade, não?

P.A. B. — Não, nada! Era eminência parda. Mas muito poderoso e muito mais importante que o reitor. Em tudo isso o reitor não apareceu, não tomou posição.

P — Quanto tempo durou Alexandre Corrêa na direção?

P.A. B. — Muito pouco, um ano letivo. Depois saiu, e quem apareceu? Fernando de Azevedo como diretor! Bem diferente!

P — E depois dele, veio quem?

P.A. B. — André Dreyfus. Brasileiro, eminente professor de Biologia, muito interessante, falava perfeitamente o francês, era judeu, e muito ligado à orientação liberal.

P — Na época de Alexandre Corrêa, com essa cobrança de qual é a escola dos professores, houve alguém

que deixou a Faculdade na época, deixou a Universidade e voltou para a França? Ou todo mundo ficou?

P.A. B. — Eu fiquei. Tínhamos a possibilidade maravilhosa de todos os anos voltar ao nosso país, nas férias. Todos os meus colegas voltavam e recebiam do Dumas um conselho: se não há necessidade de voltar, para vocês seria bom que alguém fique. Bastantes ficaram.

P — Quer dizer que os colegas voltaram para a França e ficaram lá?

P.A. B. — Mas voltaram em férias, sem caráter de protesto.

P — Mas depois não retornaram.

P.A. B. — Sim, eu fiquei aqui para ver como os acontecimentos se encaminhavam. Porque havia a ameaça, não sei se foi boato, de que iam pedir a demissão dos franceses, cujas idéias abertas e liberais não combinavam com a época. Depois encontrei o velho Alexandre Corrêa, achei ele um pouco mudado, mas lembrei com ele deste momento. Ele não tinha idéia, não lembrava. “Porque você perguntava aquelas coisas de escola?” Ele disse: “Ah! por informação!” E agora somos muito velhos, muito velhos.

P — Bom, professor, pelo jeito o sr não gosta muito dessa fase?

P.A. B. — Ah! não é que eu não gostei, faz parte do panorama concreto, panorama vivo e acho que posso dizer que na verdade sou o único, o sobrevivente que pode dar um testemunho, não dramático, mas talvez.

P — Na época em que houve essa intervençãozinha os alunos tiveram alguma participação?

P.A. B. — Não tinham consciência de estudantes. Alguns alunos manifestaram em alguma medida apreensão, “não é bom para nós” Mas não houve nada mesmo.

P — Bom, passada essa fase então veio o Dreyfus, como o senhor disse, e daí a coisa andou mais normalmente ou houve algum fato desse tipo?

P.A. B. — Não, andou normalmente.

P — Até que época?

P.A. B. — Deixei a Faculdade em 41, no momento da guerra que arrebentou em 39 na Europa. O momento era diferente no Brasil, havia a corrente pró-Alemanha e Itália, pouco a pouco o movimento integralista tomou força e houve nova campanha contra a missão francesa. Eu talvez faça confusão: são dois momentos, duas fases, a agressão em 37, quando do golpe de Getúlio, e a de 39-40. Denunciaram publicamente o fato, que era real mas era segredo, de que nós tínhamos aderido ao movimento de De Gaulle, que os professores estrangeiros estavam fazendo política na Universidade. Havia os franceses que se conformaram com Vichy e os franceses que apoiaram a Resistência de De Gaulle. Até que o Brasil entrou na guerra! Tudo mudou!

P — Aí tudo voltou às boas. O sr. ficou aqui até quando, professor?

P.A. B. — Até 41, 42, como já expliquei ao sr. Fui chamado ao Rio pela embaixada para tomar conta do serviço de informação à imprensa, com a total concordância da Faculdade de Filosofia, que considerou que eu estava lá como funcionário brasileiro: fui posto a serviço para um período militar. Nesse tempo, eu ocupava a cadeira de Política, que mais tarde foi ocupada pelo Lourival Gomes Machado.

P — Depois dessa época então que o senhor foi pro Rio, ficou lá até.

P.A. B. — Fiquei lá no Rio entre 42 e 44

P — Daí o sr. voltou pra São Paulo?

P.A. B. — Voltei para São Paulo muitas vezes, minha família estava lá, e para continuar meu contacto com a cadeira de Política. Mas já preparei minha volta para a França em 46.

P — E esta área aqui da Cidade Universitária quando é que ela começou a ser.

- P.A. B. — Não posso dar uma resposta lá bem clara. Qual é. me parece que tomou vulto, existência, nova pedra... Eu fui convidado a assistir à primeira pedra, à primeira obra. Acho que não assisti à segunda, só assisti à primeira pedra. Será que conheci a Cidade Universitária só quando voltei novamente, convidado pela Universidade em 54? Não me lembro, não tenho lembrança, antes, de haver uma Cidade Universitária já construída. Não assisti à construção. Ou era mato ou já tinha alguma coisa, era anunciada alguma coisa importante e que respondia mais ou menos a um plano de unificação do nosso diretor. Ernesto Sousa Campos, nosso diretor arquiteto, é que sonhava muito mais com os planos da Cidade Universitária e com a sua dimensão.
- P — Quer dizer que a Cidade Universitária tinha alguma coisa a ver com aqueles planos iniciais, ou não?
- P.A. B. — Ah! pouca coisa, não tinha esta extensão formidável, só tive impressões da massa que constitui o campus em 54. Voltei depois em 65. Em 65 dei aulas de novo, aí já tinha a Faculdade de Educação.
- P — Professor, tem mais alguma coisa que o sr. queira falar?
- P.A. B. — É muito interessante mesmo para mim acompanhar estas lembranças de vida. Ah! eu queria dizer outra coisa também importante, a composição da missão francesa mudou, outros elementos aparecerem além daquele primeiro grupo. Tempos depois, fui convidado por um antigo reitor, Miguel Reale, que também tem as raízes em alguns movimentos de 64. Tive um bom contato com ele, ele me convidou à sua casa para uma reunião da Sociedade de Filosofia. Lá encontrei elementos bem interessantes que pertenceram às primeiras turmas, que acompanharam as aulas de Geografia de Deffontaines, as aulas de Garic. O impacto daqueles elementos da primeira turma, daquele Garic, católico das *Équipes Sociales* e que deu um impressionante curso de Geografia Humana. Vou acrescentar minha informação nesse ponto: entre os primeiros alunos que se destacaram, que era muito conhecido desde o 1º ou 2º ano, o Pra-

do Júnior! Mas não tinha escrito ainda sua obra sobre a história econômica do Brasil, era homem mais moço que nós, tinha 30 anos e era muito interessado pelo grupo de Geografia; me lembro que tinha a figura do jovem Caio Prado Jr. Desta vez não visitei ele, que estava um pouco cansado. Outra coisa que eu queria dizer e que eu acho importante: a composição do grupo francês mudou. Alguns da primeira missão voltaram: Garic, Deffontaines, Borne, voltaram. Encontrei na casa do Miguel Reale pessoas que tinham sido alunos daqueles primeiros e que podem testemunhar. Bom, outra coisa importante é: desde 35 ou 37, apareceram elementos novos. Não sei se em 35 ou 36, apareceram Lévi-Strauss, Mombeig e elementos que foram professores de Economia Política. O grupo da primeira turma não tinha economista, mas tinha um lugar previsto para um. E me pergunto quando chegou Roger Bastide, se em 35 ou 36.

P — Roger Bastide era seu parente?

P.A. B. — Não, não, muito amigo, vínhamos do mesmo lugar na França, no Sul, na Provença. Era muito amigo dele, conhecia ele já antes, mas chegou aqui sem nenhuma ligação comigo. Seria bom localizar os documentos dos arquivos com a equipe da Universidade, para tudo isso. O importante que eu queria dizer era isto: houve na composição do ensino das Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras uma cadeira de: primeiro, Economia Política e segundo, Etnologia e Antropologia. Ah! quando o senhor perguntou se não tinha nenhum brasileiro, eu pensei: não, o nome do Plínio Ayrosa não deve ser esquecido. Também Egon Schaden, esse ainda vivo, em Antropologia. Bem no início, dentre os brasileiros, Emílio Willems, brasileiro, talvez um pouco antes, quando Fernando de Azevedo assumiu a direção. Era professor de Sociologia em Santa Catarina, de origem alemã, fez o primeiro trabalho muito interessante sobre a aculturação dos alemães do Brasil em Santa Catarina. E talvez tenha sido ele que empregou em português pela primeira vez a palavra “aculturação”. Se a gente quiser fazer um histórico fiel na medida concreta, uma história fiel

da colaboração dos elementos brasileiros à missão que primeiramente era estrangeira: foi Fernando de Azevedo quem introduziu Emílio Willems. Bom, outra coisa que eu queria dizer também, tínhamos marcado um lugar para Economia Política, isso é muito importante, porque desde 35 ou 36 chegavam fessores de Economia Política. Para nós franceses, para mim francês sociólogo: gostei muito do fato de que na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a concepção do ensino das ciências humanas incluísse esta disciplina. Aproveitei muito a presença de meus colegas economistas. Mas deve ser apontado porque, o Brasil, que tem uma concepção mais aberta do que a França, sem influência americana, espontaneamente o Brasil abriu um pouco o conjunto do que se pode chamar as Ciências Sociais: uma iniciativa que merece ser apontada *do Brasil*. Um, muito importante, que se chamava François Perroux, merece ser lembrado: é um nome eminente do ensino de Economia Política francesa; chegou aqui em 35. Homem de uma erudição formidável, capacidade de ensinar, de dar informações, fez um montão de apostilas, centenas de páginas, fantástico! Contatou aqui a Câmara de Comércio Francesa, foi secretário da Aliança Francesa, um bom secretário; ele ajudou muito. Exerceu aqui uma influência considerável. A embaixada me pediu para acompanhar François Perroux para dar conferência em Porto Alegre (tenho o recorte do jornal). Fomos recebidos pelo gaúcho caudilho Flores da Cunha. Era conferencista extraordinário, erudito, conhecia francês, inglês. Era católico, foi muito amigo do Alexandre Corrêa, e resolveu morar no Convento do Sumaré, dos padres salesianos. A igreja ainda não era construída, e ele pediu hospedagem lá. Esse, era uma figura. Depois veio um outro professor de Economia Política, ficou só um ano, não tão brilhante, mas um elemento informado: Frommont. Nós franceses desfrutamos muito da presença e das conversas com esses colegas todos. E os brasileiros a quem nós devemos isso. Fantástico!

MÁRIO SCHEMBERG

L. e L. — Pode-se traçar um paralelo entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP anterior a 64, e a atual?

M.S. — Eu não sei, porque antes a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era muito mais abrangente. Agora o que chamam aí de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas é muito menos abrangente do que a antiga Faculdade de Filosofia, não é? A antiga Faculdade de Filosofia, além de Letras, História, Filosofia, etc., tinha também Matemática, tinha Física, tinha Biologia. Na realidade, a gente pode dizer o seguinte: a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era uma universidade em si mesma. Uma universidade que apenas não tinha as escolas técnicas, escolas como Engenharia, Medicina, Direito, etc. Mas a Faculdade de Filosofia cobria todos os campos do saber humano, porque tinha Física, tinha Química, tinha Biologia, tinha tudo isso. A nova Faculdade de Filosofia já não cobre essa área toda. Grande parte dessas ciências naturais, exatas, etc., já estão fora da atual Faculdade de Filosofia.

L. e L. — Esse processo de desintegração foi benéfico ou maléfico, para o espírito da Universidade?

M.S. — Eu acho que foi maléfico, acho que não foi bom, que foi ruim, porque aquilo era uma Universidade, mais ou menos, porque as escolas técnicas é que podem ou não fazer parte da Universidade, mas as demais têm que constituir uma Universidade: o estudo da Ciência, das Letras, Filosofia, etc. A escola técnica tinha, assim, um caráter diferente diante das situações, porque não faziam parte da cultura das Universidades européias. Mesmo na Alemanha, eles tinham a Universidade técnica separada. A Universidade propriamente dita correspondia à nossa FFCL e cobria todas as áreas do saber humano.

L. e L. — Modelo europeu, não?

M.S. — Modelo europeu. Agora, com esta reforma se alterou completamente o espírito da Faculdade de Filosofia. Essa reforma foi em grande parte inspirada por um modelo americano, não por um modelo europeu. E por um modelo americano, eu diria, medíocre. Porque nos Estados Unidos, as Universidades são muito variadas. Tem desde Universidade de alto nível, feito a Harvard, e tem Universidade de nível baixíssimo. O modelo universitário que foi proposto aqui, foi de uma Universidade americana, mas bastante medíocre. Essa situação já causou prejuízo grave, porque antigamente, no prédio em que a gente trabalhava, na Maria Antonia, uma parte da Física estava lá embaixo. A gente descendo encontrava a Matemática, encontrava Estatística, mas encontrava também áreas em Ciências Sociais, etc. Havia de tudo. Acabava encontrando mesmo por acaso, nos corredores. Quer dizer, havia realmente uma Universidade, agora não há.

L. e L. — O prof. Cruz Costa costumava dizer que a gente aprendia mais nos corredores da Maria Antonia, do que propriamente nas salas de aula.

M.S. — Mas é claro, porque era nos corredores que se estabelecia o contato de pessoa para pessoa, com gente de áreas diferentes. Havia facilidade de contato. Por isso houve a preocupação de separar: não apenas houve divisão administrativa, mas houve a tentativa de separar fisicamente as coisas. Tanto que fizeram aqueles prédios da Cidade Universitária muito afastados uns dos outros.

L. e L. — O que foi historicamente perfeito.

M.S. — Pois é.

L. e L. — Para desintegrar

M.S. — Para desintegrar

L. e L. — Foi casual, essa separação física?

M.S. — Não foi, não. A separação física talvez tenha sido um tanto casual, mas houve uma intenção. Tanto que eles suprimiram todos os órgãos onde se podiam encontrar pessoas de áreas diferentes. Eles queriam fracionar a Universidade.

L. e L. — Até bares.

M.S. — É, bares, qualquer lugar de encontro foi suprimido. Não só dos professores como dos estudantes.

L. e L. — E também dos estudantes com os professores.

M.S. — É, dos estudantes com os professores, e também entre as várias escolas que ficaram em prédios muito longe uns dos outros. Eu acho que isso não foi por acaso, que foi deliberado. Como foi deliberada a mudança da Cidade Universitária, pra isolar a Universidade da cidade. A Universidade precisava ficar uma coisa isolada da cidade, sob controle, e mesmo lá dentro, tudo fragmentado o mais possível.

L. e L. — Por que o sr. acha que esse tipo de vida universitária que havia antes preocupava tanto o poder, a sociedade? Por que? Por que tanta cisma?

M.S. — Sabe como é, a Universidade, potencialmente, era um foco de resistência ao governo militar. Quer dizer, a tendência sempre foi essa em cada Universidade. Em todas essas ditaduras fascistas ou fascistóides, que houve por aí, as Universidades sempre foram centros de resistência às ditaduras. Então eles queriam enfraquecer a Universidade aqui, para a Universidade não ter possibilidade nenhuma de se tornar um centro mais eficaz de resistência. Sem contar que adotaram inclusive um regime de terror, porque se tornava um espetáculo comum as salas de aula serem invadidas pra prender estudantes lá dentro. Não só foram presos como levados e assassinados. Mas era todo um sistema. Dividir pessoal de áreas diferentes, afastar até fisicamente, pra dificultar o contato, acabar com lugar de reunião. Então foi isso. Acho que esse foi o efeito. A própria estrutura universitária não foi implantada democraticamente, mas imposta. Tudo isso afetou muito a Universidade. Porque até se pode dizer que deixou de existir uma Universidade. Há uma pseudo-universidade. Há escolas isoladas, o que era a velha tradição brasileira. Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, na verdade, eram escolas situadas muito longe umas das outras. Então, esse espírito das velhas escolas foi o que se implantou na nova Universidade: no antigo espírito da Faculdade de Filosofia, compreende? Já havia uma tradição mais antiga de universi-

dades brasileiras, que não eram Universidades, eram escolas separadas. A Faculdade de Medicina tinha sua vida completamente isolada. Sua administração interna não dependia de nada, a Politécnica idem, a Faculdade de Direito também.

L. e L. — Então o que o sr. está dizendo é que essa reforma modernizadora que ocorreu em 68 nas Universidades, na realidade é uma reforma não modernizadora, que volta atrás.

M.S. — E que é conservadora e reacionária, é voltar à tradição do século XIX, das escolas isoladas.

L. e L. — Pré-universitária, digamos assim.

M.S. — Pré-universitária. Só que agora, digamos, além das escolas tradicionais, tinha várias escolas que nasceram do desmembramento da velha Faculdade de Filosofia. Essas escolas de Ciências, Física, Matemática, Biologia, Química, uma porção delas, nascidas na Faculdade, agora viraram Institutos: Instituto de Matemática, de Física, mas entre esses institutos não há praticamente contato nenhum, o contato é mínimo. Depois de 64, realmente houve uma mudança completa da estrutura universitária. E em grande parte revertendo ao modelo mais antigo das escolas isoladas.

L. e L. — Isso é que é pior. É mais um caso de falsa modernização.

M.S. — É uma pseudo-modernização. A meu ver, outra coisa que foi muito ruim, foi o excessivo alongamento do curso universitário.

L. e L. — Com a pós-graduação?

M.S. — É, com a pós-graduação, enfim, com o doutoramento. Então agora o aluno leva 15 anos pra fazer um curso, incluindo mestrado e doutoramento. É uma barbaridade.

L. e L. — Quando não dá mais.

M.S. — Não só é barbaridade, é uma coisa completamente contra a biologia humana, vamos dizer assim. Porque o que se sabe é que o homem tem maior poder de trabalho, de realização exatamente neste período da vida. Isso foi reconhecido até no serviço militar; antigamente a pessoa

só era recrutada com 21 anos. Hoje em dia se recruta com 18. Por que? Porque se compreende que a pessoa que chega com 21 anos já está relativamente envelhecida. Já não está com o mesmo potencial físico que teria com 18 anos. Sem contar outras idades. Já nesses anos diminui o potencial. Então, na melhor tradição européia, por exemplo, na alemã, onde pra mim estão as melhores Universidades, havia o doutoramento, mas o pessoal fazia o doutoramento com 24 anos de idade, que era mais ou menos a idade em que a gente se formava na Escola Politécnica. Na Faculdade de Direito também era com 24 anos, mais ou menos, que a pessoa terminava o curso. Daí tende-se a conservar de fato a tradição européia. Mas agora não, as pessoas vão se formar com 30 e tantos anos, e isso é absurdo.

L. e L. — E anti-social também, porque como as vagas de pós-graduação são limitadas, aquelas pessoas ficam ocupando vagas por um tempo infinito. E outros não conseguem ingressar no curso.

M.S. — É, também tem esse lado. Mas a questão é a seguinte. Eu acho que o mais grave pra mim é o lado biológico. Porque a pessoa envelhece sem aproveitar o seu potencial, fica perdendo anos e anos, fazendo cursos, coisas assim, que não dão rendimento. A pessoa pode entrar lá pra fazer pesquisa, mas já não está no ponto ótimo, já está bem cansada. Pois. é. E isso em certas áreas, eu não sei, eu conheço melhor as coisas na área de Física, Matemática e Ciências. É possível que em Literatura e Ciências Sociais a idade não seja tão importante, pode ser, não sei. Não estou dizendo que é ou que não é, eu simplesmente não tenho informação pra me manifestar quanto a esse ponto. Mas no caso das ciências exatas existe uma coisa muito bem sabida.

L. e L. — É. eu ia perguntar: é sabido que os trabalhos de descoberta nunca são feitos depois dos 25 anos.

M.S. — As descobertas mais originais são feitas por gente em geral de 20 e poucos anos, por aí, às vezes até antes. Então, esse negócio de alongar excessivamente o curso, certamente num grande número de casos, se não forem todos, é negativo. Está certo que algumas coisas podem depender de experiência, é claro. De uma certa maneira,

talvez a pessoa com 18 anos não tenha condições de ser um bom filósofo, um historiador que precisaria de mais amadurecimento. Tem certas habilidades humanas que precisam realmente de maior prazo. Mas essas que não dependem muito do amadurecimento, dependem só da vitalidade, e eu acho que é a maioria, essas ficam muito prejudicadas com esse sistema de curso muito longo. Longos e ineficientes. Se fossem longos e eficientes. Quando eu entrei na Faculdade — pra você ter uma idéia, quando foi fundada a Universidade de São Paulo — o curso de Física era de três anos, não era nem de quatro, era de três. Depois foi alongado.

L. e L. — E quando foi que o sr. entrou?

M.S. — Eu entrei logo na fundação, em 34.

L. e L. — Ah, em 34? Foi aluno da primeira turma?

M.S. — Sou da primeira turma.

L. e L. — Não diga! Quantos alunos tinha sua classe? Dois, três?

M.S. — Tinha um número pequeno. Tinha mais gente, porque tinha gente que não estava inscrita e vinha assistir aula; tinha uns que gostavam de Matemática, outros de Física. Aliás, eu já era engenheiro, tinha me formado na Politécnica em 35. Depois, em 36, eu terminei o curso de Matemática na Faculdade de Filosofia. A turma da Matemática tinha, não sei o número exato, uns seis, por aí, pra se formar em Matemática. Mas em Física, só se formou um. Pra você ver como eram as turmas.

L. e L. — E os professores eram estrangeiros?

M.S. — Os nossos professores eram todos estrangeiros, na seção de Física e Matemática. Em geral, parece, eles se subdividiam pelos vários países. Então os professores italianos vieram pra Matemática e para a Física, os professores de Química eram todos alemães. E era assim, uma divisão entre vários países, mas nós “caímos” com os italianos e, aliás, nos demos muito bem.

L. e L. — E os alunos tinham que ser políglotas, então?

M.S. — Você sabe, no nosso caso, primeiro de tudo, era fácil entender, podia-se falar com o professor em italiano, que

a gente já entendia mais ou menos. Ainda mais que, antigamente, em São Paulo, se falava muito mais italiano do que agora. E quando eu cheguei a São Paulo (1933) a gente andava pela rua e ouvia falar italiano do outro lado, e a gente se acostumava a ouvir italiano e já ia acostumando o ouvido. Eu não tive nenhum problema, apesar de ter estudado em italiano. Acho que ninguém teve problema. Acredito que tenham tido em outras áreas, na área onde havia professores alemães. Quanto aos professores alemães, que eu saiba, vieram alguns também pra História.

L. e L. — Como foi o impacto de toda essa ciência européia chegando aqui. na cabeça dos alunos?

M.S. — Não foi só na cabeça dos alunos. Porque a Faculdade de Filosofia funcionava um pouco como funciona o *Collège de France*, em Paris. As pessoas vão assistir às aulas, mesmo não estando matriculadas. Vão lá, assistem às aulas, às conferências. Muita gente, por exemplo, que gostava de Matemática, vinha assistir à aula do curso de Matemática, pessoas que gostavam de Filosofia ou História, vinham às aulas desses cursos. Havia um professor francês cujas aulas eram verdadeiras conferências, tantas pessoas ousando ouvi-lo em francês. Era um conferencista exímio; então as aulas dele eram muito freqüentadas, possivelmente o mesmo acontecia com outros, eu não conheço todas. Porque houve professores muito eminentes aqui na Faculdade de Filosofia, e o impacto foi muito grande.

L. e L. — E o que vocês fizeram causava uma transformação, em poucos anos, no pensamento brasileiro, na produção científica?

M.S. — Causava transformação; começou, por exemplo, a gente pode dizer, quando da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aqui em S. Paulo. Depois fundaram outra no Rio.

L. e L. — A nova Mendes Teixeira?

M.S. — Não, não, a Mendes Teixeira é uma outra; essa já foi depois. Mas, na Universidade do Rio de Janeiro, foi também criada uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como a nossa aqui de São Paulo. Depois foi

criada uma outra Universidade lá, mas que era do Estado do Rio de Janeiro e que é equivalente à nossa. Havia uma exatamente igual à nossa, que funcionava ali onde é a Faculdade Nacional de Filosofia. A daqui era estadual, mas a de lá do Rio de Janeiro já era federal. Depois criaram uma do Estado do Rio.

L. e L. — Não era na Praia Vermelha, de que até se falava muito?

M.S. — Não. Na Praia Vermelha tinha várias escolas. A Medicina era na Praia Vermelha. Mas havia algumas outras que também estavam na Praia Vermelha, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Mas a Faculdade de Filosofia mesmo, lá do Rio de Janeiro, ficava perto do Aeroporto, esqueci o nome da rua. Agora, outras que talvez pudessem funcionar em outros lugares: a Física, por exemplo, funcionava ali, em Letras. Daí nasceu realmente um trabalho de pesquisa; posso dizer que muitas ciências começaram a ser ministradas ali. É claro que mesmo na área de Física, de Matemática, havia algumas pessoas notáveis. Mas não havia nem sequer escolas para formação regular de matemáticos nem de físicos. Quer dizer, em geral, a pessoa que gostava de Matemática e de Física ia pra escola de Engenharia, Escola Politécnica, a que gostava de Biologia ia pra Faculdade de Medicina, que era o que estava mais próximo.

L. e L. — Essas pessoas então iam direto estudar nas escolas de aplicação, nas escolas técnicas, Engenharia e Medicina, e não na Faculdade de Filosofia, porque não havia institutos ainda.

M.S. — Na parte de Letras era a mesma coisa. Em geral, o literato ia pra Faculdade de Direito, mas a Faculdade de Direito não é uma escola de literatura, é uma escola técnica também, profissionalizante. Mas, naturalmente, havia uma tradição nas Faculdades de Direito, os estudantes mesmo tinham várias organizações literárias.

L. e L. — E isso encorajou uma literatura eloqüente? E retórica.

M.S. — Na Faculdade de Direito, ali no Largo São Francisco, passaram muitas das maiores figuras da literatura brasileira.

L. e L. — A presença desses professores estrangeiros, no início da Faculdade de Filosofia, não prolongou entre nós, no Bra-

sil, uma espécie de tutela, própria do estágio colonial brasileiro?

M.S. — Eu não acho que tenha acontecido isso, não. Pelo menos, eu não tenho experiência de toda a Faculdade, não garanto pra você. Isso vocês teriam que perguntar ao pessoal de Letras. No que eu posso lhe dar um depoimento, é da seção de Matemática, seção de Física, que eram as seções com maior contato. Se se passou nas Letras, eu não posso afirmar nada com segurança. Mas tinha algumas notícias do que se passava na parte de Filosofia, que era aonde havia uma repercussão maior. Aqueles cursos, aqueles acontecimentos, tinham muita repercussão. Nas outras áreas, eu não sei realmente, não tinha praticamente nenhum contato com aqueles professores alemães que estavam lá nessas áreas de Ciências Biológicas, Químicas, etc.

L. e L. — Posso fazer uma pergunta, professor?

M.S. — Se você me permitir, como eu acho muito importante essa pra vocês, eu gostaria de antecipar alguma coisa. Há poucos dias nós ouvimos o professor Antonio Candido, e justamente ele não via como um colonialismo cultural a presença dos professores estrangeiros.

L. e L. — Acho que ninguém viu.

M.S. — É, ninguém viu? Isso que eu queria do seu depoimento. Ninguém viu e nem vê. Não havia essa idéia de um colonialismo cultural e tanto mais que havia diversificação, pelas áreas nacionais. E também se evitava que ficasse, por exemplo, só uma tendência, uma forte tendência francesa, ou italiana. Física e Matemática tinham professores italianos, havia alguns professores italianos também lá pela área de Biologia, Química, não é? Mas havia também italianos em Literatura.

L. e L. — Ungaretti.

M.S. — Ungaretti, que era considerado um dos grandes poetas da Itália. Foi um período muito bom, estimulante e que marcou pra mim. Foi a única época estimulante que houve na USP, que agora não existe.

L. e L. — Professor, do lado oposto, a gente poderia dizer que esses estrangeiros, que estiveram aqui na fundação da Fa-

culdade de Filosofia, ajudaram a formar uma ciência brasileira, ajudaram a formar uma tradição em pesquisa e ensino?

M.S. — Exato. Eu não posso afirmar que fizeram isso em todas as áreas, mas eu acho que na maior parte das áreas isso aconteceu. Não se pode generalizar, tem que pegar área por área, porque os problemas não são os mesmos nas várias áreas. Por exemplo, pega a área aqui da Filosofia. Na área da Filosofia havia uma certa tradição brasileira, sem dúvida, e que vinha do século passado, com Tobias Barreto e outros. Então já no século passado havia uma certa tradição filosófica. Mas é possível, eu tenho a impressão, que já no período colonial tenha havido alguma tradição filosófica. A Faculdade de Direito foi depois instalada num convento, tanto a de Recife como essa aqui, de São Paulo. As duas foram instaladas em conventos, é possível que tenha havido uma certa tradição de filosofia católica. Deu muito bem condições para tanto.

L. e L. — Agora, a Faculdade de Filosofia, de 34, é realmente a primeira Universidade que houve no Brasil, no espírito de pesquisa?

M.S. — Bom, não foi só o espírito de pesquisa, porque já havia aqui no Brasil centros de pesquisa, por exemplo o Instituto de Pesquisas Biológicas. Havia centros de pesquisas científicas, uma pesquisa mais aplicada. Havia outross centros, que foram criados depois; já antes da criação da Universidade havia alguns. Principalmente ligados a problemas econômicos. Até vamos dizer que aqui em São Paulo o desenvolvimento da agricultura era devido à catástrofe. Uma praga, não sei de quê, levou à criação do Instituto Agrônômico de Campinas.

L. e L. — A praga do café levou à criação do Instituto Biológico.

M.S. — A peste, a febre amarela e outras coisas levaram à criação do Instituto de Manguinhos. A gente tem que ver, a área biológica estava muito ligada ao problema de Saúde Pública, que havia uma situação de calamidade, os problemas de saúde pública eram terríveis aqui.

L. e L. — E a varíola?

M.S. — Bom, varíola nem se fala. Eu me lembro que quando criança era muito grande a quantidade de pessoas com

marcas de varíola no rosto. Mesmo colegas meus. Enfim, a gente não deve subestimar algumas instituições, como esses institutos biológicos, que prestaram um grande serviço. E também nas escolas politécnicas houve uma certa pesquisa matemática. Na escola Politécnica já havia certa tradição, pouca coisa, mas realmente a fase nova da ciência brasileira começou com a criação das Faculdades de Filosofia. Agora há outras instituições e também centros de pesquisa que não são diretamente ligados à Universidade. O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, um dos maiores centros de pesquisas físicas do Brasil, não está ligado a nenhuma Universidade, está ligado diretamente ao CNPq. Há o Instituto de Pesquisas Matemáticas, também diretamente ligado ao CNPq. Mas não são institutos universitários, de um certo modo eles são um prolongamento de outras unidades de ensino antigas, como esses institutos biológicos, que não eram institutos universitários. Eram institutos de pesquisa científica.

L. e L. — O sr estava definindo o sistema universitário que, vamos dizer, tem um primeiro corte em 34, com a criação da Faculdade de Filosofia — a grande novidade — como uma verdadeira universidade.

M.S. — Como uma verdadeira universidade no sentido europeu da palavra.

L. e L. — Depois há um outro corte.

M.S. — Pra não fazer confusão, aqui no Brasil legalmente existiu uma universidade nacional, que não era universidade verdadeira; era universidade só de nome. As universidades verdadeiras só surgiram depois de criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, primeiro aqui em São Paulo, depois no Rio de Janeiro.

L. e L. — E, segundo eu entendi, há uma outra ruptura nesse período de 64, 68, 69; então, desintegra-se de novo.

M.S. — Não, aí se deu uma ruptura — eu não sei exatamente o que aconteceu em todos os estados —, mas houve um afastamento enorme dos professores universitários. Parece que no Brasil foram aposentados mais de cem professores universitários. Em geral eram personalidades marcantes, como também outros que não eram professores

universitários. Realmente, desde 64 a situação das universidades já começou a sofrer o processo repressivo. Desde 64 foram presos muitos professores. Eu mesmo fui preso uma semana depois do golpe e passei a maior parte do ano de 64 preso. Muita gente foi presa, fugiu para o exterior, foi embora do Brasil. Quer dizer, esse período foi muito ruim pra gente, se bem que certas áreas foram estimuladas exatamente pelo protesto. As áreas artísticas, o pessoal de teatro, de cinema, tiveram uma reação grande, logo depois de 64.

L. e L. — Agora o sr. voltou a dar aula, o sr. foi anistiado devidamente, não foi?

M.S. — Eu fui mas não voltei. Quer dizer, mesmo antes de ter sido aposentado, eu já tinha sido preso várias vezes, fui preso aí com um processo. Finalmente, e isso é até curioso, quando fui absolvido de todos os processos, aí eu fui indiciado no AI-5. Quando não tinha mais processo nenhum, inventaram este modo de manter-me à margem.

L. e L. — Foi em 69 então, entre 64 e 69, que o sr. teve esses processos, ficou foragido, ficou preso. Aí, quando terminou tudo, em 69, o AI-5 pegou-o.

M.S. — É, eu liquidei todos os meus processos em 66, fui absolvido pelo Superior Tribunal Federal, então fiquei livre de qualquer processo. Tanto que eu continuei ensinando na USP, porque estava sem correr nenhum processo. Aí foi. Primeiro foi aplicado o AI-5 no Rio de Janeiro, não me lembro quantos foram, talvez até mais, inclusive, que aqui em São Paulo. Também nas listas do Rio de Janeiro, como se sabe, constavam alguns professores da USP, que foram aposentados na lista do Rio. Artigas, se não me engano, Florestan.

L. e L. — Não, Florestan está na lista da USP, de abril de 69, que é a sua.

M.S. — É a minha. Então foi apenas uma semana de diferença. Numa semana saiu a lista do Rio, na semana seguinte a de São Paulo. Não sei porque, alguns professores de São Paulo, não foram muitos não, estavam na lista do Rio. Eu me lembro com certeza que o Villanova Artigas

estava na lista do Rio, e me parece que o Florestan, não sei.

L. e L. — O sr. notou muita diferença, por exemplo, voltando a dar aula agora: nesses dois, três últimos anos está tudo muito diferente? Os alunos são diferentes? Os colegas são diferentes? E o espírito é diferente? Está muito diferente em relação ao que era até 64?

M.S. — Muito diferente. Enfim, ficou tudo muito burocratizado, mais burocratizado do que era até 64.

L. e L. — Fala-se tanto em burocratização da Universidade nos últimos anos. Com o processo de abertura, todo mundo fala muito nisso. E parece que um dos alvos da democratização é a desburocratização também. O que o sr. acha disso?

M.S. — Eu acho ótimo. Não há dúvida de que a desburocratização é um elemento essencial pra isso. A Universidade agora está tremendamente burocratizada, bem mais do que era antes.

L. e L. — E a democratização poderia ser uma solução para esse tipo de problema?

M.S. — O que quer dizer a palavra democratização?

L. e L. — Eu também não sei.

M.S. — Tão enxovalhada, né?

L. e L. — Parece que se pensa numa divisão do próprio poder dentro da USP sobretudo numa descentralização, de tal maneira que um número maior de pessoas possa ter acesso aos órgãos decisórios, e possa atuar nas decisões.

M.S. — O que há na USP é diferente, ao contrário das universidades federais em que, em geral, o reitor é muito poderoso. Agora eu não sei como é que está a situação, o reitor da USP tinha menos poder, que é maior nas universidades federais. Não tinha tanto poder aqui na USP

L. e L. — Quer dizer que agora é exatamente o contrário.

M.S. — Não, acho que não é, sabe, na USP o poder estava concentrado mais no Conselho Universitário. Tanto que en-

trava e saía reitor, mas você via que eram as pessoas da Politécnica que manobravam o Conselho Universitário, aqui em São Paulo. Quem não “apitava” muito era o próprio reitor. E o Conselho Universitário era excessivamente poderoso e participante. O processo de democratização aqui em São Paulo certamente exigiria a diminuição do poder dos membros do Conselho Universitário.

L. e L. — Pra outros órgãos colegiados? De dentro da Universidade, de nível mais baixo que o Conselho? É isso que o sr. está dizendo?

M.S. — É, descentralizar os poderes daquele Conselho Universitário que são muito grandes, são excessivos. Naturalmente, já eram grandes mesmo antes, mas a coisa se agravou com a Reforma Universitária.

L. e L. — Mas o sr. acha que é possível a desburocratização de uma Universidade gigante, como a USP? Colocando melhor a questão, será que essa burocratização que nós sofremos era inevitável, dado o gigantismo da USP?

M.S. — Bom, eu vou dizer que pode ter sido um dos fatores, mas independentemente do gigantismo foi a própria filosofia geral, que era autoritária. A filosofia que foi implantada depois de 64 e que não é filosofia liberal, é fascistóide. Tudo isso favoreceu o autoritarismo. Agora, a universidade precisaria ser desmembrada. A USP parece, já está pensando assim. A USP é muito grande, tem um número excessivo de estudantes. E não é aconselhável uma universidade com 40 mil estudantes ou coisa assim. O ideal para a universidade é ter uns dez ou quinze mil, aí fica uma coisa bem mais flexível. Porque não é necessário que haja uma só universidade no Estado ou na cidade mesmo. Como se fez em Paris, onde fracionaram a Universidade em vários *campi*.

L. e L. — Desmembraram.

M.S. — Desmembraram pra ter várias universidades dentro de Paris, em vez de uma só. A Sorbonne foi desmembrada.

L. e L. — Isso não poderia ser feito com a própria USP desmembrá-la em vários *campi*, mas com uma administração cen-

tral, para evitar inclusive o desperdício de várias administrações, que custam muito caro para o Estado?

M.S. — Bom, simples, evidente. A maneira de fazer também, mas a possibilidade.

L. e L. — O sr acha a autonomia uma condição *sine qua non* para um bom desempenho, numa universidade que se preze?

M.S. — Não sei dizer assim de maneira tão abrangente. Mas de um modo geral, eu sou favorável à autonomia universitária. As universidades eram autônomas, até certo ponto, mas depois do AI-5 a universidade perdeu muito da autonomia.

L. e L. — Seria possível pensar a autonomia universitária, professor, sem a autonomia financeira? No sistema atual, a universidade, quer queira quer não, é dependente do governo, do poder central, porque o poder central, enfim, é quem financia a universidade.

M.S. — É muito difícil, hoje em dia, a universidade se manter. As universidades particulares não se mantêm mais, elas recebem auxílio do Estado. Porque não dá hoje pra manter a universidade. Poderia dar, claro, se algum governo capitalista auxiliasse a universidade para ela também gerar recursos.

L. e L. — Não, eu pensaria numa outra coisa, professor, de que já se falou muito, que é incluir na própria constituição um artigo de lei que obrigue o Estado a dar um percentual do orçamento às universidades, para evitar que fique na dependência do governo, ou do governador, mais especificamente, o *quantum* acertado cada vez que se faz o orçamento da universidade.

M.S. — Por parte do Ministério da Educação acho que existe uma coisa desse tipo. Aqui na administração estadual, acho que isso ainda não existe, que o governo tenha que dar tanto % para a USP, e pronto. Existe alguma coisa na área federal, no governo do Estado, não.

L. e L. — Mas, diga, para não perder o fio que estava muito interessante. Quer dizer que agora, quando o sr voltou a dar aula, notou muitas diferenças e uma delas, de

que o sr. falou logo, foi a burocratização. Há outra? Que mais o sr notou de muito diferente? Vai bem a Física?

M.S. — Bom, de um modo geral, eu não acho que nada vai bem na USP, nem a Física. A Física certamente não vai bem, mas não sei se vai pior do que outras, na USP. Bom, uma coisa que constatei na secretaria da Física, mas que já ouvi falar a respeito de varias outras escolas, parece que é geral: o que está muito ruim na USP são os cursos de graduação, estão péssimos. Professores e alunos estão quase, digamos, perdidos nos cursos de graduação. Caiu tremendamente o número em toda parte, quando vem alguma informação, é sempre ruim. Na ECA, em Arquitetura, esses cursos de graduação estão péssimos.

L. e L. — Entre nós está ocorrendo a mesma coisa.

M.S. — Eu não sei muito bem qual é o motivo, mas parece que é geral isso, pelo menos ouço falar que a graduação caiu muito, eu não sei, parece que um dos motivos foi ter turmas muito grandes. Não sei direito., não tenho bem condições de avaliar os cursos de graduação e pós-graduação.

L. e L. — Nesse caso a pós-graduação não estaria, de certo modo, substituindo, ou cobrindo, as deficiências da graduação?

M.S. — Está. O que é pós-graduação agora, antigamente era matéria de graduação.

L. e L. — Exatamente. Então está causando deficiência na graduação.

M.S. — Porque a graduação é supletivo, secundário. O problema vem da base mesmo. A graduação em geral está num nível muito ruim. No ano passado os alunos da graduação me pediram que eu fosse dar um curso sobre a evolução dos conceitos da Física, e lá então eu pude constatar o problema com mais rigor

L. e L. — Para que ano?

M.S. — Para o 3º ano. E dei o ano passado esse curso, e foi quando entrei em contato pela primeira vez com os alunos da graduação. A graduação está péssima. Mas eu

também verifiquei em muitas universidades brasileiras, em outras cidades, que a situação da graduação em geral é ruim.

L. e L. — Que mais, professor? Então o sr. já falou da burocracia, apontou as diferenças, quer dizer, o que está diferente agora. A burocratização excessiva, o baixo nível da graduação, que mais?

M.S. — Com o alongamento excessivo dos cursos, acontece o seguinte: antigamente, quando eu entrei na Faculdade de Filosofia, o curso era só de três anos, depois foi aumentado para quatro anos, não havia nenhum curso de pós-graduação, nem nada. Depois, foram criados mais cursos, mas, dentro da graduação onde muita gente dá a matéria da pós-graduação, embora não fossem cursos de pós-graduação. Agora as pessoas já vêm muito mal preparadas do ginásio, do secundário. Então a graduação supre, ou tende a suprir, estas deficiências.

L. e L. — Como é que o sr. vê o futuro da pesquisa científica?

M.S. — A questão é a seguinte: a impressão que a gente tem, quanto à graduação, é que parece haver uma decadência. Não se limita só à Faculdade. Acho que em geral acontece o mesmo.

L. e L. — É nossa experiência também.

M.S. — A graduação decaiu. Parece que em todas as áreas. Isso deve ser, em grande parte, consequência já da deficiência do secundário. A questão é a seguinte, não é só no curso de Física. Se fosse uma questão do curso, ineficiência dos cursos, seria fácil solucionar. Mas a questão é que já há uma mentalidade errada que os estudantes adquirem desde o secundário. Eles já chegam à Faculdade bastante corrompidos. A graduação é um problema, de modo que quando a pessoa tem um ginásio muito ruim, os primeiros anos vão servir apenas para completar o curso ginasial. Então a graduação caiu muito.

L. e L. — Nós já conversamos sobre este problema e achamos que a pós-graduação vale mais lá no seu setor, onde recebe um tratamento mais adequado.

M.S. — Não sei, isso pode variar de setor para setor, mas se os alunos já vêm da graduação mal-preparados, isso prejudi-

ca o curso de pós-graduação. Porque quando chegam na pós-graduação, eles têm que reparar muitas deficiências do curso de graduação. E muitas matérias que no meu tempo eram dadas no curso normal, hoje são dadas em pós-graduação. A pós-graduação fica em grande parte dedicada a reparar lacunas.

L. e L. — Os alunos de Física se preparam para quê? Eles se formam para serem o quê?

M.S. — Têm várias opções. Alguns partem, não sei qual é a proporção, para ensino secundário, para ser professor de Física. Agora, tem outros que já começam a trabalhar em coisas técnicas.

L. e L. — E hoje tem mais campo.

M.S. — Campo mais amplo, e há várias coisas que eles fazem, tem alunos de Física mexendo com computação.

L. e L. — E para pesquisa, vão muitos?

M.S. — Tem muita gente fazendo teses também. Mas eu acho que, em geral, o nível dessas teses não é muito bom. O que não significa fazer pesquisa. Fazer alguma pesquisa, talvez em certos casos, não é pesquisa. Há um certo tipo de pesquisa que é tão pouco criativa, que quase não merece o nome de pesquisa. Eu tenho a impressão de que o que está se fazendo hoje na Universidade, muita coisa que se chama de pesquisa, nada tem a ver com isto. Porque a verdadeira pesquisa deve ser uma coisa muito criativa, muita coisa que se chama de pesquisa na realidade não chega a ser pesquisa. não é nem documentação, não merece mesmo o nome. Se você pegar uma tese aí de Ciências Sociais, vê que ela pode ser feita de várias maneiras. Pode ser um estudo sociológico, principalmente uma acumulação de dados, materiais, etc., sem chegar à pesquisa propriamente. Em geral, no entanto, pelo que eu ouço, o problema mais grave se encontra na graduação.

L. e L. — O que o sr. sugeriria para alterar essa situação e talvez tentar melhorá-la?

M.S. -- Uma verdadeira melhora só vai haver com a redução de tempo dos cursos. Eu acho que a pessoa tem que se diplomar não depois dos 25 anos, que era mais ou menos

a idade em que se diplomavam na Politécnica. 25 anos é o limite máximo que se pode admitir; a partir daí, a coisa começa a dar um resultado ruim. E é uma idade em que, tenho a impressão, o pessoal ainda está em nível de graduação.

L. e L. — Então, o sr. diz que se diplomavam aos 25 anos, isto é, tendo terminado aquilo que, hoje, inclui graduação e pós-graduação completos?

M.S. — Não, tem que ser já com a tese de doutoramento feita, com 25 nos. Agora não acontece isso, agora começam a fazer tese de doutoramento mais tarde.

L. e L. — Isso inclusive é um ônus relativamente pesado para a sociedade, que custeia, no fundo, a permanência desse estudante dentro da Universidade. E por aí, eu chegaria a uma outra pergunta, professor: a Universidade atual, como ela está concebida, com seus vários cursos, atende a uma demanda ou às necessidades sociais do país?

M.S. — Bom, isso eu acho que deve variar muito de setor para setor.

L. e L. — Especificamente no seu setor, professor?

M.S. — Aí a coisa é um pouco complicada, pelo seguinte: aqui no Brasil não existe ainda uma tradição da indústria contratas físicos. A indústria, em geral, contrata engenheiros. Até existe uma legislação que barra a participação dos físicos em muitas coisas, os dirigentes de monopólios. Então aqui são mais engenheiros que vão para a indústria; há físicos, também. Mas eu tenho a impressão de que não saberia lhe dar os números exatos. Tenho a impressão que uma boa parte do pessoal formado em Física ainda vai para o ensino secundário.

L. e L. — Eu queria perguntar o seguinte ao sr : como é que o sr. vê as relações entre a universidade, principalmente a nossa universidade, e a sociedade brasileira? Essa sociedade é indiferente ao desempenho da universidade? É amistosa, é hostil, como é que é?

M.S. — Não sei dizer, eu acho que hostil não é. Talvez em certos setores haja uma certa hostilidade contra a Universidade. A Universidade no Brasil, eu tenho a impressão de que

ainda é um privilégio da classe média-alta, ainda no tempo em que havia a baixa classe-média, enquanto as outras classes não participavam da Universidade. E era uma coisa dura antigamente, sustentávamos o estudante por dez anos. O que também cria problemas para a família. Antigamente uma pessoa se formava com 25 anos, mas agora fica até os 34 anos para se formar. Me disseram também que grande parte dos doutorandos, hoje, recebem bolsas.

L. e L. — É, da FAPESP, do CNPq, da CAPES.

M.S. — Mas seria importante saber se há uma compensação desse pagamento como retribuição posterior. Eu acho que não há não. Não há, porque o ensino é deficiente, embora haja exceções. Muitos vão aprender depois, na prática, o que não aprenderam na escola. Basta ver que a gente tinha um curso de três anos, que depois passou para quatro anos, e hoje em dia, onde já estava encerrado o curso, a pessoa está só saindo da graduação. Está a meio caminho ainda. Não acho que a situação da universidade brasileira tenha melhorado. Incluindo a impressão que eu tive, e muita gente teve, quatro dos muitos casos dos que saíram do Brasil naquela ocasião não voltaram. A maior parte talvez não tenha nem voltado.

L. e L. — Muitos até que nem saíram do Brasil estão aqui mesmo mas não voltaram à universidade.

M.S. — Bem, desses que saíram e não voltaram, eram exatamente as melhores cabeças que tinha a universidade.

L. e L. — E o sr. acha que têm melhores condições de trabalho lá fora?

M.S. — Ah, sim. Têm. Houve certas áreas aí da USP que foram tremendamente atingidas, por exemplo a área da Medicina. Era gente muito boa, que hoje está com grandes posições internacionais.

L. e L. — A equipe do Samuel Pessoa, o Luís Hildebrando.

M.S. — Nessa área tinha gente muito boa, mas em Física também houve muitas perdas. Pessoas que estão hoje em posições importantes saíram daqui e não voltaram mais. Há certas pessoas que lutam, como esse Samuel Pessoa. Aliás

todos eles lutaram. O diretor da Organização Mundial de Saúde naquele tempo, não sei se ainda é agora. Muita gente saiu. Alguns voltaram, mas a maioria, acho que não voltou não.

L. e L. — Afora as nossas perguntas, há mais alguma coisa que o sr. pensa e que gostaria que fosse publicada?

M.S. — Bom, há muitas questões, os problemas são muitos. Eu sou favorável a um presidente da Universidade. A Universidade não deve ser muito política, passa de um certo número, tem que se desmembrar para poder funcionar.

L. e L. — Bem, eu me lembro, trabalhei há pouco tempo numa pequena cidade francesa, Lyon, que tem hoje uns 2 milhões de habitantes, portanto, pouco grande, e tem 3 Universidades.

M.S. — Em Paris também tem muitas, nem sei quantas são, sete, oito.

L. e L. — Mais, tem treze, catorze.

M.S. — Também nos Estados Unidos a tese que eles adotavam era que a universidade não devia passar dos 10 mil estudantes. Há muito tempo, muitas dessas universidades estaduais estão desmembradas em várias cidades.

L. e L. — Existe hoje uma corrente que está tentando se fazer ouvir: em vez de investir mais dinheiro na Universidade pra tentar mudar o que está aí, melhorar o ensino secundário na sua totalidade. Seria preferível investir maciçamente no curso secundário? Porque essa é uma tese, a de que as condições brasileiras ainda não comportam um nível universitário de alta categoria?

M.S. — Mas a questão é saber se há condições de melhorar o ensino secundário, experimentar no curso secundário. Eu tenho a impressão de que é preferível investir no secundário do que dar mais importância à privatização maciça desse setor.

L. e L. — Mas parece meio paradoxal isso, porque se pra melhorar o secundário nós precisamos de um maior número de professores com boa formação, se a Universidade é desamparada e piora ainda mais, como fazer com os professores para melhorar esse secundário?

- M.S. — Eu acho que mesmo no ensino superior, houve um equívoco muito grave: embora se fale muito em universidade particular, que hoje existe às pencas no Brasil inteiro, essas universidades são alimentadas com dinheiro do Estado. Eu acho que esse dinheiro é que não poderia entrar nessas Universidades.
- L. e L. — Professor, eu gostaria de fazer uma pergunta, ainda: o sr , como professor e pesquisador, acha que as atividades de pesquisa e de ensino podem ser bem harmonizadas? Ou, para que haja uma verdadeira pesquisa a pessoa deve ficar um tempo só na pesquisa? Como é que o sr vê essa integração da pesquisa e do ensino? Como é que o sr. viveu isso, porque essa é a experiência que nós estamos vivendo.
- M.S. — Varia, mas em geral é nossa tradição, a não ser para as pessoas que trabalham em institutos especializados. Na verdade, isso parte da Física mesmo, as coisas mais importantes de hoje já não são nem feitas nas universidades, são feitas em institutos especializados, com melhores equipamentos. Então, existem os chamados institutos nacionais, de que aqui no Brasil já se está também começando a cogitar, especializados em tal área. Não na ciência toda, mas em uma área específica.
- L. e L. — Como na França, alguma coisa assim?
- M.S. — É, como na França, nos Estados Unidos: institutos nacionais. Na Física há um setor importante. Há muita coisa, mesmo na parte de pesquisa, que já não dava para ser feita na Universidade. Então há esses institutos nacionais que têm equipamento melhor que as Universidades. E o pessoal que trabalha lá, também é professor universitário, só que eles tiram licença na Universidade, por meses, anos até, e vão trabalhar no Instituto Nacional, pra fazer as pesquisas. Ou vão durante as férias. Tem várias formas. É preciso; esses institutos nacionais especializados precisam.
- L. e L. — Estando um pesquisador numa pesquisa importante, em vias de chegar a resultados importantes, o sr. acha que o fato dele ao mesmo tempo estar dando aula, o estimula, contribui para o resultado dessa pesquisa, ou faz com que ele disperse sua concentração?

M.S. — Bom, depende. Não se pode dar assim uma idéia geral. Há certas experiências que devem ser feitas com muita intensidade, principalmente as experiências que envolvem materiais que são muito custosos. Aí é que é preciso trabalhar rapidamente para baratear os equipamentos. Nesses casos a pesquisa tem que ser feita com a maior intensidade. Enfim, há muitos fatores a levar em conta mas eu acho que há alguns que são extremamente urgentes. É urgente melhorar a universidade, deixando fazer o doutoramento cedo. Eu acho que o ideal seria a velha tradição européia. Muitos países não têm nem tradição de doutoramento. Países como a Inglaterra, com uma tradição cultural tão formidável, não tinha doutoramento até antes da 2ª Guerra Mundial. E outro país também, que não tinha doutoramento, era a Itália. Só recentemente foi criado, e é engraçado que são uns alunos medíocres. Mas lá, em Física, era um curso de 4 anos, no fim, no último ano, a pessoa já fazia uma pequena tese. O final do curso obrigava a uma pequena tese que conferia o grau de doutor.

L. e L. — Que é uma espécie de conclusão de curso.

M.S. — Sim, mas muitas descobertas de grande importância apareceram nessas teses. E isso é muito interessante, porque no atual sistema de pós-graduação, quando alguém vem com uma pequena tese do exterior, não é dada a equivalência, porque não foram feitos tantos créditos de curso, tantos anos de trabalho de base, etc. As avaliações são muito deficientes, inadequadas, critérios diferentes. O valor depende da seriedade com que a pesquisa é tratada, com que o trabalho é encarado, com uma estrutura final. A avaliação ficou tão quantitativa que, quando se trata de dar uma equivalência de títulos, ninguém examina o trabalho mesmo, seu valor científico. Não, não era o número de horas, o que deviam examinar era o resultado final. Então, essas avaliações são muito precárias. E pelo contrário, entende? Aqui no Brasil, num certo sentido, faz-se um excesso de pesquisas. Não é um excesso de boa pesquisa. É um excesso de pesquisa inútil. Você pega por exemplo a área de Biologia, o pessoal lá que trabalha só quer publicar mundos e fundos, mas, em geral, o que eles publicam não vale nada. Vai ver o que é que conteve de contribuição à ciência, não tem nada.

L. e L. — E o sr. acha que seria possível mudar pra valer a mentalidade brasileira, a ponto de a gente ter coragem pra poder julgar a qualidade dos trabalhos?

M.S. — Só se mudar o que está nesse critério quantitativo, para os trabalhos serem mais rigorosos. Qual é a qualidade do que se faz? Aqui acontecem coisas. Eu me lembro uma ocasião em que uma moça fez uma tese, tese que deve ter sido considerada como excelente, pois até foi publicada como livro. Diz-se que é um assunto sobre o qual a bibliografia é mínima, parece que existem três obras a respeito. Essa moça fez a tese dela e não consultou nenhuma das três obras. Quer dizer, o assunto foi recheado de teorias, assim, abstratas. Como não conhece a realidade brasileira, não estudou o que foi assunto dentro de nossa realidade. Essa é que é: ficar na abstração, pra depois publicar um livro, sem consultar a bibliografia existente sobre o assunto, só pode levar a este resultado. Quer dizer, o que se faz é isso. Aprendem-se certas teorias sociológicas aí, que pode ser que se apliquem bem lá na Europa, em outros lugares, mas que não correspondem às condições daqui. Então, vêm aplicar sobre um negócio caboclo como o nosso. É como querer aplicar aqui aquelas teorias sobre partidos políticos, que são feitas na Europa. Não dão certo, é uma mera tapeação. No nosso campo é um tipo de tese característica, metade é assim, teoria e método, e depois a aplicação do esquema. Mas que teoria é, uma teoria que pelo menos se aplique às condições brasileiras? Aí é que está o negócio!

L. e L. — Não é uma teoria aplicada a qualquer coisa.

M.S. — Mas é mal sabida, a teoria. Isso é que é pior. Mal assimilada, conhecida muito pela rama. Uma coisa é uma teoria que deve se aplicar à Europa, Estados Unidos, Japão, outra é uma teoria que vai ser aplicada aqui no Brasil. Que fazem eles? Importam essas teorias para o Brasil, e eles simplesmente aplicam as teorias lá de fora para outra realidade.

L. e L. — Desculpe: o sr. está dizendo que o método é o mesmo, no Japão, na Europa e no Brasil, o partido político, não.

M.S. — Não, um partido é uma coisa diferente de um país para o outro, tem tradições. Não são só os partidos políticos...

L. e L. — Não, a existência de partidos políticos diferenciados significa a mentalidade do povo. E essa diferença é tudo.

M.S. — E mesmo essas teorias de Ciências Sociais ou Literatura, quando elas nasceram lá fora, elas nasceram de um objeto, elas não eram prévias a um objeto, agora, aqui, elas se tornam abstratas, meros modelos, pra serem aplicadas sem base na realidade. Mas também não quer dizer que lá fora não se faça muita coisa ruim. A questão é a seguinte: é que houve um tempo aí, isso eu acho que foi um período péssimo no Brasil, em que apareceu a moda. só se falava em marxismo, estruturalismo, parecia que não existia outra coisa.

L. e L. — Mas acho que já está passando, professor?

M.S. — Passou. Mas era só nisso que o pessoal falava, e ficava estudando certas teorias extremamente afastadas da realidade concreta ou pelo menos da realidade concreta brasileira. Mas acredito que estavam afastadas da realidade concreta até lá mesmo, em países europeus. Estavam fora do mundo, e aqui isto só piorou.

CANDIDO SILVA DIAS

Acredito que tenho aqui uma oportunidade de lembrar as circunstâncias em que surgiu a Universidade de São Paulo, vista, não por quem tomou parte ativa, mas por quem, naquela época, tinha vinte anos, o que era o meu caso. A fundação da Universidade de São Paulo foi realmente um grande acontecimento, sob todos os pontos de vista, da cultura, do ensino, ou científico e tecnológico. Não se trata efetivamente da primeira Universidade do Brasil, existem outras Universidades que foram criadas antes. A própria Universidade do Rio de Janeiro, administrativamente, pelo menos, a precede. A Universidade de Minas Gerais, se não me engano, foi criada no período do Presidente Antonio Carlos, portanto, antes de 1930; e, se não me falha a memória, creio que também no Paraná, em Curitiba, a Universidade precedeu a de São Paulo. O que há de diferente na Universidade de São Paulo é o espírito com que ela foi fundada e os recursos com que contou já de início. Ela foi obra de um governador, digamos, esclarecido, Armando de Salles Oliveira, e de um grupo de pessoas que o assessoravam, entre os quais teve papel de destaque Júlio de Mesquita Filho, diretor, na época, do jornal *O Estado de S. Paulo*. A novidade foi a decisão de obter a colaboração dos professores de fora, do estrangeiro. Isto era um ponto fundamental, até discutido na época, no sentido de que muitos professores, inclusive entre os fundadores, julgavam que existiam aqui elementos que podiam muito bem fazer parte do corpo de professores. Mas eu creio que foram sistemáticos nisso, com pouquíssimas exceções — estou me lembrando de uma, relativa ao historiador Affonso D'Escragno Taunay. A procura e contratação desses professores no exterior foi também um fato interessante. A pessoa que se incumbiu disso diretamente foi um matemático; um bom matemático, uma excepcional pessoa. Refiro-me a Teodoro Augusto Ramos, então professor na Escola Politécnica e conhecido engenheiro, um eficiente engenheiro. Teodoro Ramos foi incumbido de contratar esses professores e os critérios adotados são interessantes, sobretudo para quem viu de fora e constatou depois o resultado. Por exemplo, contratou na área de Ciências Humanas quase exclusivamente na França. O inter-

mediário, a pessoa a quem ele teve acesso, ou a quem quase todos aqui tinham acesso naquela época, era uma espécie de representante do Ministério do Exterior para assuntos culturais, no que se referia ao Brasil. Tratava-se de uma imponente pessoa e chamava-se George Dumas. Por acaso, eu o conheci, porque vinha ao Brasil de vez em quando. Numa dessas ocasiões, creio que em 1931, eu era aluno do Liceu Pasteur e, quando ele vinha ao Brasil, o diretor do Liceu, Rui de Paula Souza, que era um homem muito culto, gostava de apresentar aquele imponente francês nas classes. Lembro-me que uma vez ele ficou muito interessado em saber se algum aluno sabia quem tinha sido Auguste Comte. E eu sabia, porque meu pai, como tantos de seus contemporâneos, se interessava pelo positivismo, e em casa o nome de Comte era mencionado com freqüência. Pois bem, George Dumas foi o instrumento, digamos assim, na contratação de professores na França. Essa contratação foi curiosa e feita com critérios diferentes, dependendo do país. Há um livro recente de um dos primeiros professores da Universidade de São Paulo, da área de Filosofia, um homem muito culto que deixou bastante influência e muitos amigos aqui: Jean Maugüé. O livro se intitula *Les Dents Agacées*. Trata-se de uma autobiografia que parece uma auto-análise também. É um livro que recomendo para quem quer entender algumas coisas, e realmente penetra nas estórias da Universidade de São Paulo. Mas o ponto que eu queria lembrar aqui e que define os critérios de contratação é o seguinte. Maugüé tinha sido aluno da *École Normale Supérieure* famosa escola na França, e estava com um pequeno atraso em relação a seus colegas — os colegas dele foram pessoas muito importantes, como Jean-Paul Sartre e Raymond Aron — na obtenção da *Agrégation*. Na ocasião tinha sido destacado para um *Lycée* no interior da França. Um belo dia recebe carta de George Dumas, pedindo que fosse a Paris. O assunto era o convite para que ele aceitasse esse lugar, esse cargo, essa aventura de ser professor na nova Universidade de São Paulo. Diante das circunstâncias de sua vida naquela época, ele achou aquilo extraordinário porque lhe daria, de imediato, status de professor universitário, o que levaria muito tempo para obter na França. Então este era o critério, quer dizer, era a penetração, a agudeza de antecipar pessoas que na realidade não tinham ainda um currículo efetivo, mas que eram promissoras. E promissoras na opinião de George Dumas, que por sinal era psicólogo, conhecido autor de um imenso tratado de Psicologia. Mas vieram muitos outros naquela época. Desse grupo vieram, por exemplo, Claude Lévi-Strauss, Pierre Mombeig, Fernand Braudel, e outro que se transformou num grande sociólogo, Roger Bastide. Nenhum deles era professor efetivo. Acredito que nenhum deles era então sequer *Docteur*. Ontem ainda discuti aqui com o Sérgio

Mascarenhas sobre quais eram as três pessoas de maior repercussão internacional que tinham passado pela Universidade de São Paulo e nela atuado, e uma sugestão minha foi incluir Lévi-Strauss, com o que concordou plenamente. Depois de divergirmos um pouco, eu coloquei André Weil e também Braudel na lista, e ele com muita razão lembrou que Dobzhansky, Prêmio Nobel de Genética, trabalhou muitos anos em nossa Universidade. Claro que essas *listas de três* são muito subjetivas. Mas, quanto ao Braudel, este foi o criador de uma escola no campo da História, a chamada escola de *Les Annales*, na França. Quanto ao Mombeig, depois fez uma tese muito importante, intitulada *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. É um livro lindo, um livro abrangente, que faz entender o Estado de São Paulo, faz entender o Paraná, faz entender o que era isto aqui, essa expansão colossal da década de 30 e 40. Enfim, é um trabalho notável. E esse homem, também, acabou no *Collège de France*. O Braudel também. Já o Lévi-Strauss é mais que isso, é um nome universal. Então veja o seguinte, que penetração, como foram bem escolhidos esses professores.

Na especialidade do Teodoro Ramos, que era matemático, o critério foi muito diferente. Ele procurou os matemáticos na Itália. Tendo impressão que aí influíram as autoridades universitárias italianas e a escolha foi igualmente notável. Teodoro Ramos escolheu na Análise, na Matemática propriamente dita, o Luigi Fantappiè, e na Física o Gleb Wataghin. Isso numa primeira fase; depois, em 1936, dois anos depois, veio um outro grande matemático, o geômetra G Albanese. Todos esses já eram professores efetivos, naquela classificação italiana de *Professore Ordinario*; o Extraordinário é o que vem antes. Todos eles eram professores consagrados. O Fantappiè, que teve uma carreira brilhante e rápida, nesta época era professor na Universidade de Bolonha. Já tinha sido professor em Palermo, já tinha sido professor em Cagliari e começou a vida científica como assistente de um dos maiores matemáticos, que era o Volterra. A mesma coisa o Gleb Wataghin, que era professor em Turim. Então o critério foi diferente e funcionou. Nas outras áreas, os professores, por exemplo, de Química e de Ciências Biológicas, vieram da Alemanha. Digamos que o critério aqui foi imposto pelas circunstâncias. Isto acontecia em 1934 e era o início das leis racistas do Terceiro Reich. Lá foram contratados Heinrich Rheinboldt e Heinrich Hauptmann, professores de Química. Foram contratados o professor de Botânica, Feliz Rawitscher, o professor de Fisiologia Ernst Marcus, e um que se chamava Breslau, que morreu logo depois de chegar aqui, e de cuja especialidade não me recordo. Mas todos também homens notáveis. Então, pode-se dizer a respeito de Teodoro Ramos: missão cumprida. É realmente uma coisa que me surpreende.

Agora, do meu ponto de vista de vinte anos, daquilo que eu vi. Eu não tinha idéia de nada disso, eu era aluno da Politécnica. Ia começar o terceiro ano da Politécnica e me escapou completamente esse movimento de criação da Universidade de São Paulo. Mas eu me lembro de uma coisa extraordinária. Eu me lembro do dia, da hora e do lugar onde estava quando abri o jornal *O Estado de S. Paulo* e vi a notícia da fundação da Universidade em comemoração do dia 25 de janeiro, aniversário da cidade. E os detalhes da constituição dela. E aquela novidade que era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e, na sua enumeração, a Seção de Ciências e a Sub-seção de Matemática. Eu estava na casa de um tio, em férias. E é interessante aquela sensação momentânea em que a pessoa se decide: isto está para mim! E estava. Realmente, foi esta minha experiência direta de *outsider* vendo o que acontecia. Quatro meses depois, em abril desse ano, chegou o primeiro deles, Fantappiè. E pouco depois, em junho ou julho, Gleb Wataghin. Fantappiè de início foi contratado para dar também as aulas da Politécnica, o que fez em 34 e 35. Lembro-me ainda das primeiras aulas que deu, no Anfiteatro da Eletrotécnica, repleto. E era realmente notável. Ele era muito bom didata, excelente didata. E dava o curso, digamos, exatamente como se costumava dar na época na Itália, e no caso dele era basicamente inspirado naquilo que era muito popular na época, o livro de Análise do Severi. Mas aqui não era propriamente um deserto de homens e de idéias, como disse o Marcelo Damy. Havia, entre outros, um professor que já mencionei, Teodoro Ramos, que era muito bom professor e muito bom cientista, conhecedor profundo de Mecânica. Foram as primeiras aulas excelentes a que eu assisti na minha vida. Foi um ano antes disso, em 1933. Teodoro Ramos era um homem de grande cultura científica; poucos anos antes tinha feito uma série de conferências. Acredito que ele tenha sido a primeira pessoa a ter feito um curso especial sobre a Mecânica Quântica. Isso foi publicado, se não me engano, no *Boletim* do Instituto de Engenharia. Isto para citar uma pessoa excepcional e sobre ele mesmo é que houve tantas discussões. Muitas pessoas julgavam que ele devia ser professor da nova Universidade, na Faculdade de Filosofia, e ele se julgou incompetente, não sei se por modéstia ou se por outra razão. Ele era um homem muito versátil. Era capaz de construir o serviço de água da Adutora de Santo Amaro, de 1928 a 29, era capaz de fazer essas escolhas que comentei, era capaz de escrever um bom livro sobre Espaços, *Cálculo Vetorial*, aliás publicado na França; e também era capaz de dar cursos mais avançados como esse a que me referi. Ele era amigo íntimo de uma outra figura, que deve ser lembrada, se bem que que não fosse diretamente ligada a São Paulo. É o caso de Manuel Amoroso Costa, que era professor na Politéc-

nica do Rio e que faleceu em circunstâncias trágicas, em dezembro de 1928. Políticos do Rio de Janeiro, da oposição, do então Partido Democrático, prepararam uma recepção a Santos Dumont. Este voltava, aparentemente, para ficar em definitivo no país e resolveram homenageá-lo. Uma das homenagens era jogar flores no navio, de um avião onde estava uma comitiva ilustre, entre os quais o Amorooso Costa. O avião caiu e todos eles morreram, quer dizer, foi um desastre a festa de chegada. Se não me engano, era dia 3 de dezembro de 1928. Eu tinha quatorze ou quinze anos e me lembro muito bem desse desastre.

Bom, fiz um parêntese para homenagear Teodoro Ramos, que foi tão ilustre e tão importante na constituição da Universidade de São Paulo, e também para prestar depoimento pessoal de ex-aluno.

Mas voltemos ao Fantappiè e vejamos o que ele fez em matéria de ensino e em matéria de pesquisa; depois falarei de outros. Ele era extremamente trabalhador e não poupou esforços para diversificar os cursos que aqui deu. Ele dava, obrigatoriamente, esse curso de Cálculo, que era no primeiro ano, e dava também a parte relativa a Geometria Analítica, que depois passou para o Albanese. Esse período vai de 1936 a 39. Ele dava, sistematicamente, no segundo ano, Teoria das Funções Analíticas. Por exemplo, já em 35, ele deu um curso de Teoria das Equações Diferenciais Ordinárias e Equações Derivadas Parciais até Equações Lineares de Segunda Ordem e um curso muito curioso e completamente diferente disto sobre Teoria dos Números. No segundo ano, em 1936, pela primeira vez se teve em São Paulo, e seguramente no Brasil, um curso sobre Teoria dos Grupos de Substituição e Equação Algébrica, que é como naquela época se chamava a Teoria de Galois. Ele seguia o mestre dele, que era Luigi Bianchi. Era um livro de equações pessoal, dele, e foi aí que deu isso pela primeira vez. No ano seguinte ele deu Teoria dos Sistemas de Equações Derivadas Parciais, Lineares e Diferenciais Totais. Em 38, se não me engano, ele deu um curso de Funções Elípticas. Em 36 ele deu o curso de maior repercussão do ponto de vista de pesquisa, no setor dele, que foi o curso sobre a Teoria dos Funcionais Analíticos, que era de criação dele; sobre isso falarei depois. Em 1937, deu um curso sobre os Grupos de Lie. Em 38, deu um curso sobre Cálculo Diferencial Absoluto, que era inteiramente baseado naquele livro da Coleção Amarela alemã, *Der Ricci Kalkul*, e deu também uma Introdução à Relatividade Generalizada, que naquele tempo era uma excentricidade, digamos assim, e que hoje é de tanta repercussão, cosmogonia, etc. E ele deu também, se não me engano, um outro curso sobre o que ele chamava de Análise Geral, uma espécie de introdução à Topo-

logia. Veja que isso tudo foi neste curto período de 1936 a 1939. Portanto, a contribuição dele no sentido de criar ambiente e ensinar, enfim, aqui, diversas teorias, foi muito grande. E um outro fato em que ele se empenhou muito, e que foi muito importante, foi um seminário que de início, pelo menos em 35 e 36, era de Matemática e Física, em colaboração com Wataghin. Eu me lembro das conferências, inclusive do Mário Schemberg, no Instituto de Engenharia — o seminário era lá, e a repercussão foi muito grande. Fantappiè queria estender isso a todo o ambiente culto, por isso esse seminário não era feito na Universidade, mas no Instituto de Engenharia.

Voltemos ao curso de 1936, sobre a Teoria dos Funcionais Analíticos, já mencionado, e no qual se empenhou a fundo; esse curso foi realmente notável. Os primeiros trabalhos de Fantappiè sobre esse assunto foram de 1925, isso verifiquei anteontem aí na Biblioteca, e seu grande trabalho sistematizador da teoria foi publicado em 1930 e apresentado por Severi e Volterra. Mas, de 30 até a época deste curso, evoluiu bastante na apresentação da teoria. O ponto de base, os espaços de funções analíticas, que no início eram funções analíticas no sentido de Weierstrass, era coisa pouco manejável. Ele transformou, também, pontos básicos na apresentação daquele esboço de topologia que havia já então naquela época. E foi tudo isso, e sobretudo as aplicações que já tinha dessa teoria, no campo da análise, na fixação rigorosa do Cálculo de Operadores. Procurava, com os recursos da Teoria dos Funcionais Analíticos, dar um sentido — que B a um operador, a G de B , o G aqui sendo uma função analítica e B um operador — e sobre isso obteve resultados muito precisos. Esses resultados estão numa memória do *Rendiconti del Circolo Matematico di Palermo*, se não me engano de 33. Depois ele evoluiu mais. Publicou uma memória na época deste curso, em 1936, e isso tudo foi reelaborado num trabalho posterior de 1941, nos Anais da Academia da Itália. Na época, tinha também uma aplicação de interesse, inclusive em Física, que era o Cálculo de Funções de Matrizes. Nesse sentido, o primeiro trabalho de pesquisa, aqui, lá do setor, e que foi publicado, era uma nota de Osmar Catunda, aliás bem interessante, que estendia esse Cálculo das Matrizes a Funções de Funções de Matrizes. Tratava-se de um trabalho muito bem feito e eu me lembro da generosidade e alegria do Fantappiè, e que figura ainda nessa sua memória fundamental, além dessas aplicações a equações de derivadas parciais: ele achava que se podiam definir operadores analíticos para certos tipos de equações diferenciais que têm composição, entre as soluções. É o caso clássico das equações lineares em que a solução geral é uma combina-

ção linear das soluções fundamentais. A parte preparatória desse estudo, ele deu como argumento de um seminário que durou todo o ano de 1938 e me deu um imenso trabalho pois fui seu expositor. Era a Teoria de Lie-Vessiot. Um matemático brasileiro que se ocupou de coisas conexas é de Campinas, o Kumpera. E o objetivo de Fantappiè era já bem definido e já havia feito alguma coisa num caso muito simples que é a famosa equação de Riccati. E o grupo que aparece ali é um grupo simples, é o grupo projetivo sobre a reta. Os trabalhos de Lie e Vessiot eram do fim do século XIX e começo do século XX, mas são trabalhos bem completos; procurava sua generalização. Seu sonho era, digamos, associar a cada um desses tipos canônicos de equações um operador e ele desejava estudar a estrutura desses operadores. No grupo de translação o operador é óbvio, é a integração. Nesses outros, em cada uma das estruturas de grupos contínuos e de grupos contínuos simples, viria a estrutura correspondente. Ele realmente sonhava com isso, mas infelizmente, basicamente, isso ficou em sonho. Mas, curioso é que procurou avançar o mais possível. Para fazer isso precisava conhecer grupos. Naquele tempo esses belos livros sobre Grupos de Lie não existiam. O livro famoso de Grupos de Lie, o livro mais completo é de 46; é o livro de Claude Chevalley. Nós estávamos longe disso e ele, para estudar essa estrutura dos grupos, deu isso como argumento ao Catunda, que também passou um ano, ou pelo menos um semestre, decifrando e expondo uma coisa básica que era a memória sobre classificação dos grupos simples e que serviu de base ao doutoramento de Élie Cartan, não o Henri Cartan, mas seu pai. E isso foi muito detalhado, muito estudado. Quer dizer, a parte preparatória ele tinha. Eu me lembro disso em 1983. Ele voltou em 39. Em 1938 eu vi que existia livro melhor que aqueles, mais adiantado que aqueles que ele possuía, que era o livro do Bianchi sobre grupos contínuos. Era um livro publicado uns dois anos antes nos Estados Unidos, por Eisenhart. Mas os grandes livros vieram ainda depois. E eu descobri uma coisa importante naquele tempo, que eram os trabalhos do Cartan e do próprio Schouten, sobre o que eles chamavam Geometria dos Grupos de Transformações. Então, havia todo um arcabouço montado, que dava mesmo impressão de que podia ser usado. E até hoje, passados tantos anos, mais de quarenta e cinco, eu olho nas bibliografias e ainda não vi uma continuidade; e não estou convencido de que é estéril. Eu acho que, como no movimento pendular, não chegou ainda o momento de voltar a esse assunto.

Tudo isso me sugere mais uma lembrança. Era o empenho do Fantappiè em levar alunos ou professores à Itália, mesmo que fosse por um período de quatro ou cinco meses, de novembro a março. Em 1938 ele convidou o Catunda e a mim. O Catunda foi e eu não,

por circunstâncias familiares, ia nascer o primeiro filho. Essa curta viagem foi muito útil ao Catunda. Ele elaborou um trabalho importante nos fundamentos da teoria do Fantappiè e fez também um trabalho significativo sobre Sistemas Diferenciais Totais, que foi publicado nos Anais da Academia. Preparou também uma tese de concurso, que nunca foi defendida porque esse concurso não houve, no ano seguinte, de 1940. Em novembro de 1939, Fantappiè volta à Itália pouco antes de uma reunião internacional que se chamava *Convegno Volta*. Empenhou-se muitíssimo para levar cinco pessoas daqui. Já tinha todos os recursos, etc., mas, como sabem, estourou a guerra. E agora um pequeno detalhe sobre isso. Toma o vapor em Santos, e esse vapor atraca em Recife. Poucos dias depois recebe uma carta dele, enviada de Recife, que dizia o seguinte: “Olha, eu estou otimista. Eu acho que esse problema da guerra não é um problema sério. Esta guerra vai terminar logo, de maneira que nós precisamos manter acesa essa chama e mantenha seus colegas alertas, porque acho que poderemos ainda fazer essa viagem”, a viagem dos cinco que ele projetava. Vejam seu estado de espírito. Estávamos em dezembro de 1939, naquele período neutro da guerra. A guerra foi declarada no dia 1º de setembro. Durante setembro houve a guerra contra a Polônia. Hitler liquidou a Polônia com relativa facilidade. Os russos ajudaram a liquidar, e depois em dezembro os russos resolveram liquidar a Finlândia, que podia incomodá-los. E a guerra propriamente importante, a guerra contra a França e a Inglaterra, estava em ponto morto. Acho que foi isso que deu ao Fantappiè aquela convicção de que tudo ia se passar daquele modo. Bom, todos sabem que em maio de 1940 vem a grande ofensiva, a França é derrotada e ocupada. No segundo semestre, a Batalha da Inglaterra, que Hitler não venceu; no ano seguinte a invasão da Rússia. Quer dizer, aquela guerra não era uma guerrinha e tinha muita coisa para acontecer que estava longe da previsão de Fantappiè.

Em seguida vieram anos sem sua colaboração, mas continuamos até 1942 a contar com a colaboração de Albanese. Este veio em 1936 e introduziu aqui diversos cursos. Cursos de Geometria Algébrica e em dois outros campos, que tiveram repercussão. Um deles, de Geometria Diferencial, um dos primeiros nesse campo que se realizavam aqui, e outro sobre Fundamentos da Matemática. Esta segunda direção foi muito mais frutífera e deu origem a diversas teses, e não só de doutoramento, como por exemplo a de cátedra do Furquim. E o curioso é que a parte geométrica que constituía o núcleo da pesquisa do Albanese e que era a Geometria Algébrica, não teve maior repercussão. Com exceção de um trabalho do Castrucci, que se não me engano,

é sobre Curvas de Terceira Ordem, assunto da tese de doutoramento dele em 43.

Bom, aí vem o período da guerra. No início de 1940 contamos com a colaboração de G. Mammana, temporária, porque em agosto de 42 o Brasil entra em estado de guerra contra a Itália, e suspendem a colaboração. Esse foi também o caso do professor A. Bassi, que tinha sido contratado para o Rio junto com o Luigi Sobrero e o Mammana. Em 1942 ele veio temporariamente para São Paulo e deu um curso interessante. Tratava-se do primeiro curso sistemático sobre Topologia Algébrica, baseado essencialmente no livro clássico de Seifert e Threlfall. Lembro-me bem do sentimento profundo de desagrado, tanto dele como nosso, por aquela colaboração ser interrompida. Só dois anos depois, e com a ajuda de amigos mineiros, ele conseguiu se equilibrar, porque, por razões familiares, não voltou para a Itália, ao contrário dos outros professores, O Occhialini também não voltou e foi para a Inglaterra, creio que em 1946. Bassi, bem depois, em 52 ou 53, foi contratado para a nova Escola de Engenharia de São Carlos, dando origem ao Departamento de Matemática e depois ao Instituto de Ciências Matemáticas, em cuja criação tanto empenho teve.

Voltando ao período de 1940 a 42, começou a render um pouco o trabalho, não naquela direção que Fantappiè queria, mas na parte que era intrigante e ligada aos Fundamentos da Teoria dos Funcionais analíticos. Trata-se da minha tese, que é de 1942. Esta primeira tese ainda era primária, digamos assim, com relação ao que vem em seguida. Durante esse período, a Universidade de São Paulo tinha uma disciplina de Análise Superior e procurou-se professor para dar essa disciplina, sempre dentro daquele princípio de procurar no exterior o professor competente. Então organiza-se uma lista, e esta lista é curiosa. Nela estavam o Professor Bergman, também um húngaro famoso em Teoria dos Números, Paul Erdős, e outro nome já importante e que era André Weil. O Diretor da Faculdade nesse tempo era o André Dreyfus. Há poucos dias, lendo as obras completas do Weil dei com seus comentários, onde conta com precisão como veio parar no Brasil. Houve a intervenção do Lévi-Strauss. Tanto o Weil como Lévi-Strauss tinham fugido da França logo depois da queda de Paris. Em 1940 eles foram para os Estados Unidos e o Weil teve um período extremamente difícil. E o Lévi-Strauss, talvez menos difícil que o dele. Tornaram-se amigos, em Nova Iorque, e o Weil teve notícia, ao receber esse convite, da possibilidade de vir a São Paulo, e o Lévi-Strauss influenciou decisivamente. Achou que ele iria se dar bem; ele se decidiu e veio para cá em março de 1945, quando estávamos no fim da guerra. Aí tem origem um outro perío-

do, um período muito diferente, um período, digamos, moderno, porque o Weil era figura chave no chamado Grupo Bourbaki. Nesse tempo havia poucos fascículos publicados do Bourbaki e então tivemos, e eu em particular tive, ocasião de assistir à elaboração de partes do Bourbaki muito importantes que foram também discutidas aqui. Isto porque, no ano seguinte, em 1946, Weil conseguiu o contrato de Jean Dieudonné, figura muito importante no grupo e posteriormente membro da Academia. Hoje, está aposentado na Universidade do Sul da França, em Nice. Dieudonné veio para São Paulo e criou-se um ambiente extremamente favorável ao trabalho de Weil.

Nessa época, ou melhor, em 1946, tem início no Rio a atividade daquele Centro Matemático da Fundação Getúlio Vargas, na qual tomaram parte saliente o Oliveira Castro, e figuras célebres da Matemática brasileira, como Leopoldo Nachbin e Maurício M. Peixoto. E eles fizeram parte deste grupo; já em 1946 houve colaboração deles com São Paulo. Na parte de cursos, a participação do Weil foi enorme, como podia-se esperar. Ele deu curso sobre Espaços de Hilbert, deu curso sobre Geometria Diferencial, enfim, sobre tudo aquilo que estava se elaborando na época. Em 1945 houve também a colaboração de um grande geômetra, Oscar Zariski, que tem uma história parecida com a do Wataghin. Bariski, que também era emigrado da Rússia depois da Revolução, tinha também ido para a Itália, e depois foi professor na Johns Hopkins, nos Estados Unidos. Na época em que veio para cá, já era muito conhecido por seus trabalhos em Geometria Algébrica. Estabeleceu-se uma colaboração muito grande entre os dois e tivemos uma época de seminários tão ativos como aqueles de 37-38, e já, digamos, no nível de dez anos depois. Eu me lembro de um seminário interessantíssimo, de uma discussão apertada entre o Weil e o Zariski, sobre como apresentar a Teoria da Medida, a Teoria da Integração. Foi um espetáculo, porque era uma espécie de desafio. Ora levantava-se um e ia à pedra e expunha, ambos excitados, como se aquilo fosse um fato que tinha que ser decidido na hora. Não foi decidido na hora. O que o Zariski dizia, o que defendia, é a base do livro de Paul Halmos, que é de 1950; e o que o Weil dizia era a base dos livros sobre integração do Bourbaki, que também foram de 1949, 50, 52. Quer dizer, não se decidiu nada, cada um ficou com sua opinião e a literatura ficou enriquecida. Mas é muito interessante assistir isso antes de acontecer, é claro. Tudo surgia em torno de um seminário sobre um livro famoso do Weil, aquele sobre Grupos, Teoria da Harmônica; o livro era objeto dos seminários, era ali discutido. E lá entrava de um modo essencial a Integração e a Teoria da Integração, que era apresentada de modo

muito sucinto no livro do Weil, que queria, justamente, completá-lo. Outro livro que surgiu na época e que deu origem a um seminário estafante, fui eu que o fiz também, foi o livro do Chevalley. Mas este já era um livro muito mais completo. É um livro difícil, profundo, é esgotante, no sentido de que quase fechou o assunto; mas foi feito também nessa época, em 1946.

Vou falar sobre uma conexão que tem muito a ver com o paralelismo que existe entre a Teoria das Distribuições e a do Fantappiè. Bom, o Fantappiè sai, volta, elabora uma tese, um trabalho, que ele julgava definitivo, mas que na realidade não era definitivo. A base topológica, sobretudo na parte de funcionais lineares da teoria dele, era precária; era muito crua. Ele fez depois um outro trabalho importante sobre a Indicatriz da Projetiva e desse trabalho, de 1943, tem conseqüência uma fórmula, que hoje é conhecida como Fórmula Fantappiè-Leray, parecida com a fórmula de Cauchy, para funções de mais variáveis. É uma das fórmulas mais completas e mais interessantes. O assunto, que é líquido em uma variável, é complexo em mais variáveis; e esse trabalho do Fantappiè teve uma repercussão importante. Mas, a teoria do Fantappiè é um fato curioso. Ela era originária do espírito da Análise Funcional Clássica, digamos, inspirada no Volterra, etc. Por exemplo, em 1932, saiu o livro do Banach sobre operações lineares, que é um livro central na literatura de Análise Funcional. Lembro-me de um dia, no apartamento do Fantappiè, ele se levantando, pegando na estante, e dizendo: “Olha aqui um livrinho que saiu recentemente” O livrinho, eu olho, era *Opérations Linéaires*, o livro do Banach. E aí ele faz um comentário: “Esses matemáticos, sobretudo esses poloneses, gostam de grandes teorias, coisas abstratas, etc. Não é o meu ponto de vista. Eu gosto de fazer a teoria de tal modo que possa aplicá-la nos problemas de Análise de um modo imediato” E o caso é que ele fez, com isso que comentei, no Cálculo dos Operadores. Lembro-me que achei curioso aquilo, porque eu já tinha falado no livro e o homem não me incitava a ler o livro. Bom, este livro resumia o estágio da Análise Funcional até essa época de 32. E ela é basicamente baseada em Espaços Normados, Espaços Normados Completos, o que é o Espaço de Banach. Mas nessa época não havia ainda uma coisa que depois se mostrou indispensável, que era a *generalização* desses Espaços Normados. O espaço que interessa aos funcionais analíticos era o que depois veio a ser chamado Espaços Vetoriais Lineares Topológicos, em que a vizinhança da origem tinha importância decisiva em problemas de convexidade. Mas veja o que aconteceu. Essa teoria, na realidade, foi criada em 1935, por um dos maiores nomes da matemática que foi o Von Neumann. Von Neumann criou-a também preocupado com

operadores, ou então naquele seu espírito sistematizador. Agora, nessa pré-história, digamos, de tudo isso, tem uma importância muito grande o que aconteceu vinte anos antes, relativamente a Espaços de Hilbert e a representação dos funcionais. Essa representação dos funcionais tornava óbvia a necessidade de uma generalização do conceito de função, porque na representação de Riesz, dos funcionais que interessavam às equações integrais, não havia a função indicatriz, como aparece no Fantappiè, e ela aparecia na fórmula da integral de Lebesgue-Stiljes. Então, implicitamente, do ponto de vista de Análise, já era óbvio que o conceito de função iria ser generalizado. E ele o foi. Teve um matemático russo que em 1937 foi precursor da Teoria das Distribuições. É esse com quem o Chaim se ocupa tanto, Sobolev, em cujos trabalhos, todavia, a topologia subjacente é relativamente secundária. O problema analítico é que era a base de tudo. Mas, de qualquer modo, ele intui, ele usa coisas que correspondem às generalizações. A Teoria das Distribuições foi criada pelo Laurent Schwartz e foi exposta pela primeira vez em 1945, em Paris, e a base do Schwartz era muito adequada para isso. O Laurent Schwartz conhecia muito bem, digamos, a parte abstrata. Ele em parte criou, e não publicou, livros sobre a dualidade nos espaços vetoriais topológicos que foram objeto de trabalho do Mackey de 1945, da mesma época. Esses trabalhos foram fundamentais. Ele não publica, mas tira daquilo, digamos, os recursos para criar, além da parte aplicada, e Teoria das Distribuições. Quanto a isso, eu assisti às primeiras exposições sobre a Teoria de Schwartz, dadas pelo Weil, em Chicago, em junho-julho de 1948. E o trabalho em que ele é baseado é um trabalho fino, um trabalho de umas quinze páginas. Depois disso, o Dieudonné e o Schwartz, em colaboração, publicam um trabalho fundamental, já dentro do esquema da Variedade nos espaços Vetoriais Topológicos, em 1950, e que, digamos, num certo sentido, pelo menos nesta parte teórica, liquida o assunto. De mesma época datam os trabalhos de J. Sebastião e Silva sobre os analíticos. Agora, veja o seguinte — e agora vou falar de algo pessoal, relativo à Teoria do Fantappiè. Desde que ele deixou o Brasil eu fiquei muito intrigado, inclusive sobre a proeminência que ele dava na parte essencial, conceitual, da teoria dele, de ser definida a regularidade dele, de ser aquela da analicidade em relação ao parâmetro; e eu achava que precisava ter alguma importância a noção de continuidade. O assunto de minha tese de doutoramento é exatamente isso, mas ainda nada a ver com Espaços Vetoriais Topológicos. Era uma noção de Limite puramente seqüencial, mas de qualquer forma elimina na definição do funcional a dependência do parâmetro, que passa então a ser consequência. Por volta de 1934 foi publicado um trabalho de R. Cacciopoli, o qual tentava aplicar resultados de

Espaços de Banach na teoria dos funcionais analíticos relativamente aos teoremas de aproximação de Runge. E o Fantappiè estava delirando, que aplicava coisas dos Espaços de Banach na teoria *dele* que nada tinha a ver com isso. E na realidade a crítica tinha cabimento. Mas, o fato de poder deduzir aquelas propriedades do Runge da teoria dos funcionais, me calaram no espírito, me fascinaram. E havia uma memória de um tal S. Minetti que também pretendia usar a teoria do Banach nos fundamentos da teoria do Fantappiè. Agora veja o que aconteceu na realidade. Nesse período, em 1948, eu já sabia alguma coisa sobre Espaços Vetoriais Topológicos e o fundamento da intriga era o seguinte: era fácil definir o espaço linear de base, aquele identificando funções que são uma prolongamento da outra. Isso o Nachbin já tinha feito, num trabalho numa revista argentina, em 1947; enfim, o espaço vetorial de base era perfeitamente esclarecido. Outra coisa que era esclarecida era a Classe dos Funcionais. Os funcionais analíticos existiam, estavam ali, e existem, não há dúvida nenhuma. Então você precisava ligar os dois. Quer dizer, você precisava pôr a topologia lá naquele espaço vetorial, que fosse compatível, cujos funcionais contínuos eram exatamente a classe dos analíticos do Fantappiè. Nisso era essencial um trabalho de um americano, sujeito muito importante, de Harvard, e não muito conhecido: George Mackey. Essa pessoa estudou muito bem a essência da qualidade, num trabalho de 45. E em parte é o Schwartz fez também e não publicou. Bom, unindo as duas coisas é que saiu a sistematização da teoria, que hoje é assunto clássico. Quer dizer, no meu caso, por exemplo, eu fiz de um modo, digamos, mais sistemático, mais completo, porque essa sistematização da teoria foi feita em 51, 52, e, basicamente, tem três autores. Um fui eu, outro foi o Alexandre Grothendieck, que aqui deu tanta colaboração posterior, e o outro foi um muito bom matemático alemão, Gottfried Köthe. Os três trabalhos foram publicados com uma diferença mais ou menos de um ano, mas no *Mathematical Review* o primeiro que aparece é o meu, e recenseado por uma pessoa ilustre, o Dieudonné. E lá está tudo esclarecido. Quer dizer, naquela época a coisa ficou completamente esclarecida, num período de dois ou três anos. E aparece até na história que acompanha o fascículo do Bourbaki sobre Espaço Vetorial Topológico. Ele diz lá que a sistematização dependeu muito da motivação da teoria das distribuições e da teoria dos funcionais analíticos. Nesse caso eu tenho uma anedota pessoal muito curiosa. Quando o Weil fez essas conferências sobre as distribuições, em Chicago, eu notei que havia um fundo, uma estrutura comum, entre as distribuições e os funcionais analíticos. Depois eu me lembro que saímos e íamos para a Casa Internacional almoçar quando toquei nesse assunto com ele. O Weil era um homem incisi-

vo, afirmativo. Ele disse: “Não, não, *vous n’avez pas raison*” Às vezes ele falava em português, outras vezes ele falava em francês e outras em inglês. “Essas duas teorias são muito separadas. Uma tem que ver com funções de variável real e a outra com funções analíticas. Vocês sabem que funções analíticas têm um comportamento todo especial” Ele disse isso, mas não me convenceu, e na realidade ele estava enganado; a nota no Bourbaki diz justamente isso, da afinidade entre as duas. Agora, isso não quer dizer nada, o Weil não era especialista em Análise Funcional. Ele era o grande construtor de uma parte da Teoria dos Números e da Geometria Algébrica, nisso a colaboração dele era decisiva.

Bom, antes de terminar, os senhores vêem que eu estou chegando simplesmente ao começo de 1950, e antes disso houve um fato importante, em 1945, que foi a fundação da Sociedade de Matemática de São Paulo. Essa Sociedade foi dissolvida, posteriormente, em 59, quando da criação da Sociedade Brasileira de Matemática. Ela publicou um Boletim, e ontem mesmo eu ainda estive vendo: tem mais ou menos uns vinte e poucos trabalhos de pessoas do próprio Instituto, ou ligadas ao Instituto, que ali foram publicados, não durante todo esse período, até o período que estou me referindo, 51, 52; inclusive os primeiros trabalhos do Lyra, sobre Topologia Algébrica. Nisso, me orgulho em dizer que na minha volta dos Estados Unidos dei alguns cursos de Topologia Algébrica e o assunto fascinou o Lyra. E todos os trabalhos dele, a tese de doutoramento, a tese de livre-docência, todos eles foram no campo da Geometria Algébrica. Outro trabalho que é publicado também nesta revista é a tese de doutoramento do Chaim, que hoje é a grande figura do Instituto, o sustentáculo do Instituto. Portanto, eu não estou fazendo uma história completa, mas uma história de dezessete anos. De 1934 a 1952, no máximo, certo?

Depois de 1952 há a colaboração de muitas outras pessoas e há fatos muito importantes, como a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, que é de 1951, e repercute imensamente não só em São Paulo como no Brasil inteiro. No Rio de Janeiro, um fato muito importante é a criação do IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada do CNPq), em 1952. Ainda mais uma vez falando da própria pessoa, eu era Diretor do Setor de Matemática, lá colocado pelas mãos do Costa Ribeiro, que era realmente uma grande figura, uma figura que deixou muita saudade. Nesse período, de 51 para 52, elabora-se um trabalho delicado, diplomático, de convencer os membros do Conselho — hoje tudo parece simples —, mas lembrem que não havia nenhum Instituto do Conselho, este foi o primeiro. Havia fatos pessoais e políticos e de brigas. A famosa disputa do

Leopoldo com o Abdelay da Faculdade Nacional, com a intervenção dos professores franceses Dieudonné, Schwartz e Ehresman, no sentido de aumentar o número de cátedras na Universidade Federal. A análise que se fez, lá, na época, junto com o Leopoldo, o Maurício e outros, era que a solução seria muito mais interessante e frutífera se se criasse um Instituto *do Conselho*; isso se dá precisamente no dia 15 de outubro de 1952. O ano atrasado se comemorou essa festa e me convidaram, e, como hoje, eu contei as histórias mais restritas, mas não menos importantes, ligadas à fundação daquele Instituto que é hoje, sem desmerecer nenhum outro, e apesar das crises momentâneas devidas à situação geral do país, o centro básico, o grande centro da pesquisa matemática brasileira.

FLORESTAN FERNANDES

L. e. L. — Pode-se traçar um paralelo entre a Faculdade de Filosofia anterior a 1964 e a Faculdade de Filosofia de hoje?

F. F. — É possível, porque toda instituição tem sempre o mínimo de continuidade, mas eu penso sempre que o mais importante nos paralelos é a descontinuidade, não é? O que se manteve em termos de um certo padrão de trabalho, que foi totalmente destruído e que também em parte foi enriquecido, está aí; isso não nos deve preocupar, eu acho que é muito do sociólogo deixar de lado aquilo que é positivo no funcionamento das instituições e procurar aquilo que elas não estão fazendo. Ah, salta aos olhos que em 64 a Universidade estava sob uma forte comoção, que não era só reformista: ela era uma comoção estrutural, uma comoção que exigia uma reestruturação global. Esse movimento se espalhou por 67,68 e atingiu o pico no fim de 68. Não foi devidamente avaliado e foi exatamente isso que a ditadura destruiu. A ditadura caiu sobre esse processo de transformação e o pulverizou, e a Universidade posteriormente não teve vitalidade suficiente para continuar essa renovação nas novas condições. Quase sempre se alega que a ditadura não deu espaço para tanto. Mas o que se poderia dizer é que isso não foi tentado, cada qual se acomodou como foi possível à falta de liberdade e praticamente o protesto foi um protesto subjetivo, cada qual procurando manter a sua dignidade pessoal, a sua dignidade de trabalho e tentando eliminar as áreas de atrito mais violentas, que seriam as propriamente políticas. Então o paralelo que se poderia fazer era o de ver como a Universidade hoje teria que se relacionar com a sociedade. Vejo que há um termo que vem depois mas ele se coloca aqui também. Em 1964 aquela grande eclosão vinha de um longo processo

anterior, houve uma acumulação de insatisfações, de frustrações — a Universidade de São Paulo era a melhor universidade brasileira mas nem por isso ela deixava de ter problemas graves, deficiências graves e, principalmente ela não correspondia às necessidades especificamente brasileiras na área da educação superior. Por isso estudantes e professores de vanguarda, de espírito mais crítico, mais politizados, eram altamente favoráveis a uma mudança substantiva. O que se colocava em questão, portanto, era uma insatisfação que podia ser satisfeita através e por dentro da Universidade. Hoje a ditadura contribuiu para criar uma situação totalmente diferente. De um lado, ela isolou a Universidade da sociedade, ela fez com que a fermentação intelectual ficasse crepitando sozinha, como se ali estivesse um pequeno inferninho, que não interessasse a mais ninguém. De outro lado, a ditadura fez com que na própria sociedade se desencadeasse um movimento de transformação econômica que levou o movimento operário e o regime de classes a transformações profundas. Quer dizer que a partir da sociedade, hoje nós nos defrontamos com uma exigência muito maior a nível político, que se revela, se se tomam essas últimas manifestações contra a ditadura pela eleição direta. É possível avaliar qual é o grau de insatisfação, de frustração que afeta a sociedade toda — a Universidade hoje precisa se colocar não mais como uma Universidade que procura a sua mudança, mas como uma Universidade que precisa atender a uma idade mais madura da sociedade. No passado a insatisfação, os grandes ideais, vinham de convicções socialistas, de posições intelectuais e filosóficas, quer dizer de tentativas de transpor para o Brasil certas mudanças ou processos que ocorreram na Europa ou nos Estados Unidos. Hoje a exigência é outra. Hoje há todo um dilema político na sociedade brasileira ao qual a Universidade tem que responder. E para isso é preciso redefinir os tempos históricos da Universidade, quer dizer ela precisa sair de si mesma, sair de sua pele, procurar ser uma Universidade do fim do século XX, do início do século XXI, em termos por exemplo de reivindicações que estão sendo colocadas pelas massas trabalhadores. Quando se falava na Universidade crítica, da idéia de uma Universidade crítica ou de uma Universidade multi-funcional (ou qualquer

outra expressão que se usasse), havia sempre o ideal implícito, não é?, que entrava em conflito com a ordem existente. Hoje esta ordem se apresenta altamente contraditória e se vê questionada por fortes movimentos sociais. A Universidade hoje tem que partir daqui, ela não pode mais partir de 64, pois ela não pode mais engatar o seu presente ao seu passado, ela tem que responder aos novos dilemas, ela tem de ser brasileira nesse sentido, sair de sua pele para dizer o que ela é nos tempos em que nós estamos vivendo, fugir a certos ideais que tiveram muita importância no passado e também na minha geração. A nossa preocupação principal era criar uma ciência positiva, objetiva, crítica, capaz de explicar a sociedade brasileira ou de acumular conhecimento original, de ter áreas autônomas de desenvolvimento intelectual, de transpor para o Brasil um sistema de produção intelectual diferenciado, etc.

Hoje tudo isso aí já faz parte de um acervo comum, isso não pode mais dinamizar aspirações, angústias, não pode ser o grosso das preocupações. A Universidade hoje volta aparentemente ao seu passado porque na década de 60 o problema era o problema da revolução. Só que a revolução foi colocada dentro da Universidade (eu lembro que na época eu dizia que “revolução não se faz aqui dentro, revolução se faz lá fora, é preciso sair daqui”) Hoje é a sociedade brasileira que está dizendo “a revolução está se fazendo aqui” a Universidade tem que ir para fora, ela tem de procurar realizar as suas tarefas maiores em termos da consciência da situação histórica que nós estamos vivendo.

L. e L. — Em que esse movimento de renovação da Universidade, do final da década de 50 à década de 60, ameaçava tanto a sociedade que suscitou uma repressão tão espalhada e tão aprofundada?

F F — A resposta é simples. A reação que houve contra a Universidade não dependia dos conteúdos do discurso ou dos discursos, da profundidade das reformas e transformações que se pretendiam instaurar dentro da Universidade. A sociedade brasileira estava vivendo um momento de transformação e as elites, os estratos dominantes das classes possuidoras, estavam se sentindo ameaçadas em sua posição privilegiada, em seu monopólio de poder. O próprio critério de composição das

elites culturais estava sendo posto em jogo, portanto arrolhar a Universidade tinha o mesmo sentido que arrolhar o sindicato, que calar o operário. A contra-revolução, o golpe de Estado vinha na crista de uma contra-revolução, de uma guerra civil latente — tinha por objetivo político introduzir um sistema repressivo, que iria anular tudo. Este é o diagnóstico que se pode fazer (eu até já escrevi sobre isso em trabalhos que estão publicados): as camadas conservadoras agrediram a Universidade exatamente porque a Universidade não correspondia às expectativas elitistas e reacionárias dessas camadas. Quer dizer que nunca se esperou que isso fosse acontecer, o processo não era um processo que viesse só de São Paulo, ele vinha de uma conjugação de todas as forças sociais conservantistas e reacionárias, que puderam se mobilizar politicamente em torno de um golpe de Estado. Portanto, a mensagem da Universidade se tornou perigosa na medida em que ameaçava o monopólio de poder desses setores e na área intelectual isso era uma coisa decisiva. Nós temos uma longa tradição de que as divergências nas elites se soldam dentro das classes possuidoras. Pela primeira vez o movimento estudantil criou a possibilidade de que não haveria essa soldagem e professores radicais se puseram à frente do protesto intelectual. Então as classes possuidoras se sentiram amedrontadas. Elas não tinham um amadurecimento intelectual suficientemente profundo, em média, para observar esse impacto, e acharam melhor silenciar a Universidade: não podemos falar com ela, ela não faz o que nós queremos, então acabamos com o jogo por meio da violência. Isto pode parecer uma caricatura mas foi realmente o que aconteceu. Basta ver o seguinte: eu ainda era professor na cadeira de Sociologia I. O diretor da escola me chamou uma vez para dizer que haviam aparecido lá duas daquelas matronas que participaram do movimento com Deus pela Liberdade e pela Família. Ela se propunham a lecionar sociologia na Universidade. Isso mostra o grau de ignorância, de obscurantismo, como se houvesse uma desglacialização e a estupidez tomasse conta do país. O espírito iracundo tomou conta do *animus belli* dessas partes de sociedade e realmente a Universidade de São Paulo foi estigmatizada. Ela já vinha sofrendo um processo de estigma-

tização muito virulento; na área de ciências sociais, isso era visível, porque houve um momento em que nós tínhamos uma boa procura de estudantes para trabalhar em várias atividades de pesquisa em vários tipos de produção intelectual. Essa procura foi desaparecendo e no lugar da procura se estabeleceu uma rejeição sistemática, procurava-se saber: é da Universidade de São Paulo? da Faculdade de Filosofia? está eliminado, não importa saber se é um Einstein na antropologia ou na ciência política ou na sociologia, o que importa é que vem de lá, então está amaldiçoado. Essa reação foi muito rápida porque antes do golpe de Estado de 64 o processo de mumificação começou a se manifestar, quer dizer, o expurgo nos jornais, nas revistas, na televisão apareceu antes. A tentativa de isolar os chamados “radicais”, de criar um completo silêncio nas atividades intelectuais, começou também antes e é interessante isso porque permite um paralelo. Fazer uma conferência na Universidade de São Paulo, por exemplo, não era ficar falando para os estudantes e para os professores. Ia muita gente de fora para assistir, os jornais noticiavam, havia uma publicidade, havia também uma repercussão nas entrevistas, nos debates, etc. ., era *um acontecimento intelectual e político*. Hoje, já não é mais, em qualquer lugar em que se vá, conferências muito importantes ficam confinadas ao público universitário. Não falta audiência, porque há 800, 900, 1.000, 1.500 pessoas; eu tenho encontrado auditórios excelentes mas sempre auditórios fechados, compostos de estudantes, professores e nada mais que isso, só “gente da casa”!

L. e L. — Só o público interno?

F. F — É. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que houve um fechamento cultural do espaço, não é? e esse fechamento começa antes do golpe de Estado, e é claro que posteriormente ele se amplia. E ele mostra qual é o grau de importância que a reação atribuía às Universidades, porque, depois do operário, o elemento que era considerado mais explosivo era o jovem radical, era o estudante, e juntamente com ele o professor que era tido como responsável por essa radicalização. Então se procurava fechar, emparedar essas figuras e não dar a elas nenhuma possibilidade de usar os meios de co-

municação de massa. Isto é uma coisa que perdura até hoje. Com toda a liberação que está havendo, os jornais ainda mantêm uma reserva muito grande no noticiário vinculado às atividades universitárias e por sua vez a própria Universidade ainda não acordou para o fato de que ela deveria estar muito mais viva e muito mais ativa.

- I. e L — Pelo quadro que o sr. traça quase se poderia dizer que a década de 60 correspondeu ao fim de uma Universidade de ideais elitistas concebida à altura dos anos 30. Ou, pelo menos, é o desfecho de uma concepção de Universidade e a proposta de uma outra. Portanto, à semelhança do golpe de estado, a Universidade regrediu. Nos anos que sucederam o golpe de Estado, o golpe militar, a Universidade foi completamente esvaziada das suas funções. Aquilo que era uma ameaça foi tomado pelas elites possuidoras do país como um princípio de destruição da Universidade e o que me preocupa muito é que os quadros internos da Universidade parece que não perceberam o processo e deixaram que a Universidade se esvaziasse. Porque ela hoje me parece que não tem nenhuma função representativa ao lado do que foi a Universidade de São Paulo, que era a única importante no Estado de São Paulo à altura do ano de 1964 e é hoje uma entre várias que assumiram muitas das funções daquela. O deslocamento da Universidade pública para a Universidade particular, para Faculdade particular, para centro de ensino particular, fazia parte de um projeto de desmobilização da Universidade?
- F F — Isso é sabido que fazia, não é? O grande propósito do governo do Marechal Castelo Branco era implantar o modelo MEC-USAID. Esse modelo, que corresponde no essencial ao que deve ser formalmente a Universidade hoje, calcava-se em receitas norte-americanas, absorvidas de uma comissão mista e paritária de especialistas brasileiros e norte-americanos. Quer dizer, é a Universidade de uma colônia, a Universidade que a metrópole aconselha que exista na colônia! Foi muito grave que professores brasileiros tivessem aceitado esse diálogo e muito mais grave ainda que um governo militar adotasse como objetivo imitar o poder imperial. Esse é um processo de desnacionalização cultural específico, pe-

lo qual nós dançamos de acordo com a música que se toca no centro e os centros decidem o que nós devemos fazer, e nós fazemos. Agora, as classes burguesas, principalmente a certo nível dos empresários, dos militares, da burocracia, da tecnocracia estavam identificadas com esse objetivo. Criaram uma Universidade despolitizada, uma Universidade acrítica, uma Universidade técnica. Pensava-se que — por exemplo: há o economista de espírito crítico e há o economista que é um serviçal da burguesia — o que se queria era este economista, serviçal naturalmente da burguesia nacional e estrangeira. Para fins mais complexos se usavam os talentos maiores, daqui e de fora; assessoria exterior sempre foi abundante, em todos os níveis, não é? e no nível econômico foi muito intensa. Hoje nós acabamos enquadrados pelos modelos do F.M.I. Mas, antes de sermos enquadrados, nós já éramos coordenados e alinhados. Então é um processo de opção por uma situação de dependência extrema, feito voluntariamente; e, no campo da educação, com esse sentido explícito, concentrado, de emascular, de abater a radicalidade do pensamento, a independência do pensamento, de submeter o pensamento aos limites das classes dominantes, aos interesses do desenvolvimento capitalista alinhado, centro-periferia, não é? Agora, fora disso, as suas reflexões me fazem pensar em alguma coisa. Não é verdade — pelo menos eu não concordo com isso — quando se diz que a Universidade se empobreceu ou, vamos falar mais simplesmente, você diz que o que aconteceu com o Estado aconteceu com a Universidade, que a Universidade sofreu uma regressão, etc. Ela não sofreu uma regressão; ela sofreu uma fratura e em vários planos ela cresceu um pouco na área de ensino, um pouco na área da pesquisa, muito na área de produção intelectual. Como é característico de todas as ditaduras, os intelectuais procuram proteger a sua liberdade procurando temas que acarretem menor atrito, formas de trabalho que não acarretem visibilidade negativa para os agentes. Quer dizer, é um processo de acomodação política. Mas ele não impede que a produção cultural continue a crescer; a Universidade continuou a crescer, a própria Universidade de São Paulo, no que ela tinha de ruim e no que ela tinha de bom, ela também cresceu, não é? Agora, no que diz respeito ao elitismo: o

elitismo não vem propriamente da Universidade, ele é anterior, ele vem da escola superior isolada, a grande experiência brasileira, e isso é muito curioso. Não há na herança intelectual brasileira um esforço de criação de Universidades integradas, coisa que ocorreu na América Espanhola. No Brasil, nós poderíamos ter recebido uma Universidade diferenciada e integrada, dentro do modelo iluminista que Portugal chegou a absorver de uma maneira acidentada mas absorveu, não é? Mas nós não tivemos sorte aí. Realmente as necessidades da colônia e do Brasil independente eram tão limitadas que as escolas superiores isoladas permitiam satisfazer a essas necessidades, improvisando um corpo docente parcialmente educado no exterior, parcialmente vindo do exterior. De fato, na área militar, da engenharia, da medicina, do direito foi possível fomentar, através das faculdades, um mecanismo de formação de elite satisfatório para os estamentos possuidores e dominantes. Quer dizer que, quando surge a idéia de Universidade, a idéia de Universidade implica nesta escola superior isolada e a partir dela é que se faz a resistência contra uma Universidade autêntica, não é? Uma resistência que se mostra muito ativa na década de 20, impede a primeira tentativa de criação de uma Universidade no Distrito Federal (a qual alcança uma duração muito curta) e de outro lado deteriora a tentativa de implantação da Universidade de São Paulo, tornando muito difícil o aparecimento de uma autêntica Universidade. A Universidade foi nominal e meramente legal durante vários anos e ela passou a existir através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que é uma anomalia. Como não se podia forjar uma Universidade a partir das resistências das escolas superiores isoladas se agregou essas escolas e se criou uma Universidade em miniatura, que era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Então há essa monstruosidade, o setor dinâmico da Universidade é, em si mesmo, a maior escola superior que o Brasil já teve, a mais diferenciada e ao mesmo tempo ponto de atrito, de confronto com o modelo de Universidade obsoleto, que vinha dessa junção de escola superiores com uma tentativa de criar uma Universidade diferenciada. Portanto, a nossa situação é muito complexa, porque é preciso que se veja que na década de 20 nos países de tradição ibérica já se está

questionando a Universidade, pois essa é a década da “reforma universitária”, não é? Onde a reforma universitária surge tardiamente, ela surge na década de 30. Mas o movimento da reforma se desencadeia na Argentina e em outros países na década de 20, especialmente Peru e México. E nós no Brasil vamos tentar a reforma universitária na década de 50, como movimento interno, dos professores. Isto é, de alguns professores da Universidade de São Paulo, principalmente da Faculdade de Filosofia que, naturalmente, eram impotentes para levar o projeto avante no conflito; mas esse grupo aí não conseguiu nada. Nas crises da Universidade nós estávamos pescando uma transformação global, que não conseguimos. E daí, na década de 60, já no início, no primeiro grande Congresso que a U.N.E. organiza na Bahia, em Salvador, nós nos unimos com os estudantes procurando o apoio deles, engendrando-se assim, num movimento social de reforma muito mais amplo. Por sua vez, esse movimento esbarrou na resistência das elites das classes dominantes, que são conservantistas. Eu cheguei a usar o conceito de resistência sociopática à mudança: o medo de perder poder, de perder monopólio de poder é tão grande que não se tolera uma transformação cujas conseqüências não podem ser controladas a partir de cima. Quando é perceptível que se pode controlar a partir de cima está tudo bem, mas se não se pode, criam-se os mecanismos para controlar a partir de cima. Vejam bem a Lei de Diretrizes e Bases. Ela acabou permitindo a criação de vários organismos estaduais e nacionais que transferem das unidades básicas para organismos criados na cúpula o controle real das atividades essenciais e das grandes decisões. Esse é uma vezo que vem do período colonial. As coisas se decidiram na metrópole, as coisas se decidem na cúpula do governo, ou então entre os delegados dessa cúpula. E mesmo quando nós travamos o grande movimento de defesa da escola pública, nós vimos no Congresso Nacional que a maioria dos deputados e senadores eram altamente identificados com esse espírito conservantista e reacionário, que temia a perda do controle efetivo dos processos educacionais por parte dessas elites. Elas se viram ameaçadas desde a década de 20. Há a ameaça de perder o controle sobre a formação e as funções das elites, e essa situação se agrava progressivamente. E é

curioso que, depois que se instaura a ditadura, depois do golpe de Estado, as Universidades deram a maior prova de sua coragem cívica, porque o movimento pelas reformas de base e do próprio movimento universitário como uma das variantes de reforma de base atinge a sua plenitude em 67/68, ou seja, como uma tentativa de desafiar a ditadura e de conquistar a democracia pela ação direta, não é? Só que essa ação foi confinada, houve uma confusão no entendimento dos fatos porque se aceitou proibições que a ditadura estabelecia: não se pode aliar com os operários; não se pode aliar com os líderes sindicais; não se pode aliar com os líderes políticos. O processo ficou por assim dizer fechado dentro dos muros da Universidade. Quando há manifestação pública, ela ocorre a nível político não é? A transformação de toda instituição, qualquer que ela seja, é sempre política (não sei se vocês leram a introdução que escrevi para a segunda edição de *Mudanças Sociais no Brasil*: uma das grandes escamoteações na sociologia foi a discussão do problema da mudança. A mudança é sempre política, principalmente em sociedades diferenciadas, nas sociedades de classes. São grupos, estratos sociais em atrito, em conflito, e tanto a mudança como o controle da mudança são fenômenos políticos por excelência; daí o fato de qualquer mudança alertar o grupos mais conservadores e reacionários da sociedade, daí a evolução natural deles no sentido de esmagar e impedir que esses processos ganhem corpo e daí o fato de que o movimento da reforma universitária acabou sendo o mais importante movimento que se realizou contra a ditadura e apesar da ditadura). Por isso, o estudante e o professor radical acabam tão marcados como adversários que deviam ser esmagados sem contemplação, a ponto de não haver mais resistência. Se, com relação aos sindicatos e aos operários, as medidas foram ultra-repressivas e fecharam o espaço, já havia uma legislação permitindo isso, a qual vinha do Estado Novo. No caso dos universitários foi preciso instaurar dentro das Universidades organismos especiais de repressão policial-militar; não se fez isso nas empresas privadas, não foi necessário. Por que? Porque o poder público e o poder privado não se sentiram ameaçados até esse ponto, não é? Instaurar dentro de uma Universidade uma Comissão de Inquérito Policial-Militar e depois estabe-

cer dentro das Universidades uma autoridade militar que ia centralizar as decisões e filtrá-las, isto é um extremo no regime de opressão e no desencadeamento da repressão. É uma repressão especificamente policial-militar. Daí o fato da Universidade ter vergado. Ela tinha de vergar e o fato dela ter vergado e não ter-se quebrado é uma vitória, é alguma coisa que precisa ser vista numa perspectiva adequada. Não devemos ser derrotistas e imaginar a situação do ângulo dos nossos inimigos, dos nossos adversários. Eles não conseguiram passar por cima de nós. Nos esfaleceram, nos jogaram cada um para um lado, isolaram um dos outros mas não lograram talar a Universidade, reduzi-la a zero. Eu acho isso muito importante — e não só na Universidade de São Paulo, não conseguiram em nenhuma Universidade pública no Brasil, vejam bem, em Brasília, agora, de onde vem a resistência? Onde o general da emergência é obrigado a lançar bombas de gás e ferir crianças e etc.? Na Universidade. É a Universidade que ainda revela espírito de luta e que não é só do estudante. O estudante saiu dessa crise mais desorganizado ainda que os professores, um assunto que a gente pode discutir depois.

- L. e L — Passada essa maré baixa, o sr acha que a Universidade pode recuperar a sua importância e o seu traço de decisão, anteriores a 64?
- F F — Eu tenho a impressão que a questão não é essa de recuperar, eu tenho a impressão que é de criar algo novo. Nós não estamos mais em 64. Uma coisa dramática para a ditadura é que ela tentou bloquear a história, congelar a história e a história continuou. A Universidade foi despojada de meios de ação mas ao mesmo tempo a sociedade se transformou em profundidade e o que acontece é que hoje a sociedade exige uma Universidade nova. O interessante é que nesse ínterim se acumulou talento, os estudantes continuaram a frequentar as escolas, a aprendizagem continuou, a pesquisa continuou. Isso quer dizer que a Universidade preencheu, em escalas de mínimos como diria Antonio Candido, as suas funções essenciais. Mas, preenchendo essas funções essenciais, ela forneceu a carne e o osso para um novo processo cultural e seria terrível se nós agora quiséssemos definir tudo voltando à década

de 60. Nós temos que nos voltar para a situação atual, para o clamor que vem dessa situação atual. Tenho a impressão que esse é o processo que se delinea, de romper amarras. A ditadura ajudou muito. Ela não conquistou espaço para as camadas conservadoras e reacionárias e por sua vez criou uma situação que, por si mesma, por sua dinâmica interna, exige um salto histórico. É o que se poderia ilustrar com o movimento cívico que jogou milhões de pessoas na rua. É a mesma coisa que desinterditou o processo político. Nunca no Brasil nós pusemos 1 milhão e meio de pessoas numa praça pública. Agora nós temos 1 milhão e meio de pessoas num comício. O que isso representa? Um salto qualitativo. Esse salto qualitativo aconteceu em toda a sociedade. Não é uma visão otimista e rastaquera, não! É uma realidade que se configura em termos de um novo contexto, de novas exigências. E a Universidade, mantendo continuidades que são inevitáveis, tem de se lançar nessa direção. Ela não precisa de recuperar nada; ela tem de crescer diferenciando-se e avançando em direção de desafios que ela nunca atendeu porque antes a sociedade não pediu isso da Universidade. Há uma certa tendência a discutir a função reitora da Universidade (na linguagem de especialistas, que discriminam as funções da Universidade, uma das funções seria a função reitora, eu não gosto da palavra reitora, dá a impressão que a Universidade quer “cagar regras”, ela quer acomodar o processo de desenvolvimento intelectual, guiar a sociedade). Mas se entendemos o conceito de função reitora no sentido de produção de um conhecimento que permita a percepção da realidade e através da percepção da realidade o comando das transformações pelo conhecimento — quer dizer, a função da Universidade é só a de produzir a percepção, o conhecimento objetivo — então aí nós constatamos que a Universidade não vai dirigir, *ela vai servir ao processo novo*. Hoje quem vai dirigir seria uma grande massa de pessoas e, na maioria, pessoas humildes, de origens modestas, trabalhadores. A Universidade poderá exercer, assim a sua função reitora na maior plenitude desprendendo-se das elites, servindo à sociedade no sentido literal e, com isso, se reconstituindo.

L. e L. — Não será tendência de toda Universidade a de se desenvolver intra-muros, e em termos de ciências huma-

nas não haverá uma tendência universitária geral em cultivar um discurso próprio que acaba por não ter o retorno efetivo que deveria ter para a sociedade? A partir daí eu perguntaria ao sr.: que tipo de ação pode ter o discurso universitário das ciências humanas?

F F — Sabe que eu não vejo tanto em termos de discurso, eu vejo em termos de produção de conhecimento. Eu acho que a Universidade sempre terá que produzir conhecimento. Hoje nós estamos muito envolvidos na luta contra a ditadura e há uma saliência política por assim dizer extrema, estamos politizados em tudo que nós pensamos, em tudo que nós fazemos. Estamos explodindo! É a situação geral do povo no país. De outro lado, o mundo atual está dividido por um conflito mortal entre capitalismo e socialismo. É bobagem pensar que a Universidade está alheia a esse conflito. É esse conflito que passa por dentro da Universidade e elimina dentro dela, de uma maneira concreta, a liberdade intelectual. Não é só no Brasil, não, é na Europa, é nos Estados Unidos. Em um plano abstrato o intelectual tem total liberdade. No plano da ação, essa liberdade já é restrita, depende das conseqüências que a ação venha a ter e em conseqüência há um encarceramento das ciências sociais. Elas acabam sendo confinadas à condição de técnicas, técnicas que envolvem profissionalização. O exemplo mais notável é o dos Estados Unidos. A neutralidade do conhecimento não decorre da essência do conhecimento científico. Ela decorre da necessidade de ter um controle sobre o problema social, sobre o crescimento da sociedade. O que se quer é a lealdade do investigador potencial ou do cientista social potencial, e, se não se conquista sua lealdade, prendê-lo, articulá-lo à ordem existente. Ele tem de conceber a sua atividade na reprodução dessa ordem e se ele ultrapassa essa acomodação ele tende a ser segregado e pode também ser destruído.

L e L — O que estava me preocupando era o seguinte: essas análises, essas críticas, essa produção das ciências humanas passa necessariamente por um discurso. E então como fazer com que esse discurso tome uma forma que atinja aquele ponto da sociedade onde pode ser ativo? Porque por trás da minha pergunta, como o sr. pode estar imaginando, existe uma preocupação que é de

todo nós. Que é a de ver, principalmente depois do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, a tendência a um discurso que tem como referente a sociedade como um todo, mas tomando ele próprio uma forma tão fechada nele mesmo — de colega para colega, de especialista para especialista — que de repente fica uma coisa surrealista: é um tipo de discurso que pretende falar do real mas que não tem escuta naquele real de que ele fala, uma questão de linguagem.

- F F — Pois é, agora, aí é preciso considerar várias coisas. Eu estive no centro da tentativa de criação de um grupo de pesquisadores que se envolviam com o conhecimento da sociedade brasileira e com a produção de um conhecimento que podia ser divulgado a nível, vamos dizer, de exigências intelectuais médias.
- L. e L. — Se o sr. me permite, até o seu modo de responder mostra isso, e não é tão comum nos universitários falar com absoluta precisão em termos que funcionem tanto para a escuta de um cientista social como para um público que não tenha acesso a uma linguagem especializada.
- F F — Pois é, mas eu próprio me vi, por exemplo, na contingência de fazer uma tese que correspondia ao padrão francês de tese. Refiro-me a *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, uma tese que “para em pé”, põe ela aqui ela fica de pé, não é?, escrita numa linguagem exigente, e tenho trabalhos que são herméticos, pois foram escritos para grupos de especialistas. No entanto, eu acho que a questão não é só essa, não é?, do nível de comunicação, da sensibilidade do discurso. A questão é mais profunda. Eu tenho vários trabalhos que são acessíveis e, quando falo em público, sempre uso uma linguagem inteligível, clara; as pessoas me dizem: “Puxa, se você escrevesse assim seria muito bom!” É que nem sempre escrevo para um público do tipo do auditório que me ouve. E por economia de palavras às vezes é importante racionalizar e sintetizar a linguagem. A (. .) entende bem, porque ela era especialista em fazer provas excelentes com 4 páginas, 6 páginas; os colegas usavam 16 ou 20 e ela em 4 ou 6 fazia um trabalho excelente. O uso de uma terminologia especializada pode ser um meio de economia na comunicação. Para mim, o problema central está

na própria qualidade da pesquisa, na própria concepção da relação da instituição com a sociedade, da ciência com a sociedade. O que tem havido de grave no Brasil é o controle conservador do conhecimento e da Universidade. A Universidade é uma instituição nova, mas as escolas que constituem essa Universidade são velhas. Quem controla, por exemplo, o Direito, quem controla o conhecimento na área da Medicina, quais foram os piores inimigos que a Universidade teve dentro dela? A Universidade se dividiu porque dentro dela havia os representantes da reação e da contra-revolução, que fazem parte do corpo docente; eles são profissionais liberais e os mais conservadores. Basta lembrar que na congregação da Faculdade de Medicina se exigiu a punição dos professores que estavam arrolados naquela listagem dos professores que deveriam ser punidos, não é? O governo do Ademar de Barros não quis mexer naquilo; a congregação exigiu que os professores fossem punidos. Isso retrata tragicamente a distância que existe entre o cientista, o profissional liberal e o profissional liberal de espírito conservador, que combate a ciência que busca ser útil à sociedade. No caso brasileiro a coisa grave não passa pela especialização; a especialização é necessária, ninguém vai combater a especialização, nem uma terminologia precisa porque o uso de uma terminologia precisa é um requisito do conhecimento científico. Porém isso não significa que o conhecimento deva ser esotérico. A questão está no calibre do conhecimento. Em primeiro lugar, com referência a um conhecimento imitado, reproduzido do exterior (o que fizemos amplamente na área da tecnologia, na área da ciência), não nos interessa desenvolver no Brasil todos os campos das ciências sociais nem vários tipos de pesquisas que são típicos de países avançados e que às vezes elaboram mais certas áreas como parte dos controles sociais estabelecidos naquela sociedade. Por exemplo, nos Estados Unidos é muito importante que certos grupos tenham controle de quem vai ser o presidente. É preciso decidir quais são as características do presidente, pela pesquisa. É como se fosse uma mercadoria, uma pasta de dente. Você descobre qual é a personalidade do presidente que a massa deseja (isso se fez com relação a Kennedy; no Canadá, com relação ao Trudeau), o *ersatz* que precisava ser jogado no merca-

do, e em seguida lançado e vendido com êxito no “mercado político” Há muitas coisas mais graves, que dizem respeito ao controle sub-liminar e ao uso da ciência como técnica social de controle. Nós temos de romper essa condição colonial. A partir de fora se decide o que nós devemos pensar, o que nós devemos fazer, em toda e qualquer área do conhecimento. Eu não defendo uma postura anti-intelectual, que não se leia este ou aquele autor. O que eu acho errado é a *postura colonial* que grassa na direita, no centro e na esquerda. É algo tão visceral que em todas as posições nós encontramos a mesma realidade. Quanto à esquerda é fácil apontar os parâmetros externos. Basta olhar ali naquela estante, atrás de vocês, lá estão Lukács, Althusser, Sartre, Goldmann, Gramsci, Lefort, Castoriades, Benjamin! Em pouco mais de duas décadas os nossos “esquerdistas” adoraram vários deuses e rezaram diante de vários altares, percorrendo todos os cultos consagrados pela esquerda dos países centrais. Até os anti-filósofos, ao aparecerem na Europa e nos Estados Unidos, encontraram uma voga de crédito! Aí se revela o “colonizado ingênuo”, satisfeito com sua selvageria. Acho isso algo indigno do pensamento crítico e da condição universitária. É preciso autonomizar e autonomizar significa criar as premissas da produção cultural autonôma, do conhecimento original. Esse era o centro da minha posição de debate no fim da década de 50, no decorrer da década de 60, e continua a ser hoje. Só que hoje eu tenho a dar exemplo da destruição que foi feita, da devastação que se produziu na Universidade brasileira com o controle externo. Os nossos grandes programas de mestrado, de doutorado e de qualificação intelectual passam por financiamento externo, por controles pessoais e impessoais de programas de Universidades estrangeiras. Não há nenhuma tentativa séria de estabelecer limites ou de pôr um paradeiro a esse descabro. A colonização cultural é desejada, pois todos aspiram, um pouco mais ou um pouco menos, aos méritos de possuir um “padrão internacional”! Ora, essa colonização cultural é intrinsecamente má, porque ela não prevê as condições e as necessidades reais do país, porque ela pressupõe a devastação de recursos materiais e humanos limitados e porque ela é o avesso da revolução cultural que nos cabe fomentar. É sabido que sempre resisti a esse des-

caminho. Durante o período em que fui professor, nunca deixei que nenhum candidato a doutorado saísse daqui antes de concluir todo o processo de doutoramento. Nós temos condições de cumprir tal programa. Quando a pessoa já está se qualificando para a livre-docência, ela conta com suficiente maturidade para enfrentar qualquer lavagem de cérebro, seja ela capitalista, neo-capitalista, socialista ou seja lá o que for, não é? É algo rígido e duro. Mas, aí é preciso ser rígido e duro. Nós temos de estabelecer uma defesa de recursos escassos e que custam muito caro para a Nação. Uma nação de 40 milhões de pessoas em pobreza absoluta, não se pode dar ao luxo de ter uma Universidade imitativa e um conhecimento de reprodução não é? Isso aí é básico, e muito grave hoje, porque as proporções do controle externo (o chamado controle à distância, um conceito que os antropólogos usaram abundantemente na década de 60), se ampliaram e se aprofundaram em todas as direções, exigindo que se elimine esse controle a distância. Aí está o segredo da posição que eu tomei, de procurar nos clássicos um diálogo com os modernos. Por aí, inclusive, era possível selecionar esses modernos, pô-los de quarentena e por sua vez ver quais são os problemas que são essenciais para nós. Por duas vezes dois estudantes meus tiveram a oportunidade de ir aos Estados Unidos antes de terminar o programa de mestrado. Eu não tive controle sobre o que eles fizeram. Um deles tinha uma pesquisa totalmente pronta, uma pesquisa muito importante sobre o homossexual. Nos Estados Unidos foi imediatamente induzido a fazer um trabalho diametralmente oposto. Outro candidato meu, já com uma monografia muito avançada sobre uma empresa industrial, foi aos Estados Unidos, também foi desenvolver um programa de mestrado. Viu-se deslocado para o estudo dos “ejidos” em uma região do México. Os centros imperiais têm um núcleo, uma dinâmica própria e não se voltam para as nossas necessidades de conhecimento — eles se voltam para a necessidade da sua dominação cultural, do seu profissionalismo e de sua concepção de “cosmopolitismo” na ciência. É-nos imperioso escapar a essa dominação cultural. Isso, no campo da ciência, significa produzir conhecimento autônomo e essencial. Quais são os conhecimentos básicos para nós, o que nós temos

que saber? Nós vivemos nas condições especiais de um povo subdesenvolvido, subnutrido, de capitalismo dependente, que enfrenta as maiores dificuldades em termos de descolonização, de revolução nacional, de revolução democrática. É preciso usar a ciência em termos exigentes, para produzir um conhecimento de alto nível, de alta qualificação naquelas áreas que são vitais para nós; as outras, que sejam cultivadas nos “centros avançados de investigação” Nós podemos tomar conhecimento de tudo isso, não é? podemos colaborar com qualquer desses centros de investigação, mas mantendo a nossa autonomia. Agora, no caso da comunicação, quer dizer, da relação com o leigo, aí é importante que a Universidade pública, pelo menos, não esteja submetida à supremacia da classe dominante. É preciso que ela tenha por sua vez uma autonomia tal que pelo menos nessas Universidades não prevaleça o espírito técnico e a pesquisa que só interesse à classe dominante. Um sociólogo norte-americano, que gosto de citar, Loren Baritz, escreveu um livro sobre os sociólogos a que chamou *Os Servos do Poder*. As classes possuidoras brasileiras e seus estratos dominantes possuem meios automáticos e diretos de utilização do conhecimento, de apropriação da produção cultural que se faz em todas as áreas de pesquisa, inclusive podem criar centros avançados de investigação, dispõem de muitos recursos para isso. Elas não precisam parasitar a Faculdade de Filosofia ou a Universidade pública para obter esses resultados. Assim se coloca o problema de como tornar o conhecimento acessível àquelas camadas sociais que não têm acesso ao conhecimento desse saber Como divulgar esse conhecimento? Todas as Universidades brasileiras registram no seu regulamento uma função suplementar na comunicação com o público externo, na forma de cursos, serviços à comunidade, etc. Mas isso não se realiza. Na verdade esse é um ponto morto e o único serviço à comunidade que se realiza é o formar especialistas potenciais para serem utilizados pelo capital. Ao trabalho e aos trabalhadores não se destina nada. Existem algumas instituições de pesquisa (como o DIEESE) que os sindicatos criaram aqui em São Paulo, que enfrentam grandes dificuldades e não são beneficiadas por uma colaboração mais estreita com a Universidade. Por aí surge o que você falou sobre a

necessidade de não produzir um conhecimento extremamente fechado. O intelectual se vê como umbigo do mundo, usa uma linguagem hermética e transforma a produção intelectual em uma espécie de jogo de prestígio e de poder ou na busca de sua auto-realização e auto-satisfação. Essa é uma deformação que, afinal, poderia ser descrita ao velho estilo como “chinesice”. Mas nem os mandarins foram assim. Os mandarins preenchiam funções práticas na sociedade chinesa estamental, não é? Penso que no caso brasileiro a única instituição — entre as instituições-chaves da sociedade — que deu um giro sobre si mesma foi a Igreja Católica, através da teologia da libertação e do movimento comunitário e reformista. A Universidade não deu um giro sobre si mesma; as escolas primárias e secundárias, nas periferias, nos bairros pobres, idem. Configurou-se uma tímida tentativa de um semi-giro. Mas ele não se completou por falta de uma filosofia de ação adequada, não é? De uma perspectiva que não é nem socialista nem liberal, uma perspectiva pedagógica, a escola é um recurso do meio, a ciência é um recurso do meio. Porém, no Brasil, nunca nem a Universidade, nem a escola primária, nem a escola secundária se definiram com o recurso do meio e tão pouco se definiram como meios para mobilizar recursos do meio. Isso é curioso. Naquela estante vocês vêem um livro de Elsie Ripley Clapp, uma discípula de Dewey, *Use of Resources in Education*. Ela mostra como é fácil colocar o sistema escolar a serviço de fins essenciais à comunidade. Nós nunca fizemos isso, e o que é grave, é que o intelectual não percebe que já chegamos ao fundo do poço. Vejam bem, nas teses de mestrado e doutorado existe uma área de produção de trabalho de alta qualidade; neste último 20 anos se produziram excelentes teses de mestrado e de doutorado em todas as partes do Brasil. É claro que esta produção de alta qualidade é relativamente pequena: ela chega a ser 15%, 20%, na melhor das universidades 30% da massa da produção. Contudo, o que há de grave é a formalização, a padronização; quem vê uma tese vê todas. Não há vinculação entre o trabalho que está sendo feito e outros trabalhos anteriores, em andamento ou em projeto. Não há uma tentativa de partir de resultados obtidos anteriormente por outros investigadores, ou de alimentar in-

vestigações posteriores. Esses trabalhos lembram a crítica que Karl Mannheim endereçou à sociologia norte-americana em 1932, uma crítica na qual eu insistia ainda na década de 50. O crescimento quantitativo, em extensão, nada tem a ver com a substância do pensamento científico. Qual é o sentido de uma acumulação maciça de monografias que perde de vista o crescimento da teoria, a intervenção racional sobre os problemas humanos e a democratização do pensamento, dos controles sociais e da sociedade? Toda vez que tal coisa sucede, é claro que a ciência perdeu o controle sobre o seu processo de crescimento. Esse processo de crescimento desprende-se da ciência e passa a gravitar em torno de uma imensa burocracia, pois é interessante para certos objetivos utilitários dos agentes (para o sujeito obter um grau; para um professor ter um “programa de pesquisas”; para atrair verbas, prestígio, etc) Agora, o que representam para a coletividade esses desdobramentos do novo mandarinato? O que aqueles trabalhos representam em si mesmos? Eles trazem alguma contribuição original? Trata-se de um conhecimento feito em vôo cego, não é? Cada pesquisador repete todo os processos dentro de um mundo fechado. Isso é muito mau porque se investem recursos humanos, recursos materiais e há uma imensa produção e ela está divorciada de qualquer espécie de controle sobre os resultados, de um lado em termos da própria ciência e de outro lado em termos da sociedade. A sociedade não tira vantagem nenhuma daquilo: as vantagens são monopolizadas pelas pessoas envolvidas (o que não impede que a ciência floresça aí, nesse meio; quer dizer, sobre 100 existe 25%, 30% que escapam a essa norma, mas como exceções que confirmam a regra) O pior é que os trabalhos são formalmente aceitáveis e podem passar pelo crivo da aprovação, embora quase todos pressuponham uma quebra do padrão de conhecimento científico. Porque não se está tentando chegar a resultados teóricos que possam ser evidenciados e, principalmente, não se privilegia aquele conhecimento que seja estrategicamente relevante para a sociedade. Não acredito que nós precisemos levar a neurose a tal ponto que todos devam estudar operários, todos devam estudar gente pobre, todos devam estudar problemas sociais, não! É claro que deve haver uma ampla diferenciação.

O investigador deve tentar explorar o seu talento e capacidade inventiva nas coisas que ele tem condições de fazer melhor. O conceito de vocação apresenta, aqui toda a sua legitimidade; mas é preciso conciliar vocação com necessidade e, de outro lado, vocação com comunicação com o grande público e com a massa popular. O que se faz na Universidade, se não tiver significado para os processos de mudança da sociedade brasileira, é coisa morta. Nós temos de estabelecer controles essenciais sobre o nosso meio e, de outro lado, é preciso vincular em vários níveis a atividade desses grupos que produzem trabalhos originais na Universidade à atividade de outros setores da sociedade. Na década de 50 e de 60, por exemplo, o contato da Universidade com o sindicato, com o partido divergente era muito íntimo. Basta dizer, por exemplo, que realizamos na 'campanha de defesa da escola pública' a "I Convenção Operária de Defesa da Escola Pública" e ia haver a segunda. O empreendimento foi organizado em colaboração com sindicalistas e o auditório era composto de operários mesmo. Ela não era a primeira convenção operária de nome e a discussão foi de tal porte que o professor Laerte Ramos de Carvalho, que estava na mesa comigo, entre outros, me disse: "Florestan, essa gente discute a educação como se fosse feijão e pão" Era realmente isso. A voracidade do povo por cultura, que é ignorada, compele os trabalhadores a valorizarem a solidariedade intelectual ativa. Outro exemplo: vocês podem folhear as ilustrações de *A Ideologia da Cultura Brasileira*, de Carlos Guilherme Motta. É fácil encontrar a fotografia na qual eu e Caio Prado Júnior aparecemos de pé, atrás dos dirigentes da mesa do II Congresso dos Trabalhadores do Estado de São Paulo (1960). Nós eramos assessores e me coube redigir um "Balanço da situação atual do ensino primário, médio e superior", trabalho de 65 ps., que abre o livro *Educação e Sociedade no Brasil*. A exposição das conclusões indica qual deve ser a colaboração do intelectual a um congresso de operários e sindicalistas. Aí não se trata de um "discurso" mas de servir à construção de uma consciência operária informada, crítica e exigente. O que se propaga não é o "discurso" mas um modo de ser, é um estilo de pensar, é uma maneira de opor-se, é alguma coisa que comanda o discurso, que vai além do

discurso, não é? E é isso que precisa ser posto em questão. Quer dizer, na medida em que a Universidade se coloca no centro nevrálgico da vida pública do país ou se recolhe, ela ou quer ser uma *ancila* das classes poderosas ou ser um instrumento de renovação intelectual, cultural e política. A nossa função, a nossa concepção como setor divergente consiste exatamente em dinamizar a posição crítica militante. É claro que nos tornamos alvo do antagonismo dos outros setores, que preferem a suposta ética da “neutralidade científica”: o bom intelectual é aquele que realiza as suas atividades nos limites profissionais e depois se isenta. Essa é a ética da irresponsabilidade. É preciso lembrar aqui Max Weber, que é muito citado por ser tido como o maior paradigma do sociólogo liberal: ele dizia que não há campo para a neutralidade na ciência, porque isso seria irresponsável. O problema é de objetividade: o conhecimento precisa ser um conhecimento verificável, objetivo, que outros investigadores possam controlar. Neutralidade no sentido da indiferença, do cada um que faça o que achar melhor, isso já seria admitir que o intelectual vai além do mandarim, livre para desfrutar todos os benefícios sem precisar dizer à sociedade a que ele vem. Em suma, ele teria o privilégio de fazer parte de um jogo cujas regras ele próprio determinaria e que o excluiria da comunhão com os outros seres humanos responsáveis da mesma sociedade. Ai está uma concepção que, no passado, foi cultivada como um mecanismo de ostracismo ou de controle político do intelectual. De fato, nenhum intelectual pode presumir-se neutro e na verdade ele não é neutro (como a nossa justiça: ela não é neutra; ela se faz em termos de certos interesses bem marcados e quando ela foge a esse padrão enfrenta represálias, represálias dos poderosos, represálias do poder público, como no caso daquele promotor que foi assassinado, no triste caso da mandioca). Portanto, a suposta neutralidade não é *neutra*, pois ela envolve a utilização do intelectual nos piores fins e, em contraposição, temos de buscar um conhecimento que se possa traduzir em várias linguagens (porque nós podemos usar uma linguagem para comunicar o conhecimento, as descobertas, aos colegas, aos especialistas; outra linguagem para comunicar a um público intelectual orgânico; outra linguagem ainda para comu-

nicar a um público maior, que é totalmente leigo e que nem por isso está desinteressado daquele conhecimento e daquele saber). O conhecimento é uma forma de dominação cultural e é intrínseco à ciência que ela quebre o monopólio do conhecimento intelectual pelos poderosos; isto é uma coisa velha, não é recente. Daí a vinculação substantiva de ciência com revolução. Se a maioria dos economistas opta pela condição de servos de poder, de “sacerdotes da burguesia” existem os que remam contra a corrente, lutam pela verdadeira ciência e se aliam aos proletários em sua autoemancipação coletiva e na transformação revolucionária do mundo. Por aqui se revela a outra face da relação do saber com as estruturas de poder da sociedade e se configura porque, mesmo nas ciências sociais, os grandes pensadores científicos foram reprimidos, perseguidos e estigmatizados.

- L e L — Quanto a essa sua última observação a respeito dos vários níveis de linguagem: se várias pesquisas universitárias passassem por essa “prova de tradução” para uma linguagem de não-especialistas, mas de um público culto, digamos, e depois da sociedade brasileira em geral, elas não resistiriam à prova, o que mostraria a sua absoluta dispensabilidade.
- F F — Estou inteiramente de acordo, porque quando se coloca aquilo que é descoberto ao nível da linguagem de senso comum, aí você desmascara, desentranha a sua verdade e a sua mentira. E aí ou há um conhecimento positivo ou não há. Como Marx dizia, a veracidade do saber é determinada numa situação prática. Se um conhecimento não é comprovado por uma mudança, se ele não é capaz de alimentar uma determinada mudança, então ele não é verdadeiro, ele não passa pela prova prática e só pode ser defendido por critérios abstratos (os quais não são os critérios que determinam o teste, no caso da ciência). É óbvio que o conhecimento verdadeiro pode ser descrito e transmitido através de vários níveis de linguagem, porque a sua substância não se altera com isso. O que se altera é a forma de comunicar o conhecimento. Mas o conhecimento mesmo pode ser transmitido através da linguagem especializada com maior economia de palavras e maior precisão, através de uma linguagem acessível a um certo número de letrados, a um público orgânico, e pode ser exposto

através da linguagem do senso comum acessível a todos. Ele não perde o seu grau de verificabilidade e de verdade por causa da forma da comunicação. Ao contrário, na reformulação é que se pode controlar o seu caráter essencial, o que mostra que muita gente está envolvida não no conhecimento, não no processo de crescimento da ciência, mas na exploração das oportunidades de trabalho que a ciência lhes confere.

- L. e L. — O sr. tocou no problema do colonialismo cultural: a fundação da nossa Faculdade foi feita por professores europeus, que trouxeram o que naquele momento se fazia na Europa. Então, a partir de que ponto o sr. situaria a possibilidade, ou mesmo a necessidade, ou quase que o dever de se criar uma produção original brasileira?
- F. F. — Esta é uma pergunta difícil de responder, porque é claro que a implantação da Universidade de São Paulo é um fenômeno posterior à criação das escolas superiores isoladas. E é preciso ver que nessas escolas superiores, ou então acidentalmente em termos de pessoas, houve uma produção científica e grandes figuras que contribuíram para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Agora, na criação da Universidade de São Paulo a colaboração estrangeira aumentou, sofreu uma explosão (mais clara com referência à Faculdade de Filosofia) Quando se trouxe para São Paulo (ou para o Rio de Janeiro) uma certa massa de especialistas estrangeiros, o que se estava fazendo era estabelecer um dique, porque o padrão intelectual médio era tão baixo que não parecia possível alguma coisa com a chamada “prata da casa” Uma das lutas, um dos motivos da perseguição à Faculdade de Filosofia foi exatamente esse: porque se postergou a “prata da casa” Seria tão fácil ter recorrido a advogados, médicos, engenheiros, sacerdotes, etc., intelectuais, romancistas, críticos literários, não é? Eles poderiam suprir (é claro que poderiam) certas necessidades elementares. Mas dificilmente nós teríamos atingido a plenitude que se atingiu trazendo uma massa de especialistas em todos os campos do saber. O lado negativo desse processo não está na vinda dos professores, porque na verdade a iniciativa foi interna, eles foram importados por iniciativa nossa (ainda que uma iniciativa das elites, que pretendiam buscar um me-

canismo de renovação de seus quadros). Esse elemento é muito importante: as elites locais descobrem que estão inadaptadas, que elas não cumprem seus papéis políticos, culturais, dentro de uma densidade, de uma qualidade, que seriam necessárias para que elas mantivessem continuidade no controle do poder. Então elas avançam no sentido de implantar no Brasil meios de produção de seus próprios quadros, sabendo que esses quadros iam sair das classes dominantes ou das classes intermediárias e que, portanto, elas teriam condições de absorver cultural e politicamente as pessoas formadas. Alguma coisa como a que o Pareto designava como circulação das elites, renovação das elites. Elas se enganaram, não é? Não é o caso de discutir isso aqui, pois o assunto já é bem conhecido. O diagnóstico foi mal feito. O erro que se estabeleceu foi o de terem importado essa massa de professores e não se ter criado, ao mesmo tempo, as condições operativas para que eles produzissem um trabalho mais eficiente. Eles foram largados aqui em condições precárias de trabalho, não é? É a típica inovação liberal. Entre essas pessoas, das quais muitas estudaram na Europa, vingou a idéia de trazer uma massa de professores. Descobriram que em vez de mandar à Europa 20 ou 30 estudantes cada ano, seria melhor trazer para cá uma massa diferenciada de professores. Uma solução inteligente para um problema prático difícil, que permitiu multiplicar por 10, por 20 ou por 30 o nosso potencial de crescimento intelectual e, através dele, fazer a mesma coisa com o poder das elites econômicas e políticas (no que se equivocaram). Esse complexo processo não foi entendido e realizado como um processo de colonização. O brasileiro, por causa das condições artificiais da independência, chegou à convicção de que a descolonização se dera automática e completamente com a proclamação da independência. No entanto, a independência não envolveu descolonização a não ser no nível dos estamentos que controlavam o poder político. Nas outras áreas nós continuamos tão coloniais quanto antes. Até na organização da produção econômica continuamos coloniais. A escravidão persistiu e a sociedade manteve a mesma estrutura social que tinha no período colonial, com a continuidade da escravidão. Portanto, não houve descolonização automática e a descolonização foi se dando

lentamente, ao longo dos tempos. E ainda hoje a descolonização não foi até o fim, não foi até o fundo. Não tenho tempo, aqui, de discutir isso. Mas ficou faltando à nossa imaginação essa dimensão de definir certos processos em termos de relações coloniais e quando se passou a usar o conceito de dependência naturalmente isso se deu por motivos que refinavam a precisão da linguagem. Contudo, prevalece um certo mecanismo de mistificação do que é colonial e do que não é colonial. A colonização ficou oculta, enquanto que nos povos africanos e asiáticos contemporâneos a coisa foi inversa e a descolonização, quando se dá no contexto da Segunda Guerra Mundial ou pós Segunda Guerra Mundial, ela envolve um mundo de lutas que obrigam as sociedades nacionais a se voltarem para dentro de si mesmas, a tomar consciência das nações opressoras como e enquanto tais. Não se fortaleceu a tendência a avaliar a dominação cultural como algo antagônico e destrutivo no Brasil. Predomina uma orientação contrária. Como as elites econômicas, culturais e políticas retiram da colonização, descrita vagamente como *modernização*, proventos e conseqüências análogas aos dos polos hegemônicos externos, firmou-se a avaliação de que a dominação cultural sempre se processa em termos dos nossos interesses e em nossa vantagem (a tecnologia importada é uma tecnologia construtiva para nós: até os militares achavam que nós estávamos criando no Brasil a nação do futuro, enquanto, de fato, estamos criando a nação mais dependente que existe sob o capitalismo monopolista, apenas reconstruindo coisas que já ocorreram no passado com novas dimensões) A conquista da autonomia e da independência é um processo complicado, não vai ao caso discutir isso aqui e agora. Basta constatar que não houve uma consciência de colonialismo e de anticolonialismo entre os alunos dos professores franceses, alemães, italianos, portugueses, norte-americanos etc., na USP. Houve uma adaptação por assim dizer congenial. Muitos se definiram em termos de “tradição francesa”, outros, de “tradição alemã”, outros, ainda, de “tradição inglesa” etc.; até hoje, na área das Letras, vocês encaram a influência italiana como uma influência galvânica. Não houve, portanto, uma consciência global da geração colonizada em relação ao processo de colonização. Embora Paulo Emí-

lio tenha devotado reflexões incisivas ao tema. Mas houve uma *evolução natural* no sentido de perceber a distância cultural que havia entre o que os europeus trouxeram para cá e o que nós podíamos cultivar, não é? Costumo salientar o meu exemplo pessoal. Um estudante que fizera curso de madureza, que não sabia francês, que nunca havia estudado sistematicamente filosofia, via-se recebendo logo no primeiro ano um curso de dois semestres sobre Hegel dado em francês pelo Professor Jean Maugüé. As missões de professores estrangeiros viam-se privadas das condições necessárias de ensino e pesquisa, e o arranque tinha de nascer de nossa potencialidade para sofrer e ultrapassar essa experiência pedagógica traumática. Não nos voltamos nem contra o agente da transplantação cultural nem contra o enquadramento colonial de mentes e corações. Buscamos criar as condições possíveis, ao nosso alcance, e introduzir ritmos próprios ao nosso labor docente. Foi o que Antonio Candido fez com notável pertinácia e eu secundeiei-o com entusiasmo. Assim, a geração mais contaminada pela programação cultural colonizadora abriu novas saídas para as gerações subseqüentes e o gradual amadurecimento do ensino e da pesquisa universitários em nosso meio. Os estudantes foram retirados do campo de choque cultural e se estabeleceu uma gradação entre o ensino médio e o ensino superior (apesar das críticas que nos dirigiam, segundo as quais dávamos mamadeiras aos estudantes). O que estava em jogo não era uma acomodação simplificadora. Porém, uma transição que absorvia a colonização cultural espontânea e a negava, convertendo todo o processo em uma eclosão cultural *controlada a partir de dentro* e com *um eixo estrutural e dinâmico ativamente implantado nas necessidades culturais da sociedade brasileira*.

L. e L. — Aí também entra uma questão de dialética: o tipo de personalidade do Roger Bastide, por exemplo, permitiu que ele, vamos dizer assim, se descolonizasse através de seu trabalho no Brasil; isso não é muito comum, mas enfim.

F F — Mas eu acho que ele foi o único estrangeiro que passou por um processo de revolução psicológica.

L. e L. — Como distinguir a função seminal que esses professores estrangeiros desempenharam, de um mero colonialismo cultural? Ao mesmo tempo, algumas coisas que o sr. disse poderiam ser entendidas como uma posição contrária à ciência que não seja brasileira, como naquele momento em que o sr. citou Lukács, Sartre, Althusser, etc., falando das modas intelectuais.

F F — Bom, são duas perguntas. O que eu tenho a dizer, em relação aos professores europeus, é que nunca encontrei, *em nenhum deles*, a concepção missionária do colonialista. Quer dizer, seria errado se nós fossemos entender que eles se viam como agentes de uma colonização cultural; eles não se viam assim. Mas eles eram naturalmente portadores de uma forma de dominação cultural específica. Um professor como Jean Maugué, um professor crítico, um homem de idéias muito avançadas e de espírito criativo, o que havia de diferente é que ele não se desprendia da sociedade francesa e de sua civilização. Ele ensinava a matéria como se estivesse lecionando em Paris. E os europeus fizeram isso de uma maneira geral. Você ia assistir uma argüição de tese na Química, na Física ou na Biologia, por exemplo (para mudar do francês para o alemão), o que você via era uma pugna entre os catedráticos examinadores. Era uma luta entre os orientadores de tese. Os doutorandos eram meramente instrumentais para essa pugna. O deus, a entidade olímpica, eram os catedráticos; eles é que tinham o que dizer. Isso mostra que havia formas culturais específicas em presença, às quais nós fomos expostos. Os professores, em si mesmos, não se incavavam (pelo menos aparentemente) a idéia de uma missão colonial; mas, na verdade, eles acabavam preenchendo o papel de agente de difusão cultural em um país atrasado. Cabia a nós completar o ciclo e fazer a negação dessa situação, independentemente do fato dela ser ou não entendida explicitamente como uma relação colonial. De fato, ela não era percebida como uma relação colonial, pois professores estrangeiros e estudantes a concebiam como uma relação intelectual livre. De qualquer maneira, porém, o professor de uma missão de ensino em um país atrasado era um agente civilizador e nos cabia a tarefa de questionar essa missão civilizadora. O questionamento veio em termos de uma relação dialética de gerações: não foi no trabalho

de uma pessoa, foi em um trabalho coletivo, na tentativa de recriar e de transformar o que se recebeu, que se evidenciaram os novos caminhos que iriam amadurecer aqui. Em algumas áreas, isso ocorreu com maior inovação, em outras com menor. Tudo dependeu um pouco do acidente. Nessa coisa toda, do passado da Faculdade de Filosofia, da criação na Universidade, há muitos acidentes que eu não discuti. Hoje se vê tudo em termos de uma ação unificada, centralizada, contínua, o que escapa à verdade. Tudo foi muito acidental. Mesmo a minha carreira foi acidental. No conjunto das casualidades, uma das coisas essenciais foi a negação desse primeiro momento. Mesmo quando não havia consciência dessa negação, ela se estabelecia e nos desafiava. Porque havia a necessidade de ir além, de produzir um conhecimento que não vinha embutido na proposta original civilizadora dos antigos mestres. Não sei se eu estou sendo claro agora; isso esclarece, satisfaz você?

- L. e L. — Quando o Senhor disse que teria sido possível, em 1934, criar esta Universidade, esta Faculdade de Filosofia, com professores que fossem daqui mesmo, médicos, engenheiros, advogados, etc.
- F. F. — Havia percepção de que isso seria possível, mas teria sido desastroso se tivesse sido tentado.
- L. e L. — Mas vamos agora pensar aquilo que *não* foi. Nesse caso, o tipo de negação que viria a seguir.
- F. F. — Aí nem viria, porque a grande vantagem da influência dessas missões culturais é que elas puseram o Brasil na metade do século XX. E como puseram! Simultaneamente, em todos os campos do saber. Portanto nos colocou numa relação dialética com o processo de produção do conhecimento original. É uma crítica em profundidade que se pode fazer. É por isso que a história foi a que ocorreu, é por isso que essa história chocou o resto da sociedade brasileira. Agora há pouco você levantou a questão de por que perseguir. Você vê que se estabeleceu uma distância cultural muito grande entre a mentalidade cultural média das classes conservadoras e as gerações que passaram por essa experiência histórica. O conflito cultural resultante ficou profundo. E entre os legados dessas missões culturais está o domínio de

uma técnica de questionar, de negar, de ultrapassar, que nós não teríamos absorvido a não ser passando por essa experiência. Agora, com relação a Lukács, com relação a Sartre, Althusser, etc., eu não tenho nada contra eles; ao contrário! Eu estou dentro da órbita do pensamento deles. Eu só sou contra a moda, contra o fato deles serem episódicos, em relação ao eixo e aos ciclos do “nosso” pensar. Em dado momento, se exalta a um deles. No momento seguinte, se exalta outro. Trata-se de uma moda que gravita em torno dos centros culturais externos. Se surge uma moda em Paris ou em Nova Iorque, ela automaticamente é moda aqui. É quanto a isso que eu me insurjo. Acho que se eu tivesse de escolher algumas leituras fundamentais, eu colocaria *História e Consciência de Classe* entre elas. Nada tenho contra o Lukács e poderia dizer, *cum grano salis*, a mesma coisa de outros autores (ou, pelo menos, dos outros autores que foram mencionados). O mal está em ser moda e não moda nossa; moda importada e depois exagerada, convertida em culto, em idolatria. E em seguida eliminada, como se fosse algo vazio. Quer dizer, a moda que é exagerada, convertida em culto, desaparece assim que ela deixa de render prestígio. E quando ela deixa de render prestígio? Ela deixa de render prestígio quando, nos próprios centros da moda, surgem outros deuses, outros centros de gravitação. Aí automaticamente se dá o reboiço. A fonte do conhecimento “original” ou “verdadeiro” periclita; já não é mais aquela figura, já é outra e não se quer saber qual é a importância intrínseca e relativa desse novo centro. O novo ídolo é adorado também durante algum tempo, dez, quinze anos, três anos, cinco anos. Isso varia muito e importa pouco! A mobilidade se faz a partir de fora e não a partir de dentro. É isso que está errado. Lembrem-se de uma velha frase que defendia a nossa relação cultural com a Europa em termos “o último livro que chegava com o último navio”? Não mudou muito, só que agora, nem é “o último avião” é a última onda da comunicação eletrônica. O mesmo padrão repete-se no cinema, no teatro, na dança, na moda feminina, etc. Considero esse processo substantivamente errado e a Universidade não está exercendo nenhuma influência maturadora nisso. Ao contrário, ela está servindo como um dinamismo instigador e reforça-

dor de perversão dos processos que destroem, afinal de contas, os nossos poucos recursos investidos na área de produção do saber, do conhecimento, da imaginação criadora. Ela se acumplicia à reprodução cultural do “Selvagem ilustrado”

- L. e L. — O sr. acha que se pode alterar esse traço, professor?
- F. F. — Pode sim, é claro! Na exposição, andei muito por cima, porque já escrevi a respeito. Fico intimidado, ou melhor, inibido em repetir-me, em reafirmar coisas que já disse. É claro que o processo de mudança aqui passa pelo nosso processo de autonomização, e naturalmente, de amadurecimento.
- L. e L. — Já que o sr. está falando de autonomização gostaríamos de ouvir sua opinião sobre a autonomia da Universidade e o processo de democratização interna da Universidade.
- F. F. — Bom, são duas questões complexas. Quanto à autonomia da Universidade, ela precisa ser vista em termos objetivos. A Universidade que nós temos é uma Universidade de classe. É um absurdo ficar pensando que ela é uma Universidade acima das classes. Sendo uma Universidade de classe, ela é uma Universidade sujeita a um controle externo, que se realiza a partir das probabilidades que a classe dominante tem, ou não tem, de exercer controle. Uma classe social dominante, marcada por uma série de limitações intelectuais insanáveis, naturalmente não pode exercer toda a sua missão cultural. Ela procura exercer várias das suas atividades mediando, delegando ao Estado funções que, em outras condições, ela poderia privatizar ou, então, transferir para outras instituições. Se você considera o meio norte-americano, as classes dominantes usam as próprias instituições de ensino para exercer controles culturais amplos e profundos. Quer dizer, as escolas, nos vários níveis, têm uma relação osmótica vital com as classes. Não sei se vocês leram *Elmtown's Youth*, do sociólogo norte-americano A. B. Hollingshead. Esse livro é capital, porque ele mostra, com relação à educação, a mesma coisa que Gunnar Myrdal e colaboradores mostraram com relação à raça. Quer dizer, como a educação reflete os interesses das classes dominantes. Uma

classe dominante, articulada através de elites muito ativas (como o demonstram também os vários livros de C. Wright Mills) como acontece nos Estados Unidos, pode exercer controle e dominação por vários mecanismos, por vários meios. No Brasil, a nossa burguesia consegue desenvolver muitos controles diretos a nível empresarial e local. Já a nível global, ela depende muito do Estado, que opera como uma espécie de comitê de classe dominante (vocês podem dizer que se trata de um meio arcaico, mas é exatamente isso). O Estado acaba sendo a instituição mediadora central e universal. E, se o estado falhar nessa missão, acaba sendo necessário conturbar o processo político e realizar operações do tipo das que ocorreram em 89, em 30, em 37 ou em 64. Por aí se estabelece maior articulação (ou mesmo uma coalescência) entre a intervenção do Estado e as disposições das classes burguesas. Está claro isso? Portanto, a autonomia da nossa Universidade é uma *ficção legal*. Ela não existe. O Estado concentra em suas mãos uma tutela total; uma tutela que começa no âmbito das dotações orçamentárias e termina na manipulação dos códigos educacionais e na administração escolar centralizada. Qualquer questão decisiva, no âmbito da Universidade, que não possa ser resolvida pelas cúpulas, é automaticamente transferida para fora da instituição. Qual é a autonomia possível da Universidade nessa situação? Nenhuma. Ela não tem autonomia como e enquanto uma comunidade de professores, de estudantes, de funcionários. O âmbito de definição da comunidade (há educadores muito importantes que falam em comunidade de *scholars*, como o fez Frank Tannenbaum) não existe como realidade histórica. No movimento pela reforma universitária, na década de 60, nós falávamos numa “comunidade” de estudantes e professores; hoje fala-se mais, englobando-se os funcionários com maior decisão. Essa categoria converteu-se em um lugar comum na linguagem. Todavia, ela não tem corpo. Na verdade, o estudante é uma massa flutuante; os funcionários estão sujeitos a uma tutela do Estado e a uma tutela dos professores, uma dupla tutela; e nenhuma delas é responsável perante os funcionários, pois só a cúpula dos funcionários, por deter algum poder efetivo, tem condições de se defender e de contra-atacar, o resto é vitimizado; o corpo docente, por sua vez, é di-

vidido por conflitos que são. na sua essência, conflitos de classe. Há professores que se proletarizaram parcialmente na sua consciência, no seu modo de ser, e há professores que super-excitam a sua identidade com os valores das classes possuidoras e dominantes. A Universidade aparece como um campo de conflitos desencontrados, cuja polarização de classe é muito mais forte e muito mais determinante que o pertencer a uma “comunidade” Um antigo reitor, para me explicar o que aconteceu na Faculdade de Medicina naquela votação a que me referi acima disse: — “Florestan, não foi uma questão ideológica, foi uma questão de bolsinho. Essa gente está pensando que vai ser afetada em seus interesses profissionais. Por isso fizeram o que estão fazendo. Estão se defendendo no nível da defesa da renda, do lucro, impedindo o que lhes parece o advento do socialismo, do comunismo, que pensam ser uma coisa iminente” Quando se pensa sociologicamente essa realidade, a autonomia da Universidade é uma ficção. Ela poderia existir, se o Estado transferisse para o setor educacional as dotações que são percebidas em termos de impostos e taxas. O governo poderia destinar certa porcentagem do orçamento às Universidades e elas teriam que se mover aí, tomando decisões de como aplicar a soma atribuída de recursos e formular responsávelmente sua estratégia de crescimento. Mas, isso não existe. O Estado não está disposto a fazer isso, porque o controle da Universidade ou se esfacelaria ou sofreria um colapso. De outro lado, poderia haver dotações vindas de fora como acontece nos Estados Unidos (embora hoje essas dotações, também lá, estejam em crise), ou poderia haver o ensino pago, que é a grande pressão, feita em nome do modelo norte-americano, de criar-se a consciência de que o estudante recebe um serviço e esse serviço precisa ser avaliado de modo consciente. Agora, como converter em custos todas as atividades de uma Universidade? Qual é o sentido do ensino superior gratuito? Estamos em um terreno de evasivas. O concreto é que o problema da autonomia é um problema insolúvel na atual situação brasileira, dentro do capitalismo monopolista dependente. Não vejo como criar autonomia efetiva para a Universidade pública, através de Estado absolutista (mesmo quando se proclama “democrático”) e que exerce uma centralização cerrada,

unilateralmente calcada nas situações de interesses e nos valores das classes possuidoras. Fica, pois, um impasse e não há como cortar esse nó górdio sem uma revolução democrática. O Estado não avança até aquele ponto em que se poderia criar uma autonomia real. Vocês podem dizer: Bom, mas se o Estado fixar no orçamento uma parcela para as Universidades, esta Universidade poderá dispor livremente de certos recursos. Aí já se realizaria uma condição material de autonomia. Pode ser que sim, mas nesse caso, seria preciso eliminar também toda a legislação centralizadora vigente, que foi feita para manietar a Universidade, para impedir que ela tenha autonomia. Não basta possuir um regulamento próprio, um corpo legal “independente”. É necessário que se criem dinamismos internos de autogestão universitária. As normas estabelecidas visam criar controles legais ou supostamente legais, a nível estadual ou federal, para cercear e impedir qualquer tipo de autonomia. Essa realidade é anterior à presente ditadura. Uma congregação precisa preencher certos requisitos, se não preencher então o Conselho Universitário responde por aquela escola, o reitor precisa ser indicado de tal maneira e depois submetido a uma segunda escolha a nível do governador ou do presidente da República; a administração se afunila e seu ponto terminal é um pequeno déspota, professor ou burocrata. Quer dizer, há todo um conjunto de interferências que trabalham contra a autonomia. Seria preciso fazer tábula-rasa de toda essa ampla legislação e dos procedimentos administrativos correspondentes, que se acumularam e se multiplicaram ao longo do tempo, com um só objetivo: retirar da Universidade a capacidade de auto-gestão, submetê-la a controles externos, rígidos, anti-universitários e que visam alinhá-la passivamente à ordem existente. Essa é a verdade reduzida aos termos mais simples.

L e L — Há portanto duas barreiras fundamentais: a barreira orçamentária e a barreira legal.

F F — Vocês podem dizer: — a autonomia se conquista! Ela se conquista. E se travou essa luta para conquistar a autonomia da Universidade. Mas, numa sociedade de classes, há limites à autonomia das instituições-chaves e acaba sendo impossível realizar certas reformas estru-

turais a nível das instituições sem realizar uma revolução política, pelo menos, dentro da sociedade. Não digo uma revolução social. Uma revolução política, que permita uma reformulação de todo o processo de ordenação jurídica dessa mesma sociedade. A nossa sociedade não é uma sociedade democrática. Ela não é uma sociedade “aberta”, descentralizada. A democratização na Universidade também é outra palavra. O problema da autonomia esbarra em tradições, esbarra em hábitos, esbarra em interesses e esbarra na dominação de classes e na natureza do Estado como e enquanto corporificação dessa dominação de classe. Isso não quer dizer que ela não deva ser um objeto, quer dizer que lutar pela autonomia da Universidade é lutar por conquistas que são vitais. O professor não pode se divorciar dessas conquistas e dos movimentos sociais, externos à Universidade. No passado, era essencial lutar contra a cátedra. Hoje é essencial lutar contra a falta de autonomia, que é mais complexa que a do sindicato, não é? Ela é mais complexa porque o Estado se coloca em relação às escolas públicas em termos de “quem dá pão dá educação” — quem dá meios estipula como esses meios vão ser usados e com isso se estabelece toda uma rotina que, quando se ativa, se volta contra a Universidade. É, por assim dizer, um processo de asfixiamento, a Universidade é asfixiada, não é? A ditadura não criou essa situação; ela só a agravou. Ela agravou porque introduziu uma espécie de fascistização das estruturas internas da Universidade, de modo a estabelecer centros de decisões e de comando verticais, que não se comunicam de maneira flexível com as bases. Ao mesmo tempo, burocratizando esse poder vertical, a Universidade se tornou ainda mais fechada do que ela foi no passado. No passado recente, pelo menos, as decisões iam do catedrático para o C.T.A., a direção, a Congregação, o Conselho Universitário, a reitoria. Hoje existem núcleos intermediários de poder que separam o processo de decisão do corpo da Universidade. De outro lado existe toda uma tecnocracia que no passado não era tão ativa e poderosa como é hoje. Os burocratas foram privilegiados, os burocratas de alto escalão. Eles são tão poderosos atualmente quanto os professores que têm mais poder dentro da Universidade, como demonstra a professora Eunice Ribeiro Durhan. Daí a autonomia ser um problema tão

complexo, cuja solução exige uma revolução interior dentro da Universidade. Quando se falava em reforma universitária, no passado, colocava-se a questão da autonomia como um objetivo essencial. Hoje ela é ainda mais decisiva, porque a ditadura agravou todas as condições e acabou tornando a democratização interna a única via efetiva na qual nós podemos confiar. Como eliminar as várias barreiras e as várias formas de resistência à auto-regeneração da Universidade? Democratizando a Universidade a partir de dentro. Existe um reitor, há uma grande greve dos professores e dos funcionários, ele pode dizer “isso não me afeta, eles que façam greve à vontade, eu não falo com eles enquanto não paralisarem a greve” (procede como aquele chefe da FUNAI, que presumia que índio não era gente, pelo menos *gente* como ele!). É o velho vezo mandonista. O reitor supõe que seria degradado se dialogasse com uma comunidade que busca organizar-se e afirmar-se coletivamente. Ele é cioso do “seu” poder e do “poder institucional” dos órgãos colegiados dos professores que ele representa. Ao mesmo tempo, ele não pode “parecer democrático”, arruinando a partir de cima a super-estrutura burocrática e tecnocrática da Universidade. Há pois, um *despotismo institucional*, que alia entre si os donos do poder universitário e que possui por premissa uma massa de legislação potencialmente autoritária (ou fascista), feita para tornar a universidade um organismo ventríloco, que fala com a voz de dono que está muito longe de suas necessidades reais. Para eliminar tudo isso é necessário um processo interno que seja especificamente revolucionário (como, por exemplo, a segunda reforma agrária de Cuba, uma reforma revolucionária) Aqui, a reforma universitária precisa ser revolucionária — ela precisa abalar as estruturas existentes, destruí-las para criar outras novas. É nesse processo que a autonomia pode ser conquistada. Em outras palavras, autonomia sem democratização é algo inconcebível. Destruir não é um fim, é um meio. O essencial está no que se pretende construir. A reforma que se torna o equivalente de uma revolução política é altamente criadora, seja para a instituição na qual se realiza, seja para a sociedade beneficiada, seja para a humanidade. O canal, o meio pra chegar à autonomia é a democratização interna, que esbarra, naturalmente,

na própria estrutura de classes da sociedade brasileira. Os professores precisam ter bem claro em mente, e os estudantes e os funcionários também, que eles precisam transformar simultaneamente a universidade e a sociedade. Trata-se de uma luta com duas frentes decisivas, com resistências escondidas atrás de posições sociais (de professores, funcionários e estudantes) e de situações de interesses de classe. Se não se leva em conta toda as variáveis, a democratização se esboroa e se esvai antes de ser conquistada. Torna-se uma miragem. O símile que impera nessa esfera é o mesmo que aparece nos sindicatos. Os donos do poder estão preparados para a defesa conservadora da ordem. Os que querem a transformação da ordem devem estar preparados para neutralizar o poder conservador e para sofrer as mudanças requeridas pelas exigências da situação histórica.

- L. e L. — Mas seria possível essa democratização numa instituição de ensino como a Universidade sem a democratização da sociedade em que ela está inserida?
- F. F. — É claro que não. É claro que existe um âmbito de liberdade relativa que é um pouco maior na Universidade. A Universidade possui um espaço histórico um pouco mais flexível. Ela pode antecipar certas mudanças (qualquer instituição pode ter ou não ter essa potencialidade) Ao que parece, a Universidade dispõe de um espaço um pouco mais flexível, um pouco mais amplo, que o conquistado pela sociedade global. Exatamente por que? Porque ela é uma instituição-chave das classes dominantes. Estas classes precisam saturar ali um espaço histórico mais condensado para seu próprio privilégio, para o seu próprio uso. Então há um potencial de mudança ali que pode ser dimensionado por dentro e através da instituição e acionado. Mas, no limite, ele também pode produzir pânico entre os conservadores e no tope das classes dominantes. Já temos várias experiências a respeito — a última expressou-se através do golpe de Estado de 1964 e da repressão anti-universitária da ditadura. Os universitários devem incluir a previsão de tal pânico (e de seus efeitos diretos e indiretos) em seu plano de ação e, de modo geral, não devem se intimidar porque ele se mostra tão explosivo. É óbvio que não se pode condicionar a ação inovadora e rebelde em termos da repressão potencial que as inovações

vão provocar Não é função de um grupo que quer inovar medir se as inovações necessárias não serão bem recebidas em determinados círculos sociais que podem ativar represália, nem ficar milimetrando as inovações que podem suscitar mera resistência, etc. (vamos fazer 10%, 20% das inovações e deixemos a resto para daqui a uns 10 anos). Isso significaria deteriorar e perverter a inovação, não é? É preciso, pois ir ao fundo da luta, tentar conquistar, aproveitar o espaço existente para aprofundar as contradições, os conflitos e ultrapassar os limites estabelecidos. Apesar de todas as limitações que existem na sociedade brasileira eu acho perfeitamente possível aprofundar certas mudanças no âmbito de uma instituição, independentemente de que elas se realizem no resto da sociedade. Ainda aqui um bom exemplo seria a própria Universidade até o golpe de Estado de 64, como se avançou ali dentro do espaço da Universidade, embora a sociedade não tenha avançado tanto principalmente ao nível das classes dominantes. Outro exemplo é fornecido pela Igreja Católica, a contradição existente entre o setor inovador da Igreja e a reação repressiva da maioria dos católicos que se opõe à teologia da libertação e a outras correntes católicas progressistas. Estes últimos ocuparam um espaço de liberdade que existia dentro da instituição em termos da própria missão evangélica da Igreja Católica, e se projetam como pioneiros da transformação da sociedade. Dentro da Universidade ocorre algo paralelo, ainda que o temor das classes conservadoras possa desativar o processo por meios políticos tidos como “legais” ou por outros recursos. Se se põe em xeque o próprio modelo da Universidade, no entanto, não é possível avançar muito sem que a própria sociedade se transforme na mesma direção. A sociedade capitalista impõe certos limites históricos, a universidade de uma sociedade capitalista só pode ser uma Universidade compatível com o capitalismo. Qualquer que seja o grau de libertação que a Universidade possa desfrutar em uma sociedade capitalista “democrática” não se pode criar uma *universidade socialista* sob o capitalismo, mesmo que muitos professores, estudantes e funcionários lutem por ideais socialistas de educação. Não obstante, muitas vezes as “reivindicações socialistas” conduzem a importantes reformas institucionais e setoriais. A reivindicação por 8 horas

de trabalho surgiu como reivindicação socialista. Os socialistas alimentavam e propagavam várias transformações de defesa do trabalhador e da condição humana que se incorporaram à ordem institucional da sociedade burguesa. Portanto, existem reivindicações que podem ser feitas em termos socialistas e de reforma social numa sociedade capitalista. Todavia, não há uma receita universal e os divergentes têm que ser muito inflexíveis quando defendem certos objetivos e rompem com a ordem. Uma ruptura total, da perspectiva do socialismo revolucionário, presuppõe um plano mais amplo de luta de classes, na qual se passa da “revolução” à “revolução social”. É exatamente essa diferença que às vezes não é percebida pelos movimentos sociais que operam na Universidade, embaralhando limites históricos de atuação e de ativação dos conflitos políticos. Na década de 60, especialmente entre 67 e 68, a “reforma técnica” era suscitada apenas como um expediente para permitir a deflagração de uma agitação política revolucionária. As confusões resultantes foram penosas, porque o movimento de mudança social externo não oferecia suporte à pressão revolucionária da reforma da Universidade e esta não criava alternativas de expansão e, até, de auto-sustentação. Acho que aprendemos a não usar a Universidade e a reforma universitária como expediente para outros fins e que a contestação global exige uma forte disposição à mudança social revolucionária nas classes sociais subalternas e intermediárias. Como eu dizia, então, não se faz a revolução dentro da Universidade. Para atingir esse alvo é preciso lutar simultaneamente dentro e fora da Universidade, pois é na sociedade e, especificamente na luta de classes que está a matriz da revolução social. Muitas vezes fiquei sozinho ou fui mal compreendido por causa dessa posição. Mas é necessário não tomar a nuvem por Junco. Nesse terreno, impõe-se combater preliminarmente a ingenuidade política e estabelecer com clareza a distinção e as relações dialéticas que existem entre reforma e revolução. Como diria Mao Tsé-tung, quem quer pescar peixe grande que vá pescar em alto mar, não perca tempo com lambaris e bagres. A confusão de linguagem resulta e engendra confusão política, na compreensão das relações entre meios e fins. Esse foi uma espécie de veneno do movimento político no meio uni-

versitário, o qual nos levou a conhecer duras derrotas. Objetivos revolucionários, que não podiam ser propostos e defendidos em termos da “reforma da universidade” facilitaram a vitória da reação. Na hora do “pega para capar”, muita gente buscou a proteção da saia da mãe e os que arcaram com maiores responsabilidades se viram sozinhos, diante de forças esmagadoras. Essa confusão precisa terminar. Os movimentos de contestação de certo porte e vitalidade têm de refluir para o campo da Universidade. Porém, eles não precisam usar como expediente um jôgo de falsas aparências. Se se trata da participação do estudante, do funcionário ou do professor, em um movimento político de contestação radical e global, então os objetivos de tal movimento são prioritários e imperativos. O processo de democratização da Universidade, por sua vez, deve ser naturalmente balizado como parte da transformação reformista da sociedade de classes. Ninguém é obrigado a lutar concomitantemente pelas duas causas. Os que o fizeram, no entanto, sabem que em um plano (o último) apenas se pretende eliminar a rigidez que existe nesta instituição, libertá-la de elementos arcaicos (alguns antigos que vêm da escola superior isolada, outros que nasceram da universidade conglomerada, que se criou em 34). E sabem também que a luta maior transcende à universidade, como parte das grandes revoluções proletárias do século XX.

O SABER E O ATO

(Discurso pronunciado por Antonio Candido de Mello e Souza, quando recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 30 de agosto de 1984)

Agradeço as palavras do Professor Ruy Galvão de Andrada Coelho, meu colega de turma, companheiro de vida intelectual, amigo desde a mocidade. Agradeço as palavras do Professor João Alexandre Costa Barbosa, amigo que analisou tão generosamente os meus trabalhos, e representa a valiosa presença da equipe que tive a felicidade de constituir no setor de Teoria Literária e Literatura Comparada. Agradeço a honrosa solidariedade dos professores da Faculdade de Direito. Agradeço a afetuosa mensagem dos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores. Agradeço a presença de todos os que tiveram a bondade de comparecer a esta cerimônia. Agradeço, finalmente e sobretudo, à ilustre Congregação, que me conferiu o título entre todos honroso de Professor Emérito.

Fazendo estes agradecimentos, penso em alguns mestres e colegas que mereceram e merecem muito mais do que eu esta honraria, e estão no meu espírito como exemplos de desempenho universitário, pelas qualidades de liderança e a marca profunda que deixaram. Para mencionar apenas aqueles com quem trabalhei intimamente, lembro um que teve a oportunidade de recebê-lo, o grande mestre Fernando de Azevedo, combatente lúcido e arrojado na luta pela modernização do ensino em todos os níveis. Ele elaborou o estatuto básico da Universidade de São Paulo, da qual foi um dos principais fundadores; e se caracterizou nesta Casa pelo empenho na melhor política universitária.

No mesmo sentido de destemor imaginoso e presença enriquecedora atuou Lourival Gomes Machado, que não chegou a receber este título, que tanto merecia. A ele deve a Universidade a afinação da sua Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; a ele deve o Bra-

sil um papel decisivo no processo de constituir e orientar as Bienais de Arte; a ele devemos todos uma ação humana e fraterna.

Não recebeu também este título, entre os vivos, o grande excluído, Florestan Fernandes, meu amigo e companheiro de trabalho, que de certo modo fazia um corpo só com a nossa Faculdade, pela apaixonada identificação aos seus problemas, a inflexível bravura, a atividade criadora completada pela capacidade de inspirar o trabalho dos jovens, mostrar caminhos e discernir os pontos em que a vida universitária conflui com a ação política. Separado brutalmente do nosso convívio institucional, com outros colegas notáveis, alguns dos quais seus discípulos, ele é o Emérito por excelência.

Quanto a mim, o que houve é que tive o ensejo valioso de conviver com estes e muitos outros de grande categoria, a partir do grupo que integrou nesta Faculdade, no ano de 1947, a revista *Clima*, reunindo estudantes e alguns recém-formados, que acabaram todos no corpo docente da Universidade de São Paulo.

Além dos professores, devo a colegas como estes, e tantos outros, muito do que sou e pude fazer, porque encarnaram a força da convivência intelectual e afetiva que encontrei nesta Casa, e é tão importante quanto o estudo e o ensino sistemático. A respeito, seria o caso de citar o dito de Oscar Wilde, segundo o qual “a instrução é uma coisa admirável; mas convém lembrar de vez em quando que nada do que é essencial pode ser ensinado” Por estas e outras coisas, de que passarei a falar, talvez haja certo paradoxo no fato de tamanha distinção ser conferida individualmente a mim, pois sempre recebi tanto da Faculdade de Filosofia, que me sinto devedor permanente, tratado como se fosse credor de alguma coisa.

Com efeito, desde que entrei na la. secção do extinto e excelente Colégio Universitário, em 1937, até me aposentar em 1978, tive o privilégio de aprender o que de melhor havia, ser aluno de professores notáveis, conviver com colegas e alunos que se tornaram companheiros de vida, ter na profissão docente o apoio material e as condições espirituais para fazer o que desejava.

Em 1939 fui admitido ao curso superior em duas escolas: esta e a de Direito. Se a minha vocação estava aqui, na de Direito recebi o ensino de alguns mestres exemplares, mergulhei durante anos numa das melhores bibliotecas de São Paulo e, sobretudo, recebi do ambiente estímulo para definir uma consciência política. Nela me iniciei na atividade contra a ditadura daquele tempo, — primeiro, entre colegas liberais; depois, entre colegas socialistas, reunidos pa-

ra o mesmo combate. A Faculdade de Direito foi a minha grande escola de cidadania.

Na Faculdade de Filosofia, a minha geração entrou em contacto com os aspectos mais positivos da cultura das metrópoles, através de mestres que funcionavam como heróis civilizadores. A sua importância decisiva está no ato de nos haverem lançado em dois rumos complementares: a iniciação nos processos pertinentes do saber desinteressado; e a consciência de que a realidade do nosso país era o objeto central de sua aplicação.

Não estou querendo dizer esta coisa óbvia, que o conhecimento deve completar-se pela prática, ou se justifica enquanto caminho para ela. Mesmo porque, era isto que se fazia no Brasil em matéria de cultura superior, orientada pela natureza das profissões liberais. Estou querendo dizer o contrário: a Faculdade de Filosofia foi criada para alterar a perspectiva e desenvolver de maneira sistemática o saber que se chama desinteressado, pois só ele permite aprofundar a investigação que faz progredir o conhecimento e, portanto, a sua aplicação eventual.

Os mestres estrangeiros, chamados com este pressuposto pelos fundadores da Universidade, mostraram que é indispensável o momento de suspensão do ato, a fim de instaurar o conhecimento, abrindo caminho para restaurar corretamente o ato como conhecimento inserido no mundo. Por isso, para compreender a sua contribuição é preciso encarar esses mestres como um grupo diferenciado, onde alguns se absorviam na especulação, outros se voltavam imediatamente para o concreto, mas todos elaboravam a atmosfera renovadora que permite desligar a matemática da engenharia, a ciência política da prática jurídica, a teoria literária da análise gramatical. O saber correto exige um empenho intelectual e moral tão importante quanto a participação na vida.

A propósito das duas vertentes que mencionei, talvez caiba um exemplo tomado ao desempenho da primeira turma de alunos dos professores estrangeiros: penso em Lívio Teixeira, voltado para a análise sábia dos grandes clássicos da filosofia, e João Cruz Costa, aplicando a reflexão às idéias no Brasil. Juntos, representam não apenas a divisão do trabalho intelectual, mas a função de síntese criadora da universidade como grupo diversificado.

Isto foi possível por certos motivos, dos quais destaco dois.

Primeiro, o fato dos professores estrangeiros não atuarem por meio de uma presença esporádica e passageira, mas durante o tempo

de uma geração, envolvendo, em períodos variáveis, quase cem cientistas, pesquisadores, intelectuais, na maioria franceses, alemães e italianos, com alguns portugueses, espanhóis e ingleses. Foi como se os mecanismos universitários dos altos centros passassem a funcionar aqui na medida do possível, permitindo uma assimilação criadora. Antes, havia sobretudo adaptação mais ou menos feliz, mediada pela distância e o contacto fugaz. Com a presença duradoura, o pensamento e a ciência dos centros europeus passaram a ser produzidos aqui de maneira contínua, construindo um habitat e deixando de ser coisa imposta ou imitada. Numa palavra, formou-se entre nós a possibilidade de elaborar e transmitir cultura segundo o teor dos países mais avançados, e dentro das nossas limitações estruturais. Com isto, rasgou-se a tradição do papel carbono.

Aqui entra o segundo motivo: a presença dos mestres estrangeiros ocorreu num momento em que o Brasil já havia amadurecido a visão de si mesmo, e criado um equipamento cultural que, embora modesto, era capaz de receber influências sem se desfigurar. Ao contrário dos jesuítas no período colonial, e diferente da Missão Artística Francesa no começo do século XIX, os professores contratados pela Universidade de São Paulo não plantaram no deserto, ou em terra quase inculta; mas se ajustaram a um meio capaz de absorver a sua contribuição com liberdade, — e não sofrê-la como imposição. Tanto assim, que houve uma ponderável contra-corrente, com o Brasil influenciando sobre o temário, a sensibilidade e a visão do mundo dos nossos mestres europeus.

Por aí se vê que a presença estrangeira não foi alienante, mas instauradora, na medida em que nos dotou de iniciativa. Caio Prado Júnior, o grande mestre, me contou diversas vezes que aprendeu com Pierre Deffontaines a *ver* a sua terra, que antes apenas *olhava*. Não espanta que a nossa Faculdade, na sua estrutura gloriosamente complexa dos anos que vão de 1934 a 1969, tenha sido ponto de referência tão importante para toda a universidade brasileira. Ela foi, sem dúvida, um acontecimento fundamental na história da cultura do país, no quadro igualmente importante de uma integração universitária cuja realização se deveu principalmente ao ideal e ao esforço de Julio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo.

No setor das ciências humanas e da filosofia, onde me formei, é preciso registrar, além disso, que a presença dos professores foi, senão um magistério explícito, uma sugestão de radicalidade cultural e, até certo ponto, política. Alguns deles eram, mesmo, conservadores, enquanto outros se aproximavam mais ou menos das ideologias da Frente Popular, o *Front Populaire*, que nos primeiros anos

de vida da Faculdade predominava na França e tinha grande impacto entre nós, somando-se à simpatia pelos republicanos espanhóis em luta contra o fascismo. Mas, tanto os conservadores quanto os radicais nos iniciaram na atitude básica do intelectual, o inconformismo, que vai desde a desconfiança com o saber estabelecido, até as afirmações de rebeldia política; que vai desde o desprezo pelo argumento de autoridade, o culto da citação ornamental, o uso da inteligência como exibicionismo, — até a crítica da organização social, a procura dos aspectos escamoteados da realidade, o desejo de trabalhar pela sua transformação. Os nossos mestres franceses nos ajudaram a ver o Brasil real, porque isto era consequência da atitude crítica que nos ensinaram.

Estas palavras são ditas para sugerir o quanto devo à Faculdade, que foi o mundo onde vivi e amadureci, ao compasso de uma experiência universitária inédita no Brasil, que procuramos não trair em relação aos nossos estudantes. Nesta casa formou-se a minha geração, que inclui o nosso Diretor Ruy Galvão de Andrada Coelho e tantos colegas presentes. Formaram-se outras gerações neste meio século, formaram-se os meus alunos, nos quais penso neste momento com o afeto e a consideração de quem teve neles o principal ponto de referência da sua atividade, e deles recebeu mais do que pôde dar. Nós participamos, portanto, de uma grande experiência cultural, e isto justifica a posição de deslumbramento que foi nossa durante tanto tempo. Mas não seríamos fiéis ao que aprendemos e vivemos aqui, se não tivéssemos sido capazes de desenvolver a crítica da instituição, nos momentos em que ela pareceu solicitar a análise corretora.

Nos últimos vinte anos, partilhamos todos as agruras de um momento negativo na vida do país, com a instauração da ditadura militar em 1964. O que ela custou à nossa Faculdade, sobretudo a partir de 1968, não precisa ser lembrado, porque está vivo nos ferimentos abertos, — que foram da invasão e depredação dos nossos locais de trabalho à exclusão de colegas; da perseguição a nossos alunos ao estabelecimento de um mecanismo sujo e sorrateiro de espionagem, delação e restrição de toda ordem. Este estado de coisas correspondeu ao momento de crise da instituição, das reformas gordas e das reformas impostas, do desmembramento da Faculdade e da consciência de que muitas das nossas normas estavam desajustadas.

Ainda então a Faculdade reagiu dentro do seu espírito de radicalidade aberta, ao desempenhar, com institutos dela desmembrados, um papel decisivo nos movimentos democráticos da Universidade de São Paulo. Aqui, em nossa Universidade, nasceu o movimento das

associações realmente atuantes de docentes do ensino superior, que se espalhou pelo país a partir da nossa, e hoje é uma das forças renovadoras do sistema universitário. Aqui teve lugar a primeira greve brasileira de docentes universitários do ensino público, marco histórico que mostrou como em nosso tempo estava se acabando a figura do “gentleman and scholar”, circulando no ambiente cooptativo dos organismos fechados como clubes de elite; que mostrou como, ante o crescimento numérico e a pauperização da categoria, era preciso, tanto a aliança com outras categorias, quanto a atitude dos que lutam em nível de massa, como a passeata, o comício, a reivindicação coletiva, a greve. Aqui amadureceu a aliança entre docentes e funcionários, que terá certamente papel importante na fisionomia futura da universidade, à busca de novos critérios para se organizar segundo uma ordenação e uma autoridade refundidas pelo espírito democrático. Portanto, na Universidade de São Paulo em geral, na nossa escola em particular, persistem condições para enfrentar a crise que a todos inquieta, porque é o reflexo desta imensa mudança da civilização que, segundo um antigo professor da Casa, Claude Lévi-Strauss, só tem paralelo nos acontecimentos obscuros que marcaram há milênios a humanização efetiva do homem.

Creio que a reflexão sobre as nossas raízes faz ter confiança no futuro, mesmo porque o futuro se constrói. Chegaremos a uma universidade onde a atividade política não sirva de pretexto para escapar à dura e difícil tarefa do saber, que exige concentração e sacrifício, em etapas nas quais o estudioso pode por o mundo entre parênteses. Uma universidade onde, reciprocamente, a busca fundamental do saber não seja pretexto para ignorar os graves problemas do tempo, nem o dever de participar para a sua solução. Se prefiro ser otimista, é porque cresci intelectualmente numa escola que trouxe tanta coisa importante ao nosso país, e tem recursos para se renovar.

Pensando nessas coisas todas, nas figuras que evoquei, nos amigos que marcaram a minha vida aqui, na imensa contribuição desta Faculdade e de toda a nossa Universidade de São Paulo, foi que avaliei o significado deste último título. Por isso, é com máxima sinceridade que digo, meu caro Diretor, meus caros colegas, meus caros amigos, que não imaginam a que ponto me sinto honrado e agradecido.

RUY COELHO

- L. e L. — Gostaríamos que você comentasse um pouco a história da Faculdade de Filosofia, naturalmente dentro da Universidade, e fizesse uma comparação entre o que foi a “Faculdade dos professores franceses” (como nós a chamamos, embora não fossem só franceses), e o que ela é hoje.
- R. C. — Bom, a Faculdade de Filosofia representava, de certa forma, a iniciativa de uma elite voltada para a Europa, mas com preocupação brasileira. Uma coisa que se diz e se repete constantemente é a seguinte: saber até que ponto a fundação da Faculdade de Filosofia, em São Paulo, foi uma atitude da elite, daquela elite que tinha perdido a Revolução e a hegemonia política.
- L. e L. — A de 32?
- R. C. — Sim, a de 32. E que tencionava marcar, no conjunto do Brasil, a posição de São Paulo como sendo mais avançada, mais civilizada. Seria a velha rivalidade entre São Paulo e Rio. São Paulo não era a capital, mas tinha uma tradição cultural. Foi uma aldeiazinha muito mais importante para o Romantismo brasileiro do que o Rio, que já era então uma cidade. Depois, na Semana de 22, São Paulo foi um centro intelectual. Tendo perdido a hegemonia política, São Paulo teria tentado então conquistar, ou preservar, o que os paulistas supunham ser a hegemonia intelectual. Há nisso tudo um fundo de verdade, mas há um exagero muito grande. Isso foi uma certa motivação, mas não foi o que suscitou os planos da Universidade. Esses planos vieram da reflexão sobre o ensino brasileiro, por uma geração que foi excepcional na História do Brasil. Eu não quero distinguir particularmente Fernando de Azevedo, se bem que ele, por sua personalidade mui-

to forte, tenha tido uma posição de liderança. Mas eu penso em toda aquela gente, sabe? Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roldão Lopes de Barros. As idéias sobre a renovação da educação. Uma geração excepcional em qualquer país do mundo, porque eram pessoas com nível de formação e de reflexão muito alto, e que não tinham posição política. Eram liberais, mas naquela posição liberal de 30, que era bastante vaga. Não tinham um nível de pensamento filosófico como aquele que presidiu a certas reformas do ensino na Europa. Era gente muito atenta ao Brasil. Mas aí eu vou procurar evitar chavões. essa história de “realidade brasileira” É impressionante que o Dr Fernando de Azevedo, por exemplo, na reforma da Escola Normal, se preocupasse muito em saber que elementos havia na escola existente e como poderiam ser aproveitados para a melhoria do ensino. Uma das coisas que ele me disse é que a Escola Normal da Praça da República, no entender dele, deveria ter uma atuação maior do que simplesmente dar uma proficiência técnica aos professores primários. Daí ele ter atraído os estudantes de sociologia, de psicologia. A idéia era abrir o secundário a interesses mais vastos. Assim, as Escolas Normais prepararam muito o ambiente para a fundação da Universidade de São Paulo. A princípio, a maioria dos alunos dos cursos de Filosofia, História, Sociologia, vieram daí. Os primeiros cursos, que eu não peguei, eram dados por professores franceses, e tinham a ouvi-los gente como Caio Prado Jr., Oswald de Andrade, Alcir Porchat.

L. e L. — Em que ano o sr. entrou?

R. C. — Eu entrei em 38. O aluno nº 1 da Faculdade, o primeiro inscrito, foi o Cruz Costa. Na época, ele fazia a Faculdade de Medicina, porque era, afinal de contas, uma opção que lhe parecia menos má. Ele não se interessava por Medicina, mas no ambiente daquela época a pessoa fazia Direito, Politécnica ou Medicina. Então o interesse que ele tinha pelas ciências. então, havia gente com interesses variados. Algumas pessoas que se interessavam por História e Geografia vinham. A Universidade obedeceu então a um plano de implantação de ensino superior, com a idéia do cultivo da ciência pura. Mas tudo isso não surgiu como um puro movimento de reivindicação, eu acho. Tem-se in-

sistido muito nisso: “Ah, é a elite paulista que queria continuar numa posição hegemônica” Não digo que seja falso, mas não foi uma coisa que, no momento, respondesse tanto às circunstâncias de uma revolta militar pelo poder político.

L. e L. — Havia um desejo de saber, mesmo, de promover o saber.

R. C. — Sim. Havia um interesse muito grande, da parte de vários professores, que nas outras faculdades tinham uma formação mais geral e um interesse maior por cultura. Porque hoje nós nos habituamos a considerar que o médico, por exemplo, é um profissional especializado, inteiramente desatento ao progresso da cultura. Mas naquela época.

L. e L. — Naquela época não era, não é?

R. C. — Exato, não era. Antonio de Almeida Prado escreveu livros, um deles se chamava *Seara de Esculápio*. O Prof. Luciano Gualberto escrevia poemas. Gofredo da Silva Teles tinha um livro de poemas que se chamava *A Fada Nua*. Havia um culto à literatura, à poesia, e tudo mais. Vejam, por exemplo, Raul Briquet. Sua biblioteca, que foi incorporada à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, por volta de 1938, tinha obras de Claparède. De 1936 até o fim da vida, ele fazia estudos de Psicologia. Escreveu um pequeno livro sobre o assunto, e era bem feito. Fazia conferências sobre a teoria de Einstein, sobre os confins dos corpúsculos, sobre situações intermediárias entre a matéria inanimada e a animada, o problema dos colóides e das células organizadas. Era um homem de grande cultura. Esse gênero de pessoas existia. E essas pessoas eram simpáticas à Universidade, foram os primeiros diretores da Faculdade. Mas, por outro lado, a Faculdade de Filosofia já começou ameaçada. Havia uma desconfiança total da parte das grandes escolas, uma hostilidade mesmo. Sentia-se que a Faculdade de Filosofia ia disputar uma certa situação privilegiada que era a dos professores das antigas Faculdades.

L. e L. — Mas nessas Faculdades, como você disse, também havia pessoas interessadas numa Faculdade de Filosofia. Na Faculdade de Medicina, na Faculdade de Direito.

Porque esse é mesmo o seu caso, não é? Faculdade de Direito.

- R. C. — Eu entrei na Faculdade de Filosofia antes.
- L. e L. — Antes? Ah, bom. Eu pensei que era clássico: primeiro Direito, depois Filosofia.
- R. C. — Eu fiz Direito porque a família não concebia que se dissesse outra carreira. Quer dizer, eu fiz o vestibular de Direito e passei em 1º lugar. Depois de algum tempo, porém, eu deixei de ir lá.
- L. e L. — Isso prova que aqueles professores da Faculdade de Medicina ou de Direito tinham razão de temer a Faculdade de Filosofia. Porque iam perder grandes cabeças!
- R. C. — Veja, era uma certa incompreensão. Eu não preciso dizer que Medicina, Direito ou Engenharia são profissões importantíssimas. Mas certas pessoas que estavam nessas Faculdades não eram especificamente interessadas nessas profissões, apenas iam em busca de conhecimento geral. Era simplesmente a busca de algum curso universitário que expandisse os horizontes face à ciência. E aí então, com os professores franceses, abria-se essa possibilidade de cultivo de ciência pura. Cultivava-se a ciência em bases desinteressadas, quer dizer, não como formação profissional, mas como formação cultural, marginal. Esse projeto foi entendido e teve o apoio do governo. Mais tarde, houve situações de crise. O Adhemar de Barros esteve disposto, e disse claramente em várias ocasiões, a liquidar ou transformar a Faculdade de Filosofia. Naquela época o Diretor não era eleito pela Congregação. O Adhemar tinha uma pessoa que era amigo pessoal dele, o Alfredo Ellis, um historiador já com uma obra toda publicada. E Adhemar o colocou como Diretor da Faculdade para liquidá-la. Foi nomeado como Diretor e tinha como primeiro encargo abrir aquilo a professores brasileiros. Porque os professores brasileiros são tão bons quanto os estrangeiros, etc. Mas, como Diretor, o Alfredo Ellis tomou contacto com os alunos e mudou radicalmente de posição.
- L. e L. — Isso foi em que ano?
- R. C. — Não sei dizer se foi em 39 ou 40. Bom, enfim, o Alfredo Ellis, que devia liquidar a Faculdade, foi um dos ho-

mens que a construíram. Todo mundo reconhece isso. Eu ainda me lembro dele recebendo o título de Professor Emérito, velho, falando com dificuldade. Ele disse: “Estou tão comovido que não posso falar, sou capaz de começar a chorar. Quando eu vejo o Lourival, o Ruy Coelho. ” E nós todos de olhos úmidos, porque ele sustentou a Faculdade que o Governo queria acabar. E podiam ter facilmente acabado com ela! Aí, ele lutou, e convenceu as pessoas, e como amigo do Adhemar dobrou os propósitos dele, e permitiu à Faculdade de Filosofia se expandir. Preparou essa expansão no pós-guerra, quando havia mil dificuldades. Bateu-se contra a dispensa dos professores estrangeiros, bateu-se contra tudo o que ele tinha vindo fazer. De modo que ele foi muito importante. Naquele momento do pós-guerra, a Faculdade estava com a primeira crise grave. Vários professores estrangeiros saíram, e saíram sem deixar uma base sólida. Outros, felizmente, chegaram: eram alemães, grande número de judeus. E outros professores franceses. Era um período de dificuldades, um período que foi o do término de nosso curso. Minha turma era numerosa, tinha 27 alunos. A anterior tinha só uns 3 ou 4. Eram comuns aulas com 3 ou 4 alunos, nas primeiras turmas. Física, por exemplo, tinha 2: o Oscar Sala e outro que não lembro. O Pacheço já tinha se formado antes. Então, a Faculdade daquela época era uma Faculdade de pequenos grupos, de convivências diferentes, alguns mais maduros, outros muito jovens. O Cruz Costa, por exemplo, já era mais maduro por reflexão, outros já tinham uma obra considerável. Eram pessoas atraídas pela possibilidade de realizarem cursos aprofundados de cultura geral. Depois veio o grupo dos normalistas. e aí vieram pessoas formadas nas boas escolas do país. O maior número de meus colegas de Ciências Sociais eram normalistas com bolsas. Esse primeira fase foi uma fase de contacto muito íntimo entre os alunos, e dos alunos com os professores. Os professores conheciam os alunos um por um. Havia os almoços na casa do Maugüé, e aí se discutiam projetos de vida e tudo o mais. Inclusive os namoros. O Maugüé namorou várias alunas. Sempre com amores infelizes, sempre disposto a casar. Não pensem que era a coisa moderna de relação entre professor e aluno, que é outro capí-

tulo: ele sempre pretendia casar-se. Então era uma comunidade muito unida. Um doutorado, por exemplo, era assistido por toda a comunidade. Eu assisti a defesa de teses como “O Cafesterol e alguns de seus derivados” da Jandira França; como se estava queimando muito café, faziam-se experiências químicas com ele. Assisti a outra tese cujo título nunca hei de esquecer: “Sobre a cloaca do Siphonops” Eu me lembro que o Marcus dizia: “Os senhores presentes podem fazer algumas perguntas adicionais. Mas nas cloacas do Michel (era o Michel Pedro Sawaya) ninguém põe o nariz!” Houve também um trabalho do Erasmo Garcia, sobre as guelras dos bagres das cavernas do Iporanga. Era muito importante, depois nós vimos. E houve uma tese sobre “A estrutura muscular dos piolhos de baleia”

L. e L. — Isso parece piada! Era uma Faculdade surrealista?

R. C. — Não, era um trabalho da maior importância: era o estudo da evolução. Nas cavernas do Iporanga — é o que eu guardei! — como era escuro, surgiram produtos de mutações que, fora os bagres da caverna, eram liquidados na luta pela vida. Então havia os bagres cegos, com umas guelras muito especiais onde havia vestígios de uma respiração aeróbica. Então era a questão da evolução dos peixes. E os piolhos de baleia (que não são piolhos, são bichos grandes!) tinham perdido todos os órgãos, quase se reduziam ao aparelho digestivo. Isso é importantíssimo para a evolução. E a gente assistia a todas essas defesas de tese, a gente ia a tudo, a gente lia todos os livros: Todos é exagero, mas a gente lia de tudo. Houve uma doação do Governo Francês com várias coisas importantes, e aí abriu-se a possibilidade de uma biblioteca. Mas tínhamos um problema com o bibliotecário, o Raspantini. Ele tinha um ciúme imenso dos livros, para ele era um martírio deixar consultá-los. Bom, mas então nós éramos um grupo pequeno. A princípio não tínhamos cursos, tínhamos um esquema mais europeu. O professor dava umas duas aulas por semana. Eu me lembro da sensação de frustração, de impaciência, que nós tínhamos, quando nos anunciavam que naquele dia o professor não ia dar aula. Para nós, era como se fôssemos ao cinema e a tela estivesse apagada. Não havia problema de frequência, cada aula

era fruída intensamente. Era uma ânsia de saber coisas. E depois de formados, todos queriam dar aula. Havia brigas sérias para dar aula.

L. e L. — E quando foi que essa faculdade inicial, dos alunos que se conheciam todos uns aos outros, terminou?

R. C. — Terminou com o problema dos excedentes, os alunos que obtinham média de aprovação no vestibular e não tinham vaga. Vocês estão lembrados disso? Foi uma coisa violentíssima. O número de vagas foi ampliado, multiplicado por 5; de 20 passou a 100. E acho que foi então que se criou o curso noturno, que devia ser dado por professores diferentes do diurno, mas acabou sendo dado pelos mesmos, por falta de gente. As mesmas pessoas davam diurno e noturno, recebendo o famoso complemento salarial pelo noturno. O que criou uma sentença judiciária interminável, porque a lei era dúbia. Eu acho que desde essa época, nós estamos lutando para alcançar uma outra estrutura. Acontece que a luta por essa nova estrutura deveria ter-se feito a partir de 68, que foi um ano muito importante. Desde 64 nós tínhamos ficado um tanto isolados, como um grupo de “subversivos” cercados, situados. Tinha surgido a guerrilha, a ligação de estudantes com operários, via-se o perigo dessa ligação. Em 68, com o Costa e Silva, tivemos uma certa “primavera” uma aparente volta às liberdades, houve um movimento estudantil imenso, professores e alunos se reuniam para discutir as famosas paritárias. Quase não se deu aula. Mas, para mim, a experiência foi extremamente frutuosa. Havia idéias novas e experiências didáticas interessantes, seminários espontâneos. Daquilo tudo sairia alguma coisa de considerável. Aí veio a repressão maciça. Esses anos — 69, 70, 71 — foram os piores de minha vida. Vocês se lembram de que não se podia dar uma aula, houve semanas em que a polícia estava lá diariamente. A princípio, a gente resistia. Eles iam prender alunos e a gente não deixava.

L. e L. — Os alunos, durante as aulas, tinham medo. Preveniam a gente de que em classe havia pessoas estranhas ouvindo.

R. C. — A infiltração era maciça. Então a explosão de baixo e a pressão de cima ocasionaram uma ruptura muito

grave de continuidade. Agravou-se isso com a expulsão da Maria Antonia e a nossa adaptação aos barracões, às salas emprestadas. Era a opressão, o autoritarismo total, o Conselho Universitário silencioso, as sessões da Congregação quase vazia. Eu me lembro de uma reunião da Congregação em que havia só 8 professores. Eu ia sempre. As pessoas não queriam ir à Congregação porque ela enfrentava a repressão. A Congregação sempre teve uma conduta exemplar, e disso eu tenho muito orgulho. Por exemplo: votou-se o encaminhamento de uma moção de protesto pela cassação e o processo de Mário Schemberg e do Cruz Costa. A Congregação aprovou por unanimidade, com os votos daqueles que, sabíamos, tinham um pensamento de direita: um Roque Spencer Maciel de Barros, um Laerte Ramos de Carvalho, votaram a favor, vamos dizer, a favor de um comunista conhecido, inscrito no Partido, como era Mário Schemberg. Mas muitos outros professores tinham medo de ir à Congregação. Então, daí por diante, foi a luta para refazer a Faculdade. Aí o Miguel Reale teve um papel importantíssimo. Em determinado momento, eu cheguei a ele e disse: “Magnífico Reitor, nós não temos condições de continuar com o curso de Ciências Sociais, nós estamos com um déficit muito grande de professores.” Aí ele disse: “Vocês têm pessoas que possam substituir os que saíram?” Eu disse: “Nós temos alguns elementos um pouco verdes que a gente pode trabalhar” “Traga-me os nomes.” Eu levo os nomes. Aí, em uma semana ele me chama e diz: “Olha, amanhã os nomes estarão no Diário Oficial.” Aliás, há uma passagem que eu acho muito boa. Eu não estava presente mas me contaram. O Oswaldo Porchat, que é um homem muito sensível, como vocês sabem, foi ao Miguel Reale e disse, com os olhos úmidos: “Eu queria agradecer ao Senhor pelo que vem fazendo.” De repente, ele parou e disse: “Bom, o Senhor não está pensando que eu estou aderindo ao Governo!.” Aí o Reale disse: “Não, Porchat, não. Mas o que é Governo e o que é oposição? Veja. Pode ter confiança em mim, que sou o mais liberal dos fascistas.” Quer dizer, havia essa atmosfera. O Miguel Reale foi um sustentáculo da Filosofia. E ninguém punha em dúvida a posição do Diretor, o Eurípedes Simões de Paula. O Eurípedes tinha um almoço anual de

confraternização com os oficiais da FEB. Ele dizia: “Eu nunca deixo de ir lá, porque lá eu digo: vocês estão enganados, aquilo não é comunismo. Eu sou comunista? Eu iria ficar à frente de uma coisa comunista? Vocês não me conhecem?” E com isso ele sustentou a Faculdade.

L. e L. — Uma Faculdade já bem diferente daquela da fundação...

R. C — As diferenças entre uma fase e outra foram muito grandes. No começo, a gente tinha vindo em busca de uma cultura geral, queríamos nos pôr a par do pensamento europeu. Mas aí aconteceu uma coisa curiosa com os professores europeus, que tinham suas próprias motivações. Essa gente vinha ao Brasil porque estava interessada no Brasil. E o que eles queriam era conhecer o Brasil. De modo que eles nos fizeram descobrir o Brasil. Eu me lembro do meu vestibular de Geografia, O Mombeig perguntou: “Pra que lado cresce São Paulo? De onde sopra o vento em São Paulo?” Eu respondi: “O Senhor sabe que eu nunca pensei nisso?” Ele disse: “Eu estou perdido. Os senhores não sabem Geografia?” Respondi: “Nós sabemos. ” E ele: “Mas o Senhor não tem sensibilidade pra cidade onde mora? Quais são os eixos de atividades urbanas em São Paulo? O Senhor sabe que na Avenida Paulista, ainda em 1882, havia veados?” E alguém lá atrás disse baixinho: “E ainda há! ” E o Mombeig continuou: “O Senhor sabe que o Parque Siqueira Campos é parte da floresta primitiva de São Paulo?” E assim ele nos interessava pelo Brasil desde o vestibular. E o Bastide nos levava à macumba. Ele já se interessava pelo Mário de Andrade, pelo Barroco, numa época em que nenhum europeu lidava com o Barroco. Ele dizia: “Isto é espantoso, e espantoso é um homem como Mário de Andrade que viu a importância disso aí!” E ele nos fazia ler um ensaio do Mário de Andrade sobre aquele músico mulato, como é mesmo o nome?

L. e L — O Padre Maurício.

R C — É, o Padre Maurício. Então o Bastide, como todos os outros professores franceses, nos endereçava ao Brasil. O que houve depois é que os cursos adquiriram um aspecto muito mais profissional, menos geral. Naquele

começo era mais o saber concreto, empírico, a pesquisa de campo, e não havia preocupação com a especialização. O Bastide fazia Sociologia da Literatura, da Arte, da Personalidade, da Cultura. Fez uma tese sobre Sociologia das Religiões. E cada um dos alunos ia-se endereçando a um desses rumos. Passamos a ser não mais uma Faculdade em que havia cursos gerais, como foi de início. E era natural. Na Europa, essa parte geral era dada no secundário, e as faculdades formavam egiptólogos ou especialistas em biologia marinha, não é? Agora nós temos grupos imensos de alunos, e temos a necessidade de especializar-nos, de concentrar-nos, de realizar pesquisas, transmitir técnicas, modos de proceder. Daí uma certa heterogeneidade dos cursos. Nossos problemas de crescimento foram muito graves, as mudanças se impuseram de uma maneira muito drástica, tivemos momentos de transição que eram rupturas grupais. A ruptura entre uma faculdade pequena, com alunos muito ligados aos professores, e uma faculdade com a ambição de absorver as massas. Não que se tenha uma faculdade de massa; apenas a própria elite pensante também se ampliou. Junto a isso, houve a ruptura do regime político brasileiro, a imposição de uma autoridade de cima para baixo, 20 anos de opressão. Eu estive fora durante 3 anos, depois de minha prisão e meu processo. Quando voltei, em 1977, eu tive uma impressão profundamente melancólica. Tinha-se chegado a um estado de marasmo. Quando eu assumi a Diretoria, vi que havia uma dificuldade das pessoas para imprimirem revistas, ou para dar certos cursos. Essas coisas foram melhorando aos poucos. Hoje, eu penso que há uma tentativa dos professores de retomar o diálogo com os alunos, e os alunos estão muito mais presentes hoje do que há dez anos. Há alunos que vêm reclamar de cursos, que querem mais cursos, cursos melhores!

L. e L. — Eles estão animadinhos!

R C — Não é? Hoje tenho cursos com alunos atentos (estou pegando meu exemplo não é pra me vangloriar, isto está acontecendo a vários professores), o que não acontecia em 77. Alguns dizem. “O que o senhor deu no princípio da aula de ontem? Me disseram isto ou aquilo, eu vou chegar mais cedo.” Não há mais aquela

história de entram alguns e de repente saem outros. Antes, a sala de aula era um corredor, não era mais sala de aula. Agora há gente que fica, gente preocupada com o próprio curso, que faz sugestões aos professores, gente às vezes petulante, o que não me incomoda nada, acho até muito bom. Aliás, eu gosto de alunos que me chamam de você. Assim a gente se entende melhor. Minha secretária antiga, Dona Maria Lúcia, comentava: “Que desrespeito pelo senhor!” Mas eu acho ótimo. Então, eu acho que agora nós estamos tentando nos reconstruir numa base mais ampla e com muitas dificuldades. E aí, haveria uma série de proposições pela frente. Eu penso que se nós tivéssemos tido um curso contínuo, sem rupturas tão violentas, estaríamos numa situação bem diferente. Vejam, não é só a questão da autoridade imposta de cima. Acho que o próprio crescimento gigantesco da Universidade levou a distorções e dificuldades: não ter onde alojar os alunos, etc. Eu penso também que a Maria Antonia está-se convertendo num mito. Todo mundo fala na Maria Antonia, mas vejam, não podemos ficar sonhando com o paraíso! Aquilo eram outras circunstâncias, um número muito menor de alunos. Aquela intimidade que havia, aquele ambiente de discussão de problemas em todos os botecos, em todos as lanchonetes do bairro.

L. e L. — Mais fora de aula do que em aula.

R. C. — Exato.

L. e L. — Consta que o Cruz Costa teria dito que, na Maria Antonia, se aprendia mais nos corredores do que nas salas de aula.

R. C. — Bom, a gente decidia muitas vezes as coisas no saguão. Eu saía conversando com o Candido e íamos tomar um café. Ele não toma café, mas acompanhava a gente. Descíamos, e encontrávamos o Sérgio Buarque de Holanda. “Sérgio, onde você vai?”. “Eu vou à Pioneira.” “Vem tomar um café conosco. Ô Sérgio, você conhece um tal de Fernando Novais? É bom?” “Ah, esse é um rapaz excelente!” “Estão falando dele pro curso de Ciências Sociais. ” “É ótimo, tenta, você vai ver. ” “Tá bom, então eu vou falar com ele.” Não havia os problemas administrativos. As coisas se decidiam as-

sim, do modo mais fácil possível. Agora as coisas estão muito mais institucionalizadas. Mas, quanto à Maria Antonia em si, não era bem o que se diz. Tivemos problemas muito graves lá, era um pardieiro horrível, com deficiências de instalação muito grave, muitas dificuldades de funcionamento. O que houve foi uma espécie de união sagrada pela Maria Antonia, depois de 68. Hoje nós temos o problema da formação básica dos estudantes. Eu não quero voltar aos tempos da Maria Antonia, mas penso naquilo que ela dava, uma base mais geral. Penso no primeiro e no segundo ano, esses cursos introdutórios não sei como vocês fazem em Letras.

L. e L. — É, mas com tal deficiência no secundário, será que um ou dois anos resolvem?

R. C. — Por isso mesmo! Há três anos estou dando aulas no primeiro ano. A Marilena e o Gianotti também, resolveram dar alguma coisa mais geral no início do curso.

L. e L. — Nós também temos dado aulas no primeiro ano. Sem que a gente houvesse conversado, de repente vimos que muitos estavam voltando ao primeiro ano, vendo que o problema era ali. Voltar ao primeiro ano não era uma decisão isolada, era de muita gente, pedindo para dar aula no primeiro ano. — Mas como estamos no fim da gravação, talvez você quisesse fechar com alguma coisa que desejasse dizer, talvez nessa linha do rumo futuro.

R. C. — Certo. A questão é a seguinte. A Faculdade de Filosofia era, evidentemente, um projeto de elite, ligada a uma série de interesses. Era uma elite que queria ampliar e engrandecer o pensamento brasileiro, entenda-se, o pensamento dominante, que queria difundir seus próprios ideais e valores. E eu não sei bem que outros valores poderiam ser difundidos. A idéia de uma Universidade para as massas me parece inviável, eu acho porém que isso deveria ser pensado. Eu não vi, em tudo o que aconteceu, uma direção, algo que apontasse para esse rumo da Universidade de massa. Estamos com o problema de saber o que vale na Universidade. Consideramos a Faculdade de Filosofia como tendo um cunho universitário de maior peso, pelo fato de nós cultivarmos a ciência. Agora, como fazer isso, como

avaliar o tipo de formação que seria mais conveniente? E como, ao mesmo tempo, aprimorar possibilidades de criar gente, cabeças pensantes nos diferentes ramos? De uns dez anos para cá, eu acho que há pesquisas e trabalhos muito sérios em todos os ramos; das Letras, por exemplo, têm saído coisas excelentes.

GILDA DE MELLO E SOUZA

G.M.S. — Se vocês estivessem de acordo, eu gostaria de começar esta nossa conversa retomando um tema que já abordei noutra momento mas não soube desenvolver. O ano passado, ao lembrar numa das reuniões da SBPC a marca deixada pelos professores franceses nas primeiras turmas da jovem Faculdade de Filosofia, mencionei de passagem a influência decisiva que também foi para nós aquela nova oportunidade de convívio. Convívio não só entre professores e alunos, mas entre colegas. De tal forma que o mundo que então nos foi revelado não se insinuou apenas através das aulas e dos livros, mas de uma infinidade de pequenas brechas: os intervalos dos cursos, a troca de opiniões, a confissão mútua de projetos e dúvidas, tudo que foi cimentando o respeito e a amizade que nos fez tão companheiros pelos anos afora. No pequeno grupo que logo formamos, nenhum de nós se descobriu sozinho. Éramos todos muito jovens para enfrentar de maneira corajosa a nossa verdade; foi em grande parte através do olhar do outro que divisamos a imagem que deveríamos reter de nós mesmos. Hoje eu me pergunto se não foi essa aquiescência que fez de nós *um grupo*, nos obrigando desde o início a dividir as tarefas, forçando as especializações. Quando resolvemos fazer a revista *Clima*, quase todos já tinham se encontrado. Mas não estarei começando a entrevista pelo fim?

L. e L. — Então vamos voltar um pouco atrás — vamos voltar ao convívio. Como ele se dava? Qual o perfil dessa sociabilidade a que se referia?

G.M.S. — Essa sociabilidade não tinha propriamente um perfil. Era uma figura de muitas faces, complexas, muito rica. Começava a se desenhar na frequência dos cursos, sobretudo nas aulas do Professor Maugüé, onde

todo o mundo se encontrava, calouros, veteranos, ouvintes interessados na matéria e senhoras de sociedade. Foi ali que nasceu espontaneamente o nosso grupo, fruto de um conjunto de afinidades e circunstâncias. Em primeiro lugar éramos todos discípulos de Maugüé; em seguida, tínhamos todos mais pendor literário que filosófico; em terceiro lugar — e descontados os matices variados — éramos todos esquerdizantes; e por último, tínhamos origens sociais equivalentes. Parafraseando Paulo Emílio e o seu talento de cunhar fórmulas, pertencíamos àquele setor da burguesia formado por profissionais liberais, altos funcionários, fazendeiros e industriais médios. Essas injunções nos davam um ar de família, um viés definido de enxergar o real, uma sensibilidade atenta, mas partidária e um pouco ácida, características que mais tarde iríamos surpreender com apreensão em alguns discípulos mais ingênuos que nos sucederam. Foram essas afinidades que nos uniram e alimentaram o nosso convívio diário.

L. e L. — Vocês saíam muito juntos? Onde se encontravam, como se divertiam?

G.M.S. — Saíamos muito juntos. A partir de certo momento, creio que só conseguíamos nos divertir se estivéssemos juntos. Em geral nos encontrávamos no fim da tarde, nas aulas de Maugüé, que por essa altura eram ministradas no 3º andar do Instituto de Educação da Escola Caetano de Campos, onde funcionavam algumas seções da Faculdade. Era já noitinha quando saíamos dos cursos para a réplica ligeiramente européia da Praça da República de então. Os plátanos, a algazarra dos pardais, o vento frio, o eco francês da voz de Maugüé — que carregando meio curvado a sua inseparável *serviette*, ia à nossa frente, discutindo a aula com algum aluno — tudo isso nos envolvia numa doce miragem civilizada. Se não tínhamos nenhuma tarefa escolar urgente, seguíamos dali para o nosso quartel-general, a Confeitaria Vienense, na Barão de Itapetininga. Era então que entre um *croissant* e um *ice chocolate alemão* (pois ninguém bebia em nosso grupo) combinávamos uma esticada ao cinema, quase sempre um filme francês, já visto e fóra do circuito, que íamos caçar em qualquer cinema de bairro.

L. e L. — No grupo de vocês, ninguém bebia?

G.M.S. — Não. A essa altura ninguém bebia. O que serviu de chacota a alguns escritores jovens, também assíduos na *Vienense*, que em mesas vizinhas tomavam elegantemente o seu uísque. Creio que foi Rubem Braga que, querendo nos definir, afirmou então com desprezo que tomávamos leite maltado, namorávamos para casar e casávamos mesmo.

L. e L. — Mas conte dos filmes. Quais os filmes que vocês iam catar pelos bairros?

G.M.S. — Todos esses que vocês hoje em dia têm tanto trabalho para localizar nas cinematecas. Mesmo admirando o grande cinema americano, que no decênio de 30 a 40 estava produzindo obras importantes na comédia elegante, no musical, no *western*, no policial, nós amávamos acima de tudo o cinema francês. Os filmes de René Clair (*Sous les Toits de Paris*), Jacques Feyder (*Kermesse Héroïque*), Renoir (*Bas Fonds, La Grande Illusion*), Duvivier (*La Belle Équipage*) e sobretudo Marcel Carné (*Hotel du Nord, Quai des Brumes, Le Jour se Lève*). Gostávamos de tudo, mesmo dos mais comerciais como Sacha Guitry, ou mais pitorescos como Marcel Pagnol, cujos diálogos saborosíssimos muitos sabiam de cór Raimu, Jouvet, Gabin, Ledoux, Pierre Fresnay, Arletty, Vivianne Romance, Michèle Morgan — eram alguns dos nossos atores prediletos.

L. e L. — Quem foi o responsável por essa adesão de vocês ao cinema francês? Paulo Emílio Salles Gomes?

G.M.S. — Acho que não. Já estávamos instalados na voga francesa, quando ele chegou da Europa no fim de 1939. Mas foi com ele sem dúvida que aprendemos a dedicar ao cinema a mesma atenção que dávamos à literatura. Na verdade fizemos sob a orientação dele um verdadeiro curso de estética cinematográfica, que se iniciou pelo filme mudo nas projeções feitas na sua casa, consolidou-se na fundação do Clube de Cinema em 1940 e culminou em 1941 nos seus admiráveis ensaios de *Clima* e na canonização de Orson Welles.

L. e L. — As projeções eram feitas em casa de Paulo Emílio?

G.M.S. — As projeções eram feitas na própria casa do Paulo, na rua Veiga Filho, franqueada pela solidariedade afetuosa

de D. Gilda e do Dr Salles Gomes. Foi nessas sessões encantadoramente artesanais, — que precederam as projeções mais rigorosas, já patrocinadas pelo Clube de Cinema na Faculdade de Filosofia — foi nessas condições precárias, com todo o mundo se acotovelando na sala, esticando o pescoço para enxergar melhor a tela, que tomamos conhecimento da evolução do cinema. Desde Meliès, Carlito, griffith até o expressionismo alemão com Fritz Lang, o surrealismo com Cocteau e Buñuel, os filmes de arte, como *Le Ballet Mécanique* de Léger. Se não me falha a memória, creio ainda que foi na Veiga Filho que vimos pela primeira vez, extasiados, *O Encouraçado Potemkin*. Nas três salinhas, apinhadas de gente, havia de tudo: os hóspedes da casa — que eram frequentes e vinham tanto do Ceará como do Rio Grande do Sul, — o grupo da Faculdade, os parentes da família e uma fauna heterogênea, muito ao gosto do filho da casa, formada por mulheres bonitas, granfinos intelectualizados, jovens concertistas no início da carreira, enfim, por representantes de todos os estratos sociais, de todas as tendências políticas. Pois dentre nós, Paulo Emílio era o único que, levado por uma vitalidade transbordante, precisava circular pelos mais variados segmentos da sociedade.

- L. e L. — E que mais vocês faziam? Dançavam, cantavam?
- G.M.S. — Dançávamos uma vez ou outra e cantávamos sempre, invariavelmente.
- L. e L. — Música popular, erudita? Brasileira ou estrangeira?
- G.M.S. — Parece incrível, mas nunca música popular brasileira. E *sempre* canções francesas, num repertório bastante variado que ia desde canções muito antigas, — *chansons à boire*, peças cômicas e *grivoises* —, até os sucessos recentes de Maurice Chevalier e Fernandel, terminando numa ou outra canção dilacerada de Edith Piaff, na ária central de Kurt Weil para *l'Opéra des Quat'sous*.
- L. e L. — Que vinha a ser a versão francesa da peça de Brecht.
- G.M.S. — Pois é. Como você está vendo, a presença da França nos acompanhava onde quer que fôssemos. Aliás, êste aspecto mundano de nossa vida talvez pareça alienado

aos olhos da juventude de hoje; no entanto foi incrivelmente formador. Sobretudo para mim.

L. e L. — Porque sobretudo para você?

G.M.S. — Porque eu era muito menina e havia chegado à Faculdade com uma espécie de voracidade, de desejo de saber, de me pôr a par. Aliás foi isso que levou um amigo a diagnosticar em mim, com suave ironia, um “complexo de Lilian Aldwinkle”

L. e L. — Que vem a ser isso?

G.M.S. — Naquele momento — como você irá ver — líamos muito Aldous Huxley, e costumávamos utilizar seus personagens para nos definir mutuamente: descobríamos em X, traços de Burlap, em Y uma analogia acentuada com Philip Quarles, em Z uma clara identificação com Lucy Tantamount — e assim por diante. Ora, Lilian Aldwinkle era um personagem feminino, creio que de *Those Barren Leaves*, sequioso e atormentado, porque achava que nunca chegava a tempo nos lugares e nos momentos em que as coisas realmente essenciais estavam acontecendo.

L. e L. — E vocês viviam um momento em que tudo estava *mesmo* acontecendo, não é verdade?

G.M.S. — Pelo menos para mim. Muitos de nós já tinham estado na Europa, alguns conheciam os Estados Unidos e essas experiências culturais os tornavam mais senhores de si, mais apaziguados. Mas eu vivia de olhos muito abertos, sugando a vida, não querendo perder nada. Ora, paradoxalmente, o início da guerra foi, em São Paulo, um período de grande efervecência cultural. Com o bloqueio do Atlântico, as companhias de teatro e balé, que haviam saído da Europa para as *tournées* costumeiras pela América do Sul, ficaram presas do lado de cá do mundo e viram-se obrigadas a circular, indefinidamente, pelas grandes capitais, Rio de Janeiro, São Paulo, Montevidéu, Buenos-Aires. O Teatro de *L'Atelier*, por exemplo, dirigido por Jouvet, fez grandes temporadas no Brasil, o que tornou possível conhecer a domicílio alguns dos mais belos espetáculos teatrais da época. Especialmente o repertório recente de Giraudoux, nas montagens inesquecíveis de Christian Bé-

rard, com Jovet e Madeleine Ozeray nos papéis centrais. Aliás a Companhia não levava apenas Giraudoux, representava também o repertório clássico — aquele que é privilégio da *Comédie Française* — e outras obras modernas, como o *Dr. Knock* de Jules Renard, uma das interpretações mais brilhantes de Jovet. E havia ainda as récitas de *matinée*, muito interessantes, compostas em geral de peças curtas. Lembro-me de ter assistido num desses dias a uma pecinha realista de 1 ato, de certo autor secundário do início do século, cujo nome não guardei, mais que me impressionou vivamente pelo desempenho dos atores e a melancolia do tom checoviano. Chamava-se *La Folle Journée* e descrevia a reencontro de dois antigos companheiros de mocidade, que não se viam há vinte ou trinta anos. E como acontece sempre nesses casos, os dois, que durante aquele tempo todo haviam sonhado com a oportunidade excitante de se reverem e rememorarem juntos o “tempo perdido, posto agora um defronte do outro, não encontravam mais nada a se dizer. A interpretação que Jovet dava ao personagem era inesquecível, sobretudo quando interrompia de tempos em tempos o diálogo frouxo para examinar o amigo em silêncio e exclamar desencantado, como quem volta de um mergulho ao passado: “*Pepère, c’est extraordinaire ce que vous avez grossi!...*” Depois da longa expectativa, era só o que conseguia dizer: “Compadre, é extraordinário como você engordou! . ”

L. e L. —E quando ao balé, o que vocês viram?

G.M.S — O grande balé clássico da época: o *Ballet de Monte Carlo* de Léonide Massine, o *Original Ballet Russe* do Coronel de Basile, a companhia alemã do *Ballet Joos*. Os dois primeiros representavam o prolongamento dos espetáculos que tinham sacudido Paris um quarto de século antes, e o terceiro a novidade do balé expressionista, que utilizava muito a mímica e buscava os temas no mundo contemporâneo. A obra prima da companhia era “*La Table Verte*” caricatura genial da Liga das Nações, que impressionou profundamente Mário de Andrade. Aliás, não seria difícil encontrar na marcação pormenorizada que Mário imaginou para o “*Câmara-Ballet*”, de seu poema coral *O Café*, traços nítidos dessa admiração — como já lembrou Oneida Alvarenga.

L. e L. — E que outros acontecimentos culturais marcantes você colocaria, ao lado do teatro, do cinema e do balé?

G.M.S. — A extraordinária exposição de pintura que aportou em São Paulo em setembro de 1940: *Cento e Cinquenta Anos de Pintura Francesa*. Para muitos de nós, presos a uma cidade provinciana e ainda sem museus, foi a grande oportunidade de tomar conhecimento da maior pintura do século 19 e do início da moderna. A exposição ocupou toda a parte térrea do Prédio Itá, na rua Barão de Itapetininga e durante o tempo que durou foi ali o nosso ponto de encontro. Sobretudo nas tardes de sábado, eu costumava passar horas olhando os quadros, meditando um pouco vertiginosa no meu curioso aprendizado da pintura, que estava se processando de trás para diante — ou melhor, do presente para o passado — pois tendo se iniciado na rua Lopes Chaves, sob o impacto violento do “Futebol” de Lhote e do “Homem Amarelo” de Anita estava agora retrocedendo do Cubismo para o Fauvismo, deste para o Impressionismo, para a obra de Courbet, de Delacroix, a esmaltada pintura neo-clássica. Muitas vezes era Lourival Gomes Machado que me acompanhava, fazendo-me compreender as vastas superfícies planas que definiam o espaço das telas de Gauguin, o arabesco sinuoso do desenho que as identificava ao *Art Nouveau*. Lembro-me ainda dos comentários irreverentes de Ungaretti sobre os nus de Renoir, da bela exposição que Maugué nos fez certa tarde, retirando do contraste entre duas paisagens de técnicas opostas de Théodore Rousseau todo o drama da pintura moderna, dividida entre a visão romântica, heraclitiana, que só nos permitia ver “a falsa aparência e os reflexos” e a visão clássica, eleática, de desenho rígido. Como você está vendo, foi pela mão dos amadores e não dos profissionais que eu cheguei à pintura.

L. e L. — Já que estamos fazendo o registro cronológico de sua iniciação artística, fale um pouco de literatura. Quais eram os livros que vocês liam?

G.M.S. — Bem, este ponto é muito comprometedor, pois revela mais facilmente as vogas da época que a nossa capacidade de discriminação. Por isso prefiro falar sobretudo em meu nome. No grupo havia pessoas eruditas, como era o caso de Ruy Coelho, que aos 20 anos já conhecia

Proust de cabeça para baixo e se iniciou na crítica literária com um ensaio sobre ele que marcou época. Mas eu era muito ignorante, apenas começava a me cultivar. A única coisa que me consola é que muitos dos livros que eu lia então — muitos dos livros que *se liam* então — eram os que, na geração de Simone de Beauvoir, estavam em voga em Paris.

L. e L. — Então vocês estavam em boa companhia.

G.M.S — Embora um pouco atrasados. Líamos Maurois — com um vago desdém — e bastante Mauriac. Aliás foi com alegria e muito alívio que há algum tempo vi Gérard Lébrun saudar *Therèse Desqueiroux* como um dos grandes romances franceses de qualquer época. Gostávamos de Julian Green, admirávamos muito Malraux, especialmente *La Condition Humaine*, mas respeitávamos sobretudo André Gide. Não apenas o romancista de *Les faux Monnayeurs*, mas o autor das *soties*, de *Le Prométhée Mal Enchainé* e *Les caves du Vatican*, enquanto os mais requintados preferiam o *Journal* e os ensaios. Eu, pessoalmente, lia muito Cocteau e me deliciava também com as novelas de Radiguet, sobretudo *Le Bal du Comte d'Orgel*. E com *Le Grand Meaulnes*, de Alain Fournier. Um dia Décio de Almeida Prado me apresentou ao *Adolphe* de Benjamim Constant — que eu continuei lendo sempre, até encontrar muitos anos depois a outra face da moeda, o *Portrait de Zélide* de Geoffrey Scott, a admirável biografia de Mme. de Charrière.

L. e L. — E não liam os ingleses, os americanos?

G.M.S — Líamos. Talvez a leitura mais assídua, mais marcante do período, fosse mesmo a dos ingleses. Sobretudo Aldous Huxley e o hoje ignorado Charles Morgan. Para um do nosso grupo, José de Barros Pinto, — *cobra* em Estatística, e anos mais tarde prêmio Fábio Prado com o romance *A Jangada* — os três romances mais importantes eram o *Contraponto* de Huxley, *O Lobo da Estepe* de Hermann Hesse e *U.S.A.* de John dos Passos. O *Contraponto* foi, aliás, o romance de maior prestígio na minha geração, e a voga do livro atingiu leitores de todos os tipos; leitores comuns e exigentes, romancistas e críticos de nomeada. Um desses enganos como o

que iria se repetir, bem mais tarde, com o *Quarteto de Alexandria* de Durrell, que conseguiu interessar até um filósofo do nível de Gilles Gaston Granger

- L. e L. — E que dizer de um teórico da literatura como Bertil Romberg, que dedicou a ele um capítulo inteiro de seu livro sobre o foco narrativo? Mas voltando ao nosso assunto: ninguém lia Lawrence?
- G.M.S. — Lia. Lawrence era muito cotado, sobretudo como o autor de *Women in Love*. As mulheres admiravam muito as representantes femininas, Virgínia Woolf, Katherine Mansfield e uma jovem escritora hoje esquecida, Rosamond Lehmann.
- L. e L. — Quais os americanos que vocês liam?
- G.M.S. — Vários. Os que passaram completamente de moda, como Steinbeck, Sinclair Lewis, e os que continuam com prestígio como Hemingway. Acho que pela altura de 1940 Faulkner fez entre nós a sua entrada triunfal com *Sanctuary*. Quanto aos alemães, além de Hesse, já se falava muito em Thomas Mann. E foi mais ou menos por essa época que Mário Schemberg me deu de presente a tradução francesa de *A Metamorfose*, livrinho que passando de mão em mão, difundiu Kafka no grupo.
- L. e L. — Eu gostaria de voltar um pouco atrás para esclarecer um detalhe quanto à influência francesa que vocês receberam. — Como é que a tendo sofrido tão profundamente vocês não se afrancesaram?
- G.M.S. — Creio que não nos afrancesamos porque a influência da Faculdade nos atingiu no momento exato. Quando a Faculdade se fundou em 1934, fazia 12 anos que se havia realizado a Semana de Arte Moderna, e o Brasil já tinha entrado no período de rotinização do Modernismo. O decênio de 20 fôra o da assimilação das influências estrangeiras, do nacionalismo com as suas variadas nuances, da experimentação apaixonada. Mas no decênio seguinte o Brasil já desabrochava com um vigor extraordinário. Para conferir a afirmação basta recorrer a uma cronologia do período e ver o que estava acontecendo. Tomemos 1930. Nesse ano surgiram os seguintes livros de poesia: *Libertinagem*, de Manuel Bandeira, *Alguma Poesia* de Carlos Drummond de An-

drade, *Remate de Males* de Mário de Andrade, *Poemas*, de Murilo Mendes. É ainda o ano em que Mario Peixoto lança o filme *Limite* e Villa-Lobos compõe as *Baquianas*. Ao lado disso, o romance nordestino, que se iniciara com *A Bagaceira* de José Américo de Almeida (1928) e *O quinze* de Rachel de Queiroz (1930), se expande em 1932, com *João Miguel*, da mesma autora, *Caetés* de Graciliano Ramos e *Menino de Engenho* de José Lins do Rego. O ano de 1933 marcará o início dos grandes estudos modernos sobre a realidade brasileira, com o aparecimento de *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr. e *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, a que vão se seguir em 1934 *O Negro Brasileiro*, de Artur Ramos, e em 1936 *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Mas vejam com mais vagar o que estava acontecendo em 1934, ano da fundação da Faculdade. Além da publicação de *O Negro Brasileiro*, já mencionada, surgem as seguintes obras: O 3º volume da *Trilogia do Exílio* de Oswald de Andrade e a peça *O homem e o Cavalo*; *Suor* de Jorge Amado, *Bangüê* e *Moleque Ricardo* de Lins do Rego, *São Bernardo* de Graciliano Ramos, *Calunga* de Jorge de Lima e *Canto da Noite* de Augusto Frederico Schmidt. E para não se ficar apenas na produção literária, é preciso não esquecer que a partir de 1928, mais ou menos, a arquitetura brasileira vinha se fixando com Warchavchik, Lúcio Costa, Niemeyer e Rino Levi; que as artes plásticas, depois de alcançarem prestígio internacional, com a premiação de Portinari nos Estados Unidos (1935), expandiram-se na rotina dos Salões (*1º Salão de Maio* e Exposição da *Família Artística Paulista*, em 1937) e na fundação do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (1937); e que de meados de 1935 a meados de 1938 a Prefeitura implantava em São Paulo a sua experiência cultural mais fecunda e arrojada, criando o *Departamento de Cultura*, sob a direção de Mário de Andrade. Desculpe a enumeração de tantos dados e datas, mas não fica mais fácil entender agora porque não nos afrancesamos? É preciso lembrar ainda que a essa altura muitos dos responsáveis pela grande transformação artística do Brasil moderno ainda estavam na força da idade, e circulavam pelas ruas, frequentavam bares e cafés, eram vis-

tos nos teatros, exposições de pintura, conferências, escreviam nos jornais e nos recebiam em suas casas. Não havia mais condições de alimentar em surdina aquilo que Mário de Andrade chamara um dia “a moléstia de Nabuco”

- L. e L — De fato, a cultura brasileira já tinha fabricado os anti-corpos para combatê-la com eficácia.
- G.M.S — Exatamente. O que nos salvou foi termos testemunhado essa explosão de vigor. Daí em diante foi bem mais fácil encarar a *diferença* brasileira objetivamente, sem humilhação ou paranóia, através da “pauta” (*grille*) européia, que a Faculdade de Filosofia estava nos fornecendo. A minha geração se formou na encruzilhada dessas duas grandes influências.
- L. e L — Depois dessa digressão oportuna que você acaba de fazer, baseada em dados e datas, eu gostaria de infletir a nossa conversa, de novo, para o campo pessoal em que ela vinha se desenrolando. Isto é, aceitando que a sua geração representa de certo modo o ponto de equilíbrio de duas influências antagônicas, uma européia e outra brasileira, como encarar o seu caso particular em que a influência nacional se encarnava não só na grande figura do Modernismo, mas num membro da família, em cuja casa você morava? Como se conciliaram as duas influências? Mário de Andrade interferiu na sua escolha de abandonar o velho modelo familiar, optando por um novo destino de mulher culta?
- G.M.S — De certo modo, interferiu. Como não podia deixar de ser, ele foi uma grande influência em minha vida. Eu vim com doze anos para a casa dele — isto é, a casa da mãe dele, minha tia-avó e madrinha, — e ele, com a generosidade que o caracterizava, acompanhou desde essa época a minha formação. Sem muito alarde, aparentemente sem interferir, mas observando atento os meus gostos e tendências, as vagas aspirações que eu ia deixando escapar no correr das conversas. No princípio foi apenas o meu professor de piano. Todas as semanas, por mais urgente que fossem as tarefas, descia do escritório com o paletó leve de seda listada, que usava em casa, e sentava-se ao piano da salinha de música, para me tomar a lição. Durante um ano eu o vi, bastante

inquieta, substituir as partituras, na esperança de apreender melhor o meu temperamento. — “Quem sabe você tem mais afinidade com os modernos do que com Mozart”, dizia. E abandonávamos as sonatas para tentar “Ma mère l’Oye” de Ravel. Um belo dia me surpreendeu desenhando a lápis de côm uma enorme arara vermelha, que eu ampliara de uma ilustração do *Ladies Home Journal*. Creio que foi com certo alívio que concluiu, afastando-se um pouco para avaliar melhor minha obra: “Acho que você tem jeito mesmo é pra pintura.” Suspendemos sem remorso as aulas de piano e durante algum tempo discutimos se não era o caso de eu começar a aprender desenho. E se falássemos com Anita Malfatti? Mas por aquela altura eu estava mais interessada em escrever. Muitas vezes, me apanhando com um livro na mão, olhava por cima de meus ombros e verificando o assunto ou o autor, comentava: “Não perca tempo com isso, isso não vai te adiantar nada.” E pouco depois, interrompendo o trabalho, descia do estúdio com outros volumes que escolhera cuidadosamente entre os seus livros. Quando eu estava com os meus 17 ou 18 anos — e portanto, já cursava a Faculdade — como alguém em casa lhe contasse que eu andava fazendo versos, exigiu que eu os mostrasse. Dias depois me devolveu os originais, minuciosamente anotados, com várias sugestões de mudanças e comentários tão agudos sobre a escolha de palavras, que apesar da total mediocridade dos poemas, não tive coragem de jogar fóra o manuscrito. De vez em quando o releio, comovida com aquela prova de exigência e respeito. Mas não fiz mais versos. E agora estou vendo que não respondi sua pergunta. Fiquei divagando e me perdi...

- L. e L. — Não faz mal. Eu vou repetir a pergunta: Mário teve alguma influência em sua entrada para a Faculdade?
- G.M.S — Na entrada para a Faculdade, propriamente, não, mas ele interferiu na escolha do curso. Minha intenção inicial, já que eu estava interessada em literatura, foi inscrever-me em Letras. Quando comuniquei isso, ele meditou um pouco e ponderou: “Se você tiver vocação literária e quiser mesmo ser escritora, como parece — pois isso a gente nunca sabe, você ainda é muito moça — precisa, antes de mais nada, se cultivar. E para tanto o mais acertado é cursar a secção de Filosofia ou

Ciências Sociais. Porque escrever a gente aprende sozinho, lendo muito, se exercitando todos os dias.” Então, como em Ciências Sociais havia a cadeira de Estatística e eu era uma negação em matemática, escolhi Filosofia. Mas muitos de meus amigos fizeram, ao mesmo tempo, as duas secções.

L. e L. — À medida que você se integrou na vida universitária e foi se rendendo ao fascínio dos cursos e dos professores, não escapou um pouco à influência de Mário?

G.M.S. — De modo algum. Durante todo o curso universitário ele foi o orientador auxiliar de minhas leituras. Me franqueou a sua admirável biblioteca, permitindo que eu entrasse e saísse livremente de seu estúdio; tirasse à vontade os livros da estante (com a condição de os repor no mesmo lugar); pedisse o auxílio do José Bento — o fiel secretário — sempre que fosse preciso localizar fichas de assunto, e assim por diante. Acho que basta citar um episódio para avaliar quanto a assistência dele significou para mim. Quando eu estava no último ano, o Professor Bastide sugeriu que o meu trabalho final de aproveitamento fosse uma dissertação um pouco mais alentada que as comuns, onde eu utilizasse a documentação já recolhida por Mário de Andrade sobre a religiosidade brasileira. Foi só o que ele propôs. O resto, a fixação do assunto, a bibliografia, a distribuição da matéria em capítulos, tudo, foi sugerido por Mário. Por essa altura ele já havia deixado o Departamento de Cultura e morava no Rio. Mesmo assim, não se esquecia de mim e de tempos em tempos mandava recados, bilhetes com novas indicações de fichas, referências e sugestões de leituras que ainda não lhe tinham ocorrido, etc. O Professor Bastide só teve notícia do trabalho quando o entreguei, já pronto.

L. e L. — E você guardou esse trabalho? Como se chamava?

G.M.S. — Guardei. Chamava-se *Culto aos espíritos maus no povo brasileiro*. Foi redigindo-o que aprendi a compor um estudo, e só anos depois, ao escrever minha tese de doutoramento, pude avaliar quanto tinha sido útil esse exercício preliminar, feito aos 20 anos. Acho que este pequeno episódio esclarece bem o papel que ele desempenhou em minha formação.

- L. e L. — E naquele tempo, como você projetava o seu destino? O que desejava ser?
- G.M.S. — Naquela época eu ainda não sabia exatamente o que desejava ser, sabia com bem mais clareza *o que não queria ser*. Não queria, por exemplo, ser apenas mãe de família: casar, ter filhos, dirigir a casa, receber e pagar visitas, viver submissa à sombra do marido. Ainda era esse o destino da mulher naquele tempo. O que aquela menina assustada e perplexa queria ser. Queria se cultivar, aprender, pois mesmo sabendo que era sensível e tinha algum pendor literário, ainda se sentia desarmada, sem nenhuma confiança em si. Para ser totalmente sincera, nunca fui tomada daquele ímpeto, que se costumava chamar *vocação*. Fui me descobrindo um pouco ao acaso, arriscando tentativas, aceitando tarefas, só conseguindo avaliar se era forte ou fraca *enquanto fazia*. Em geral não projetava, — ia adivinhando o rumo. E precisava sempre do julgamento final do outro. Nessas condições era natural que, em vez de decidir sozinha, esperasse que me impelisses, apostassem em mim. E a partir de certo momento, me atribuíram um certo talento de ficcionista.
- L. e L. — É verdade, você se lançou em *Clima* com um conto, não foi?
- G.M.S. — Um conto longo, que o Sérgio Milliet achou banal, repetindo a maneira do Alcântara Machado. Fiz mais duas ou três tentativas no gênero, e apesar de algumas pessoas afirmarem que eu devia insistir na ficção, de repente, não sei porque, deixei de escrever contos. Aliás, hoje, pensando bem, acho que sei porque abandonei a ficção. Foi essa talvez a minha primeira escolha, o meu primeiro ato de liberdade: me rebelei contra o destino que queriam me atribuir, contra o destino que naquele momento atribuíram geralmente às mulheres inconformadas — a ficção ou os versos. Com certeza eu não quis ser como as outras mulheres, preferi me realizar como um homem. Não sei. Hoje fico pensando se não foi esse pecado de orgulho que moveu toda aquela geração feminina da Faculdade.
- L. e L. — E vocês não foram marginalizadas por isso?
- G.M.S. — Não. Tínhamos até bastante prestígio. É verdade que a relação conosco era ambivalente. Havia um interesse

franco pelo nosso destino, mas uma disposição bem menor de se apostar nele. Creio que àquela altura os homens, mesmo os do nosso grupo mais restrito, se relacionavam conosco um pouco como um *marchand* diante de um artista jovem que, embora aparentando talento, ainda está muito no início da carreira para merecer crédito. O brilho podia ser fogacho de mocidade e com o tempo talvez iluminasse uma *bas bleu* a mais. E havia tantas envelhecendo pelo *foyer* dos teatros, pelas exposições de pintura, cortejando os jovens professores franceses no final dos cursos! Também não era saudável ser muito valorizada, pois a confiança excessiva podia estar nos alçando acima de nossas forças, de nossos projetos. Foi bem difícil, para a minha geração, harmonizar a carreira com a realização afetiva.

- L. e L. — Você não está axagerando? E o seu caso?
- G.M.S. — O meu caso é uma exceção. E se o nosso grupo foi pródigo em encontros afetivos que deram certo, conta poucos casais que conseguiram realizar carreiras paralelas, como hoje é corrente entre os ex-alunos da Faculdade.
- L. e L. — Divididas entre valores tão contraditórios, aspirações tão conflitantes, como é que vocês mulheres imaginavam a nova feminilidade? Isto é, como desejavam *parecer*?
- G.M.S. — É difícil generalizar Mas pensando bem, creio que o nosso ideal feminino estaria bem próximo daquele descrito por Mark Gabor (*The pin-up, a modest history*) que se delineara na Europa no início do século e, nos *twenties*, desabrochou na *flapper*. Vocês, que são muito sabidos nesse período, devem se lembrar a que estou me referindo, — àquela mulher cujo comportamento, aparência física e maneira de vestir revela ao mesmo tempo auto-confiança e um misterioso sentimento de recato. Que dá a impressão de independência e energia, mas sem ser masculina. Que conserva a graça embora sem oferecer aos outros a face ostensivamente feminina de uma *pin-up girl*.
- L. e L. — Esse modelo, que você acaba de descrever, correspondia ao ideal das mulheres ou dos homens? Ou ao ideal de ambos?

- G.M.S — Não estou muito certa que fosse o ideal dos homens. Mas creio que era o nosso, e se refletia numa determinada maneira de vestir, — saia, blusa, boina, suéter, *tailleur*, saltos baixos — num determinado tipo físico, mais anguloso que sensual, personificado na tela por Joan Crawford, Katherine Hepburn, Michèle Morgan, Carole Lombard, a Greta Garbo de *Ninotchka*. Portanto, um tipo oposto ao das gatinhas da época — como Simone Simon — que talvez gozassem de mais prestígio entre os elementos conservadores do grupo masculino.
- L e L — Aprofundando um pouco mais esta linha, que estou achando muito interessante, eu gostaria de perguntar a você se o impacto da Faculdade nessas mulheres, que pareciam dispostas a adotar um novo estilo de vida, produziu em todas o mesmo resultado ou resultados diferentes?
- G.M.S — O impacto da Faculdade repercutiu nelas de maneiras variadas, pois atuou em pessoas de formação escolar, ambiente doméstico e temperamento muito diversos. Para simplificar, acho que só devemos levar em conta as que tentaram efetivamente inventar para si um novo destino, a partir da experiência renovadora. Isso, a meu ver, foi feito de acordo com três esquemas básicos. O primeiro, mais radical, — que teria arrebanhado as afirmativas e talvez mais corajosas — foi apagar da memória o velho modelo feminino, que ainda vigorava nas famílias, substituindo-o pelo modelo masculino. Por outras palavras, consistiu em assumir integralmente a carreira intelectual, com todos os sacrifícios afetivos que isso implicava. O segundo, cauteloso, foi tentar um compromisso entre o novo e o velho, optando pela carreira, mas sem radicalismo, quer dizer, procurando preservar alguns traços do modelo convencional, com a realização afetiva e as obrigações familiares dela decorrentes. Era uma solução harmoniosa do ponto de vista humano, mas lenta e incompleta como realização profissional. E o terceiro, conservador, foi voltar à antiga dependência, mas convertendo o papel de prisioneira do lar em secretária dedicada: aquela que localiza as obras nas estantes, ficha os assuntos, ajuda em pequenas pesquisas, discute as idéias, passa os

originais a máquina e se realiza, modestamente, delegando à cabeça do casal as glórias finais.

L. e L. — Talvez esteja faltando na sua tipologia a quarta figura, aquela que, optando pela solução radical, dela não deu conta e se destruiu no processo.

G.M.S. — Acho que você não tem razão, pois a alternativa de uma escolha certa ou errada pode ocorrer nas três categorias, e dando-se a última hipótese, a consequência será o ressentimento em suas variantes infinitas, a mania de perseguição, o bloqueio, a revolta. Apenas um exemplo. Há alguns anos atrás, recebi de uma grande intelectual brasileira, que por livre decisão passara a vida organizando, desenvolvendo e muitas vezes redigindo trechos longos do legado de seu mestre, uma confissão surpreendente. Como eu elogiasse entusiasmada o desprendimento que a levava a se apagar, para que a fama do amigo resplandecesse, ela comentou com melancolia: “Pois ele me fez muito mal, acabou me devorando, lentamente.” E eu me lembrei então do Prometeu de Gide, oferecendo o fígado, para alimentar a voracidade da águia. É muito difícil assumir integralmente a própria escolha, pois toda escolha é um jogo arriscado em que se perde e ganha.

L. e L. — E a seu ver, entre as escolhas examinadas, qual teria sido a mais sensata, aquela em que se ganhou mais do que se perdeu?

G.M.S. — Levando em conta o momento de transição em que minha geração se situava, acho que a escolha menos traumatizante foi a do segundo tipo. Talvez porque correspondesse melhor ao temperamento feminino, naquela fase precisa de sua evolução, ainda tímido, ambivalente, indeciso entre duas ordens de valores: os que tentava assumir e os que não ousava abandonar

L. e L. — E hoje, qual a solução que você proporia ao problema da liberdade feminina em geral? Uma solução mais radical?

G.M.S. — Não. Não vejo vantagem em reivindicar para a mulher o direito a um destino tipicamente masculino, como se isso fosse uma conquista indispensável. Os argumentos que defendem esse ponto de vista não me convencem.

- L. e L. — Então como você proporia a discussão?
- G.M.S. — Eu, pessoalmente, não tenho elementos nem competência para tratar sozinha de um problema tão intrincado, mas se você achar que vale a pena posso pedir socorro a um especialista em minorias, como o Professor Roger Bastide.
- L. e L. — Pois vamos lá — peça.
- G.M.S. — Por ocasião do aparecimento de *O Segundo Sexo*, na França, Roger Bastide publicou na imprensa brasileira — não me lembro em qual jornal, provavelmente n’*O Estado de S. Paulo* — dois artigos muito engenhosos, analisando a tese central do livro de Simone de Beauvoir. Como vocês devem estar lembrados, seguindo a pista de Margaret Mead, ela afirmava que a infelicidade da mulher moderna não deriva de sua constituição anatômica, mas de sua situação histórica. Isto é, o problema não estaria vinculado à natureza, mas à cultura. Como a mulher era um ser alienado, obrigado a viver na imanência — a facticidade, como diria Sartre — lhe era vedada a possibilidade de realizar-se na transcendência criadora, privativa do homem. Portanto, a mulher estaria excluída da transcendência e condenada à imanência (facticidade). Contestando esta conclusão, Roger Bastide começa a demolir os argumentos da autora. Não é exato, diz ele, afirmar que a mulher seja o único ser votado à facticidade. De modo geral, muito poucas pessoas conseguem se realizar na transcendência criadora: o operário está alienado à máquina e ao regime social; o camponês está alienado à natureza — e por isso tem um comportamento “mágico” muito semelhante ao da mulher; o funcionário e burocrata estão alienados aos regulamentos. Pois o que caracteriza o mundo moderno é que a economia estabelece entre os seres humanos relações de coisas, relações abstratas, e não de pessoas, de seres concretos. Visto desta perspectiva, o próprio homem pode ser considerado um ser alienado, quando a mulher o trata como *coisa*, meio de alcançar um objetivo, seja ele o poder, o dinheiro ou a segurança. Enfim, não são apenas as mulheres que vivem na imanência — a maioria dos homens jamais consegue elevar-se à transcendência criadora. Posto isto, e com a malícia que o carac-

teriza, Roger Bastide começa a contestar a tese de Simone de Beauvoir, retirando agora os argumentos da filosofia da liberdade de Sartre. Ora, segundo esta, o que define o ser humano — seja ele homem ou mulher — é o *projeto*. Portanto, prossegue ele, para ser livre a mulher não precisa escolher necessariamente o projeto masculino; pode realizar-se livremente dentro do projeto que lhe foi *atribuído*. E a esse propósito lembra a bela análise que Simone Weil faz de Colette, mostrando que, embora confinada à vida vegetal, a uma vida animal, terrestre, a grande escritora viveu intensamente as suas limitações, retirando delas a sua própria grandeza.

L. e L. — E você endossa os argumentos do Professor Roger Bastide?

G.M.S. — Acho que eles representam um ponto de partida válido para se pensar o problema feminino com objetividade. Sempre tive minhas dúvidas se para ser livre — realizar-se na transcendência criadora — a mulher precisava negar tudo o que a História, a Cultura haviam feito dela. Por que motivo era assim tão urgente trocar esse destino que bem ou mal a moldou, pela às vezes desastrosa carreira masculina? Por que só enxergar na convivência dos sexos o que é luta, os despojos, as feridas?

L. e L. — De que modo, então, você gostaria de pensar o destino da mulher no mundo contemporâneo?

G.M.S. — Em primeiro lugar, sem ressentimento. Em seguida, procurando preservar a *diferença*, a nossa identidade. Neste momento não me interessa investigar como e por que, ao longo do tempo, fomos sistematicamente espoliadas. Hoje sabemos que a História não é apenas uma bruxa impiedosa e vingativa, que vai fabricando pelas nossas costas uma quantidade de vítimas. A exploração também gera defesas, formas sutis de resistência, de poupança, a valorização paciente do miúdo, das sobras.

L. e L. — Cuja eficácia foi testada largamente no plano da cultura. Na China, por exemplo.

G.M.S. — Na China, se você quiser. — Por que rejeitar essa sabedoria? A mulher é forte e perigosa, não porque seja fisiologicamente mais dotada e detenha o privilégio de

engendrar uma vida, mas porque sabe conviver melhor com as coisas, está inserida de maneira harmoniosa no mundo. A visão masculina depende sempre de um certo recuo, exige um ponto de observação privilegiado e como que a cavaleiro do real; a feminina, se dá naturalmente, na linha emaranhada do olhar. Eu diria que a relação do homem com o mundo é semelhante à da tomada cinematográfica panorâmica, em que a câmara móvel apreende do alto, e por isso com grande liberdade de ação, um espaço amplo, onde costumam se desenrolar os episódios graves e majestosos: uma batalha, uma cavalgada, uma greve, um incêndio. A relação da mulher com o mundo é, ao contrário, do tipo da tomada próxima, onde uma câmara fixa, imersa num campo raso, registra todas as coisas como sendo equivalente. No entanto, a fotografia pode, aos poucos, ir movimentando esse espaço morto e indiferenciado, selecionando o foco ora aqui, ora ali, fazendo *travelings* de aproximação em pequenos detalhes, para revelar uma riqueza escondida, que à primeira vista não se podia supor. Tudo simples, barato, silencioso, sem grua nem figurantes.

- L. e L — Não foi uma visão desse tipo que você surpreendeu em Clarisse Lispector?
- G.M.S — Foi. Aí está uma escritora admirável, que representa como ninguém essa miopia feminina — cultural — que só permite enxergar bem o mundo de muito perto. Concedo que seja uma deficiência, mas é possível, a partir daí, instaurar um estilo. Afinal as mulheres podem ter as qualidades. .dos seus defeitos. Talvez gostem de inventar de outro modo, desprezando o projetos rígidos, excessivamente racionais, para ir experimentando, substituindo, improvisando, adaptando. Sua vocação não é seguir o *risco*, — como o construtor —, a *receita* — como a cozinheira novata —, o *figurino* — como a garota sem estilo —; preferem fazer o percurso inverso, que vai da parte ao todo e leva em conta a oportunidade, o imprevisto, as imposições imperceptíveis dos elementos. É por isso que precisamos ter tudo à mão: as sobras dos molhos na geladeira, os retalhos nas gavetas, os botões de velhas camisas em vidrinhos, e nas caixas inumeráveis fitas, cadarços, flores, linhas, pedaços de sedas, fivelas. Mais dia, menos dia, tudo

pode *servir*, porque a norma construtiva da mulher é a combinatória.

- L. e L. — Mas você não estaria descrevendo o processo construtivo da vestimenta?
- G.M.S. — Da vestimenta, da culinária, da decoração — de uma infinidade de realizações plásticas e poéticas dos nossos dias.
- L. e L. — Estou notando que os exemplos que você tem dado para definir o processo criativo feminino se reportam às artes menores. A mulher estaria fadada às artes menores?
- G.M.S. — Talvez. na medida em que a cultura a fez minuciosa, detalhista, sensorial, perfeccionista. (Lembre-se de minha imagem inicial: visão panorâmica masculina, tomada próxima/feminina). É preciso não esquecer que estas características também podem render muito em campos “masculinos”, como na antropologia, na psicologia, na pesquisa científica em geral, na clínica, na cirurgia, etc. Mas voltando ao campo artístico, concordo com você que, paradoxalmente, o apego à minúcia e ao bem feito não favorece muito a grande arte.
- L. e L. — Pode desenvolver um pouco essa afirmação?
- G.M.S. — Posso. E quem sabe terminamos com ela esta conversa que nos está levando bem longe daqueles primeiros tempos da Faculdade de Filosofia. Vou retomar a meada a partir de uma citação de Mário de Andrade — de um trecho curto, inserido numa carta a Murilo Miranda: “O bem feito é próprio de uma cadeira, uma renda, de um minueto, e de um rondó. Talvez o bem feito não se adapte bem à grande obra. A grande obra precisa de uma certa asperidade, e essa asperidade é o que ajuda o caráter gradioso de uma sinfonia, de um *Lusíadas*, de uma catedral, de um afresco de 20 metros.” Embora não goste muito dessa separação entre arte maior e arte menor, que me parece histórica e européia, confesso que este trechinho me tem feito pensar. Por temperamento afino muito com os artistas menores, com o capricho de modista com que demoram “limpando” a peça, cortando os fiapos, arrematando pelo avesso, costura por costura, humildemente, para que,

uma vez pronta, a roupa caía sem uma dobra. Prefiro sempre o bem feito, mas tenho de convir que, conceituando as coisas como Mário de Andrade faz, as mulheres não entrariam no Panteon da Glória. Ficariam de fora, na companhia de Checov, lendo *Mrs. Dalloway*, contemplando os quadrinhos de Klee, ouvindo atentas a música de Satie. Todas vestidas com um costuminho engalanado de Chanel, desses que escondem no forro de seda, com delicadeza e modéstia, a parte mais nobre da roupa.

L. e L — Você acaba de citar um romance de Virgínia Woolf. Ora, o romance não é arte menor, é uma das grandes realizações artísticas do século 19, e as mulheres foram então — e continuam sendo hoje — romancistas admiráveis.

G.M.S — É verdade, mas com poucas exceções as escritoras femininas se destacaram, sobretudo, num certo tipo de narrativa de sala de estar próxima da renda e do rondó. Os grandes romances são masculinos, são obras ásperas e grandiosas. O que me parece estranho — e era aí que eu queria chegar — é que as mulheres estejam se empenhando em assimilar essa maneira direta e dura, justamente no momento em que a grande arte atravessa um período de franca desvirilização. Não me refiro à dessacralização da arte, processo bem mais antigo, que fez a pintura descer, lentamente, do céu à terra, do heróico ao doméstico, — lembre-se a pintura holandesa, de La Tour, Chardin — e que no Cubismo deu à figuração do homem uma importância análoga à dos objetos. Estou me referindo à maneira de tratar os elementos estruturais, o espaço, por exemplo, que como mostra Francastel, abandonou gradativamente a organização racional, euclideana, para dar início às experiências variadas do espaço próximo, do espaço tátil, do espaço fragmentado. Àquelas representações, enfim, que a partir de Léger, ignoram a linha de horizonte, a profundidade de campo, a escala respectiva dos elementos, para associar num mesmo plano, objetos díspares ou pedaços de objetos. Assistimos, portanto, a uma mudança radical na esfera da arte, que se exprime no jogo verbal do poema, na combinatória do módulo, na descrição exaustiva do insignificante feita pelo romance, na temporalidade lenta do filme. E não será

um fenômeno análogo que também ocorre na filosofia, que temendo ficar aprisionada no sistema, passou a valorizar pensadores como Nietzsche e Gramsci e o discurso fragmentado do *propos* e do aforisma? Quando o distanciamento histórico permitir que se reveja o século sem *parti-pris* estético, qual o sentido que o olhar de filósofo da cultura irá desentranhar desse jogo formal, aparentemente gratuito e muitas vezes de grande beleza e força expressiva? Como se irá ler no futuro essa nova maneira de interrogar a realidade, essa redução voluntária de poder sobre o mundo, essa grande renúncia representada pela estética do fragmento, da *bricolage* e do retalho? Por que razão a miopia, outra privativa do grupo feminino, terá se instalado na cultura?

- L e L — Mas você não estará forçando os fatos, para que eles caibam na sua argumentação, e esquecendo uma das características fundamentais da arte contemporânea que é, justamente, a monumentalidade? Pense um pouco no tamanho das telas nas Bienais.
- G.M.S — Não creio que esteja forçando os fatos. As Bienais, longe de desmentir o meu ponto de vista, o esclarecem. Pois o que representam essas telas imensas que, uma vez terminadas e exibidas, ninguém sabe o que fazer com elas? Representam a *ampliação do insignificante* e jamais o *grandioso*: um punho fechado, uma árvore solitária, uma cesta de frutas. Estão, portanto, no polo oposto daquelas pequenas telas do Renascimento — características sobretudo da pintura germânica — que conseguiam conter, milagrosamente, num espaço reduzido, uma infinidade de informações e de temas suplementares, dispostos sem alarde à volta do tema central, por exemplo, a descida da cruz. Eram obras que traduziam a complexidade do mundo com emoção, mas em surdina — as de hoje falam aos berros para não dizer nada. Você já deve ter presenciado um fenômeno análogo no teatro, quando ao enfrentar um texto de grande intensidade dramática, o autor com *métier* prefere dizê-lo num registro contido e em voz baixa, enquanto o novato só consegue interpretá-lo elevando a voz até o grito. As grandes telas que atravancam o espaço das Bienais são, a meu ver, o último estertor com que a autoridade masculina procura mascarar uma estética do

suborno. Um contra-senso. Em resumo, acho que os homens estão fazendo hoje — mal e com pretensão descabida — o que as mulheres fizeram sempre tão bem, modestamente e conformadas. Não teria sido melhor para todos, ter sabido manter as duas óticas que movimentavam com graça este nosso pobre mundo? Ou quem sabe as coisas já começaram a se inverter e estamos chegando a uma encruzilhada? Pois absortos em jogar dados com Mallarmé, os homens ainda não se deram conta que as mulheres já estão a postos para erguer de novo a *Guernica*, a *Rendição de Breda*, *O Encouraçado Potemkin*, *O Sobrevivente de Varsóvia*. A História tem dessas coisas.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

L. e L. — Qual a relação entre a Faculdade atual e a anterior?

F.H.C. — A Faculdade, tal como eu a conheci, teve vários momentos. Primeiro, quando eu estudei; depois, a época em que eu fui professor assistente; quando eu voltei, depois de 64; e agora. São coisas diferentes, vários momentos. Para começar, quando eu fui estudante, a Faculdade para nós era um deslumbramento, é verdade. Por que? Porque correspondia a uma espécie de enxerto cultural estrangeiro aqui, um enxerto que começava a pegar. O nível de seriedade era bastante elevado, e havia especialmente uma coisa que marcou, pelo menos a mim, marcou muito, era entender a vida intelectual como um modo de viver. Não era simplesmente um dado, não era nem uma profissão, muito menos um “bico”, era um modo de viver. E nisso, algumas pessoas foram fundamentais para transmitir esse sentimento. No meu caso, da minha geração, houve por um lado o Florestan. E por outro lado, havia mais duas outras pessoas que marcaram: o Roger Bastide e o Antonio Candido. De forma diferente. O Florestan marcava, porque o Florestan era realmente a Universidade como, vamos dizer, recrutamento pra guerra. Quer dizer, era tudo, força total, era guerra total. Ali a pessoa tinha que ter realmente um estilo de viver. A Faculdade ainda era na Praça da República. E o Florestan dava aula de avental branco, aliás, quase todos davam, de avental branco.

L. e L. — Você também!

F.H.C. — Eu também. E ele xingava muito, era sério, era didaticamente mau, mas transmitia um tal entusiasmo que marcava muito. O Antonio Candido, que não foi meu

professor no primeiro ano, foi só no segundo, já na Maria Antonia, marcava de uma outra maneira. Como alguma coisa assim, de a gente transcender o cotidiano para se fazer parte do mundo da cultura. O Florestan não era transcender o mundo cotidiano, Florestan era se operar no mundo cotidiano. Era pesquisa, pesquisa com um empenho total, e a crença na ciência. O Florestan acreditava na ciência, e permitia essa crença na ciência. E o Antonio Candido não, o Antonio Candido permitia uma outra coisa, permitia essa aspiração de transcender ao cotidiano, para deixar uma marca, num nível mais simbólico, da cultura. E o Bastide, Dr. Bastide, dava aula para nos desasnar. Quer dizer, embora ele desse aula em francês, e portanto não podia ser totalmente asno quem estivesse ali, porque já tinha tido uma certa formação, ele dava aula, ele resumia a literatura estrangeira. Resumia, enfim, o que os franceses pensavam, o que os alemães pensavam, o que os americanos pensavam. E era muito pachorrento, ele lia com atenção os trabalhos. O Florestan também. Florestan com uma minúcia extrema. Mas o Bastide dava um sentido de comparação, e relativizava. Enquanto o Florestan era o saber absoluto, a ciência ia dar o resultado, se aplicados certos métodos. Enquanto o Antonio Candido sublimava isso tudo, quase como uma expressão de alguma coisa que cintilasse aqui e ali, que iluminava um caminho. O Bastide, era uma visão mais modesta do que pudesse ser alcançado pelo instrumental científico, e comparativo sempre: é isso, mas também pode ser aquilo. Mas de qualquer maneira, o nosso mundo, nessa época, eu me refiro a 1949 — 48, 49, 50...

- L e L — Isso é a terceira geração, não é? O Bastide seria da primeira, o Antonio Candido e o Florestan da segunda e você da terceira.
- F.H.C — Nessa época, de qualquer maneira, a Faculdade preenchia a nossa vida. Quer dizer, pelo menos a minha. Completamente. Tudo, os relacionamentos, as amizades, os amores, tudo era ali. A Biblioteca, ia-se muito à Biblioteca Municipal. A Faculdade era na Praça da República, e nós vivíamos naquele miolinho. Isso foi numa época muito interessante culturalmente. Porque tinha o Clube dos Artistas, o Museu, que foi muito importante. Eu tinha feito um curso de monitoria no

Museu, aprendi a ver um pouco de arte, o Gianotti era um assistente pedante de arte naquela época. Anos mais tarde, ele foi comigo e com o Bento para a Europa, com a Ruth e com a Lúcia, e aí ele fez um curso prático de pedantismo. Mas isso aí era uma excitação muito grande. Só que era um mundo onde a política não existia, e veja que nós estamos falando de uma época que começou a vir de Dutra para Getúlio. E mesmo assim, na Faculdade, esses problemas, nessa época, não eram os problemas que nos comoviam, ou seja, era um ambiente de excitação *intelectual*.

L. e L. — Não havia nenhuma pessoa da Faculdade na política?

F.H.C. — Não, nessa época não. Pelo menos nesse grupo. Nós estávamos, realmente, lendo livros. E todo mundo que estudava Sociologia, ou quase todo mundo, especialmente naquela época, entrava porque queria entender o mundo, e operar sobre o mundo. E era muito distante isso. Porque nós tínhamos cursos sobre poucos teóricos. Mannheim, o Florestan gostava muito de Mannheim nessa época. Freyer, que é um autor alemão, que tinha sido nazista, na verdade. Weber, Weber bastante, Florestan e Antonio Candido gostavam. Fora isso, era índio. Então, os Guarani, ou os Kadiwéu, do Darcy [Ribeiro], ou os Terena. Tudo isso, nós estudávamos em Antropologia, nossa formação era muito assim. A gente lia Antropologia tanto quanto outra coisa. Malinowski, Radcliff-Brown, essa coisa toda, era o Schaden que dava, e o Florestan também. O Willems já tinha ido embora. E nós discutíamos esses problemas, ou então, discutíamos problemas de teoria.

L. e L. — Mas tudo via livro, não é?

F.H.C. — Via livro. O contacto com a vida era a pesquisa, e pesquisa, dos que davam, era negro. Então! Isso foi muito importante, foi Florestan e foi Bastide, porque através da temática dos negros, nós entramos na temática popular; isso foi um pouco depois. Foi na época em que eu estava já terminando a Faculdade e nós já estávamos aqui na Maria Antonia. Nessa época toda, enquanto eu fui aluno, a discussão era essa. Era a discussão teórica, e não se podia perceber a cor dos professores, Florestan, ou Antonio Candido. Antonio Candido,

nós sabíamos que era socialista. Mas nós *sabíamos* que era. A classe não revelava esse ser. E o Florestan era incógnita, porque ele ensinava a ciência. E Marx, que nós queríamos aprender, só mais tarde o Florestan passou a ensinar, e Marx *como método*. Um dos três métodos fundamentais. Para certos problemas. Então, ou você aplica o funcionalismo à la Parsons; ou você aplica Durkheim para o método comparativo; ou você aplica então Weber para toda a questão da temática da compreensão, da estagnação do sentido e tudo mais; ou você aplica o Marx para as grandes transformações macroculturais, com regularidades históricas, com sucessão temporal. Tudo aquilo que está nos *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, que era a Bíblia da época para tudo que diz respeito a método. Quando nós chegamos aos *Fundamentos Empíricos*, nós já tínhamos lido bastante, como alunos. Durkheim, que era leitura obrigatória, e Weber, bastante. E em Filosofia, tinha-se bastante Filosofia nessa época, também, o Gueroult, que era meu professor. Eu não entendia nada do que ele me ensinava de Kant. E o Lívio Teixeira explicava Kant. A explicação sempre dizia alguma coisa, o curso do Gueroult, nada. Ou então, Descartes; esse nós entendíamos. E líamos, e fazíamos círculos, e aí entrava, vocês conhecem, o Tristão [Fonseca Fo.], entrava nessa estória Maria Sylvia [Carvalho Franco], o Renato [Jardim Moreira], Maria Alice [Mencarini Foracchi], eu, a Ruth [Cardoso]. O Tristão tentava ler em latim os textos do Descartes, a gente comparava várias edições, era isso. Bom, essa é a primeira fase, é uma fase puramente da minha experiência de vida da Faculdade. Não era uma coisa séria, mas bastante intelectualizada. Havia um professor, Cunha Andrade, que dava Filosofia, e o Cunha Andrade era mais politizado; mas ele dava os pré-socráticos. O primeiro trabalho que fiz de Filosofia, foi sob a orientação pessoal do Roque Spencer Maciel de Barros. Era sobre Parmênides. Até hoje eu devo ter, por aí, escrito. E nós íamos ver os fragmentos do Parmênides, e eu aspiraria muito ler em grego. Bom, isso, primeira fase. Segunda fase, já mais tarde, na Rua Maria Antonia, quando nós fomos para lá, eu já era auxiliar de ensino, fui ser professor. Bem, era a continuidade disso, com muito mais ciência. Quer dizer, o Florestan já tinha incu-

tido em todos nós o espírito da pesquisa. Aí, é a fase dos negros. Na fase dos negros, da pesquisa de negros, nós fomos para o Rio Grande do Sul, para eu escrever minha tese, para Florianópolis, escrevi outra tese, e Paraná. Eu, Renato, Octavio [Ianni]. E pesquisa do negro em São Paulo — eu trabalhei nessa pesquisa. Duas pesquisas, eu me lembro bem, nessa época. A dos negros em São Paulo, o Bastide andando nos cortiços aqui, no Viaduto Maria Paula. Hoje não tem mais cortiço nenhum, aquilo ali era um “cortiço”. E nós andávamos com o Bastide, e o espanto, o Bastide falando aquele português arrevezado, e eu não sei como é que ele entendia alguma coisa do que se dizia ali. Ele sabia bem português, mas falava mal. Eu sei que ele aprendia umas coisas, não sei nem como, por osmose, por intuição.

L. e L. — Por que o Rio Grande do Sul?

F.H.C — Porque o Sul tinha uma situação muito peculiar. O grande trabalho sobre negro que havia era do Gilberto Freyre, no Nordeste. E o Bastide, por exemplo, estava estudando o negro em São Paulo. E o Sul tinha a peculiaridade de que o negro entrou, em trabalho, numa relação mais próxima da relação capitalista industrial, porque eles trabalhavam em xarqueada. Eram poucos negros que trabalhavam, não no campo propriamente dito, mas na cidade, um artesanato forte também. Então, deu uma comunidade negra muito especial, no Sul. Então, através da questão dos negros é que nós tínhamos contato com o povo, nas favelas; é a experiência dessa época. Nós conhecíamos favelas de São Paulo até o Rio Grande do Sul. O Renato, Octavio e eu. E gafeira. O Renato era especialista em gafeira. Conhecia, gostava, porque ele começava a tomar sua cerveja. Eu sempre tive uma limitação na vida, eu quase não bebo. Então bar, para mim, é um ambiente de passagem, não é um ambiente de pouso. A conversa de bar é uma conversa difícil para mim, porque eu não tenho paciência para esse tipo de coisa. Mas nós fazíamos, de qualquer maneira, íamos nas gafeiras, nas favelas, descobríamos o povo, nesse aspecto. Já mais tarde, bom, era negro, e o Bastide, um pouco de psiquiatria social, ele fazia aqueles estudos, eu fiz com ele no Juqueri, com a Maria Isaura [Pereira de Queiroz]. Uma parte daqueles

trabalhos eu fazia até, pegava números pra ele, nos papéis; tem até agradecimentos nos trabalhos dele. Mas quem fazia mesmo era a Maria Isaura, que estava ali, durona. De qualquer maneira, eu ajudava um pouco o Bastide no início. Mas o primeiro lugar que eu tive, de emprego na Faculdade, não foi na Faculdade de Filosofia, foi na Faculdade de Economia. Já quando eu terminava o curso de 4 anos na Faculdade, eu fui para a Alice Cannabrava; fui primeiro para o Mário Wagner, para o Instituto de Administração, para uma senhora chamada Lucila Hermann. Daí, fizemos trabalhos sobre operários. Nós pegávamos os arquivos, que então estavam nos porões do que era a Assembléia Legislativa — hoje é o Degran, a Delegacia de Estrangeiros, aquela casa meio acastelada lá no Parque Pedro II — tinha o depósito da Lei de Dois Terços. Nós íamos pegar dados sobre operários. Então eu comecei aí, depois fui trabalhar com a Alice. Nesse tempo da Alice, eu estava no quarto ano da Faculdade e dava aula na Faculdade de Economia. Eu tinha vinte anos. Foi meu primeiro emprego, como professor, na Universidade. Eu não tinha terminado ainda a escola, e dava aula para essa gente que hoje está famosa aí. Eu fui colega do Delfim, lá na Estatística, e toda essa meninada, que eu não sei nem distinguir quais foram e quais não foram meus alunos, porque eu dei só dois anos de curso lá, e eu dava História Econômica da Europa. Eu dava Weber, que eu sabia, e a Alice me deu alguns textos. Ela ficou desesperada e disse que eu jamais seria um pesquisador. Porque ela nos obrigava a ler uma quantidade imensa (eu, mais o Fernando Novais e o Albertino Rodrigues) uma quantidade imensa de Atas da Câmara de São Paulo. Era um empirismo mais tosco, e eu me rebelava contra esse modo de fazer pesquisa muito desligada de qualquer hipótese. Porque tem de ser não só empírico, tem que fazer a generalização. Bom, e aí terminam esses dois anos, eu vou para a Faculdade. Houve uma briga com Alice, então eu fui para a Faculdade, para ser assistente do Bastide, na cadeira onde o professor trabalhava: a Gilda de Mello e Souza, eu, o Florestan e a Maria Isaura. Eu e a Maria Isaura éramos auxiliares de ensino, a Gilda e o Florestan eram assistentes. E o Bastide era professor. Aí é que eu fiz esse trabalho de psiquiatria com o Bastide; e continuávamos a questão dos negros. Mais tarde,

o Bastide foi embora e o Florestan o substituiu na cadeira. Nesse momento, nós então entramos em cheio nas pesquisas. Nós criamos um Centro de Pesquisas, o CESIT, Centro de Estudos da Sociologia Industrial e do Trabalho, que foi organizado basicamente por mim. Eu já era membro do Conselho Universitário. Havia uma diferença entre mim e os outros: é que eu estava me metendo na política, na Universidade. Fui representante dos alunos, dos professores-assistentes, na Congregação. Eu ajudei a criar o primeiro grupo de auxiliares de ensino, que era o que hoje é a ADUSP, a Associação dos Auxiliares de Ensino: fizemos isso na Universidade, na USP, na Filosofia, depois em geral. Concorri para o Conselho Universitário, fui eleito representante dos ex-alunos no Conselho.

L. e L. — Fazia tempo que você já estava na política?

F.H.C. — Já. Como representante dos ex-alunos no Conselho Universitário passei a ter força na Universidade e a brigar no nível da Universidade. Mas isso era eu, e para mim era uma coisa que eu tinha que fazer à margem da vida intelectual, porque a norma era a vida intelectual, sem mais nada. Eu me lembro no começo — eu estive com o Antonio Candido uma vez, e o Antonio Candido me disse: “Você tem tais e tais qualidades, porque que você. Deixa disso” E deu o nome de algum outro colega para quem eu devia deixar a função de fazer política na Universidade, para não desperdiçar o meu talento, que ele achava que era razoável, em coisas não tão importantes quanto a política na Universidade. E o Florestan, então, nem se fala, não tinha esse tipo de preocupação. E isso só veio, na cabeça da minha geração, sob duas formas de participação mais ativa dentro da política. Uma, foi a campanha em defesa da escola pública. Aí, o Florestan entrou, o Antonio Candido entrou, o Fernando de Azevedo entrou, o jornal *O Estado de S. Paulo* apoiou.

L. e L. — E Anísio Teixeira.

F.H.C. — E Anísio Teixeira. Acredito que foi ali por 58, 59. Aí então, nós fazíamos conferências. E eu sei falar com as pessoas, dar aulas, essas coisas. Eu não tenho e nunca tive dificuldades. Então eu fazia conferências também, às vezes por aí fora. E o Florestan fez muita conferência, e tal. Então, a participação era uma causa.

L. e L. — E pelo interior todo também.

F.H.C. — Também.

L. e L. — E isso sempre desligado do contexto político mais global?

F.H.C. — Completamente.

L. e L. — E do político-partidário, então, nem se fala.

F.H.C. — Completamente. Meu pai era deputado. Meu pai foi deputado de 54 em diante. Então, eu tinha ligação com a política partidária, pela via familiar. Embora eu não fosse membro de carteirinha do PTB. E eu tinha participação nos grupos de esquerda, na revista *Fundamentos*. Mas, naquela época, esse grupo todo era muito mal visto.

L. e L. — Era inteiramente individual isso? Só de sua parte?

F.H.C. — Era individual e mal visto. Minha, pessoal, um outro mundo. Eu sempre tive um mundo diferente do mundo da Universidade. Além do mundo da Universidade, eu tinha o meu mundo. Eu sempre me dei com pintores, com cineastas, esse cineasta tão famoso, que fez *Vidas Secas*, o Nelson Pereira dos Santos, o Luisinho Ventura, que era artista, o Mário Gruber. Então eu sempre tive este mundo, que não era o mundo da Faculdade. Era outro mundo. E este mundo era politizado. Ser politizado, naquela época, era estar ao redor do Partido Comunista. Era isso, e isso na Faculdade era mal visto pela elite intelectualizada. E o Partido Comunista, por sua vez, no seu meio intelectual, não tinha nada a ver com marxismo.

L. e L. — Era a fase do anti-estalinismo, todo mundo da esquerda era anticomunista por causa disso.

F.H.C. — Evidentemente, era muito forte essa coisa. Mas levava a uma atitude, digamos, simplesmente crítica. Não tinha atitude de participação nenhuma. E na época de Juscelino — Getúlio e depois Juscelino —, de grande mobilização na sociedade, isso não entra na Faculdade. Só vai entrar nos anos 60. A participação da Faculdade na política é nos anos 60, apenas. Aí sim. Mas nos anos 50 não. Quando é que o Jânio foi eleito governador de São Paulo?

L. e L. — Em 54

F.H.C. — Então, aí existe uma relação da Faculdade com a política, mas a relação é a seguinte: a Faculdade se defendendo contra Jânio. E aí, nós entramos todos. Em solidariedade ao Cruz Costa, em solidariedade ao Schemberg. A Congregação fez um manifesto ao povo e ao governo, e *O Estado de S. Paulo* publica. E o Fernando Azevedo lutava, e o Lourival [Gomes Machado] falava, e por trás estava o Antonio Candido, estava o Florestan, mais duro, e eu ajudando. Mas era uma relação especial, a Faculdade, em nome ou da ciência ou do povo, se dirigindo ao governo. Mas, partido, não. Bom, mais tarde, nos anos 50, aí na minha geração, a ligação teórica com a esquerda vem de outro lado, vem do seminário de Marx. Que é um invento do Gianotti. O Gianotti vai para a Europa, vai lá para estudar o estruturalismo na Filosofia. Ele tinha sido aluno do Granger, que era positivista. E eles todos foram para a Europa, e o Gianotti volta com a idéia de fazer uma leitura especial do Marx. Tomar o texto, como texto, e analisar o texto. E nós fizemos isso, organizando o seminário de Marx. Aí entra todo mundo, entra o Bento [Prado Jr.], entre o Roberto Schwarz, entra o Octavio, o Paulo Singer, o Fernando Novais, mais tarde o Juarez [Brandão Lopes], entram muitos. E isso foi um centro muito vital, culturalmente falando, mas que se fazia em casa. (E o Florestan não gostava disso, ele e o Laerte Ramos de Carvelho, que eram vizinhos, (e eu também, morávamos na Rua Nebraska) não gostavam por ciúmes. Porque aquilo era um núcleo, que não era *na cátedra*. Ainda a idéia de cátedra era muito viva, então. E nós éramos da cátedra, nós assistíamos todos as aulas do Florestan fardados, de roupa branca...

L. e L. — Guarda-pó branco.

F.H.C. — Guarda-pó branco, assistindo à aula do catedrático.

L. e L. — E você não passava de um assistente.

F.H.C. — Assistente: e eu já era doutor, com certa presença na vida da Faculdade, membro do Conselho Universitário. Porém, *assistente*. Hierarquia é hierarquia. E vale isso para o Fernando Azevedo, com muito mais força ainda. Bom, então aí tem um outro núcleo, que ativa a Faculdade. Os cursos, por exemplo, d'*O Capital*,

não sei o quê, que são dados nos anos 60, são frutos deste seminário de Marx. E isto é que, no plano teórico, politiza o curso. No plano do discurso teórico. Substituem-se os cursos, que nós dávamos — eu lembro, eu dava o curso de Introdução, no primeiro ano, que era um modelo do Florestan. Quem dava era eu, depois foi o Luís Pereira, e está num livro que até hoje se vende aos milhares, que é um livro meu e do Octávio, chamado *Homem e Sociedade*. É uma antologia, vendeu mais de cem mil exemplares, muito mais, já deve estar na vigésima edição. Até hoje se dá isso aí. Mas o curso era aquilo, quer dizer, era um *pot-pourri*, mais ou menos bem feito, das várias tendências da sociologia como ciência. Bom, o tema *Brasil*, era um tema que entrava com o ISEB. E nós éramos contra o ISEB. Porque na revista do Paulo Duarte, na revista *Anhembí*, tem artigos meus, da Maria Sylvia, de vários de nós, criticando o ISEB. Criticando o ISEB, porque era uma agência do Estado, e porque o ISEB politizava, e porque o ISEB não era rigoroso: não conhecia o caminho do saber científico. Vieira Pinto, era pau. O Cândido Mendes de Almeida, era uma paulada. Todos. Foi o maior time da ciência, e eles tinham uma prática ideologizada. Mas aí a gente veio da Faculdade, mais maduros, e começamos a dar outro tipo de curso. Convém ver os currículos pra ver como é que era, quem que dava o quê, que autores mandava ler nessa época, nos anos 50 para 60. Eu, nessa época, já faço a minha tese sobre o negro em Santa Catarina, sobre escravidão. E mudo de temática para os empresários. Essa temática empresário, Estado e classe operária, que era o CESIT, já é uma temática de compromisso entre os temas antigos e os novos. E o Florestan está no vértice disso. Permite a passagem *em tempo* — ter que estudar esses temas, e nos dias de hoje — embora ele continuasse estudando negros. O trabalho dele, quando a gente estava no Chile, em 65 ou 66, ainda era sobre negro. E nós já tínhamos feito trabalhos (eu fiz um trabalho sobre os empresários industriais, o Octávio fez um sobre o Estado) e no processo de fazer esse trabalho, eu comecei a rever muita coisa. Inclusive a crítica da visão comunista da burguesia progressista, e eu via que aquela ali estava toda — era no pré-golpe — estava toda no

golpe. Era toda contra a Reforma Agrária. Não tinha nada daquilo que se dizia. Até por razão intuitiva de modelos: o negócio é outro aqui. Está havendo um outro tipo de desenvolvimento, as classes estão funcionando de outra maneira, e a temática que eu vim recolher e pesquisei mais tarde no Chile, sobre dependência, está toda ali dentro. Quer dizer, no fundo os empresários que aqui governam, não governam como lá. Parece que é a mesma coisa, mas não é a mesma coisa. Você vê que tem uma referência às culturas européias, não sei quê lá, mas tem uma especificidade. Esse jogo, entre uma coisa e outra, é que constitui a temática que eu vou desenvolver mais tarde.

L. e L. — E era forte essa bandeira da burguesia progressista?

F.H.C. — Era fortíssima na época. E o meu livro critica isso. Engraçado, que muitos tomaram como se fosse um livro em defesa de, e não era. Era a minha tese de Docência, já.

L. e à. — É porque você era amigo do Fernando Gasparian.

F.H.C. — Porque eu era amigo dele, exato. Era isso. Dele e do velho Ermírio de Moraes; eram meus dois empresários. Bom, então, nessa época já a Faculdade começa a ter um outro perfil. É uma outra Faculdade. Então veja: primeiro momento, movimento dos estudantes, na Maria Antonia, esses modelos que eu disse. Segundo momento, nós jovens da minha geração, nós jovens assistentes, começando a ler fora da Faculdade a literatura crítica. Então, como é que nós vamos ler Marx, e usar Marx. Depois Sartre, Sartre esteve no Brasil, veio aqui em 60, não é isso? Sartre teve um impacto enorme sobre nós, nós tínhamos lido, não tanto a *Crítica da Razão Dialética*, mas aquele livrinho mais fino sobre as questões de método dele, aquele ensaio que explica como é que se pode usar o marxismo. E isso teve forte impacto em nós, e a presença do Sartre aqui, que foi um negócio que nos impactou muito. Eu traduzi algumas conferências dele, fomos para Araraquara com Sartre, juntamente com a Gilda, com o Antonio Candido, o Touraine, que ficou conosco. O Touraine teve um papel grande nesse momento. Porque o Touraine veio, já tinha feito umas pesquisas no Chile, chegou aqui e

disse a mesma coisa: “Olha aqui, a classe operária está bem, está se formando, vocês estão vendo” Ele lê os trabalhos meus, do Juarez, do Paulo Singer, do Octávio. “Vocês pensam que estão estudando a Europa? Isto aqui não é a Europa. Está vendo que a classe operária está se formando, mas já é outra coisa, diferente. Tem que estudar ao mesmo tempo as diferenças que tem aqui” E o Touraine influenciou muito a formação do CESIT, intelectualmente. Touraine me marcou. Touraine e Sartre. E depois, o Lukács. Bom, Sartre e Lukács. Florestan não gostou dessa passagem, porque ele achou, e aliás ele teve até alguma razão, que por aí nós íamos perder a sociologia científica, empírica. Mas foram esses os que na minha geração me levaram a dar o salto daquela literatura que eu aprendi com o Florestan, com o Bastide, com o Antonio Cnadido, para um outro tipo de literatura. Foi através do Sartre e do Lukács que nós aprendemos que o Marx serve para alguma coisa. Aí o seminário serviu muito e nossas teses, minha, do Fernando Novais, do Bento, de todos nós, foram uma espécie de diálogo com Marx, com Weber, mesmo com Parsons. E o Bastide escreveu uma crítica do meu livro, da minha tese de doutoramento, na França, onde ele diz que era uma coisa que você estranha, porque eu usava Parsons, Weber e Marx. É verdade. Usava lá por trás, subconscientemente. Talvez a idéia do processo, a idéia de status, isso era redefinido, porque é parsoniana; era redefinida pela análise estrutural dialética, e também a idéia de recuperar o sentido, que é weberiana. Na minha tese de empresários tem a mesma coisa, ele tornando a me encher: “É Weber ou é Marx?” Sei lá, o problema não é ser Weber ou ser Marx, nós vamos descobrindo uma temática. Qual é a temática? A do desenvolvimento, a da formação de uma sociedade que se industrializa na periferia do mundo capitalista, que tem portanto pontos de similitude, mas é outra coisa. Essa temática que o ISEB tinha colocado. O ISEB colocou como defesa, colocou ideologicamente, e nós fomos re-descobri-la mais adiante, como crítica. Então essa é a outra fase da Faculdade. Só que nos anos 60, a Faculdade se torna uma Faculdade de massa, começa a se tornar. Tem o curso noturno, na época do Carvalho Pinto, vêm mais estudantes, ela não se prepara para essa etapa. E o seminário de Marx — aí eu estou fa-

lando da minha experiência —; mas aí entra o Rui Fausto, o pessoal da Filosofia propriamente dita, que entra nisso também. E, dos seminários, para uma politização rápida, não foi difícil. Isso é o que ocorreu nos anos 60. Aí eu estou fora. Eu saio em 61. O último curso que eu dei na Faculdade, foi em 63, curso completo, eu era livre-docente. Eu já era livre-docente e estava me preparando para fazer o concurso de cátedra, porque o Fernando Azevedo ia se aposentar, e eu ia concorrer com o Ruy Coelho, no concurso de cátedra. Aí, veio o golpe. E o golpe nos pega de uma maneira dura. Até porque eu era amigo do Darcy Ribeiro, mas eu não tinha ido para a Universidade de Brasília, tinha defendido a Universidade, e tivemos uma briga, com o Darcy. O Darcy era Chefe da Casa Civil do Jango. Mas o Jango era muito distante de nós, aquilo era uma coisa, uma prática, que víamos com muita distância, muita reserva, por causa do populismo. Quer dizer, nós éramos elitistas, vistos do ângulo de hoje. Nós achávamos que nós éramos classe operária pública em transformação, mas nós éramos muito elitistas, tínhamos horror, na prática. Então, nós não tínhamos nada a ver com a estrutura de poder que se estava montando, nada. E o golpe veio, e nos pegou como se nós tivéssemos. O que nos surpreendeu muito. Quer dizer, porque eu estava no Conselho Universitário, eu já tinha brigado muito. Aí sim, tínhamos brigado pela modernização da Universidade, tínhamos ajudado a botar o Ulhoa Cintra lá, tínhamos defendido o Ulhoa Cintra, tínhamos feito a FAPESP. Tem sociologia na FAPESP porque tínhamos convencido o Alberto Carvalho da Silva e o Luiz Hildebrando. Tínhamos brigado muito com o Gama e Silva, eu brigava muito com o Conselho Universitário, eu tinha brigado muito com o Cintra, eu tinha brigado com Zeferino à morte, com os velhos oligarcas do Conselho Universitário. E tínhamos ganho o Conselho Universitário. Então houve uma reação da Universidade, e aí foi que nos expeliram da Universidade. Antes dos militares, foram os professores.

L. e L — O que?!

F.H.C — Foi isso que eles fizeram. . . Porque eu não tinha participação política geral suficiente para atrair a ira de

militar algum. Quer dizer, tinha essas relações com o Darcy, e que mais? Relações que não eram suficientes para isso. Não tinha nada a ver com a estrutura de poder que estava montada no país. Era aquela marca da Universidade, como um modo de viver. Eu nunca tive outro emprego na vida. Aliás eu nunca tive emprego no Brasil, eu só tive na Universidade e depois no CEBRAP, agora no Senado. Eu nunca tive emprego, nunca tive “bico” eu nunca fui consultor. Nunca fiz isso. O negócio nosso era viver aquela vida, aquela vidinha ali que nos bastava. Então, quando vem o golpe e nos pega, é um raio num dia de céu azul. Eu não era capaz de imaginar aquilo que acontecia. Eu me recordo bem que uma noite a polícia foi atrás de mim. Eu fiz uma reunião, eu era representante dos ex-alunos e dos professores até, no Conselho. E fiz uma reunião na Faculdade para discutir a situação. Três ou quatro dias antes do golpe teve uma assembléia agitada. Nela eu tive que me opor ao Weffort, ao Rui Fausto, e não sei mais quem, porque eles queriam mandar um protesto contra os generais golpistas *do seu João Goulart*. Eu disse, não é possível, o golpe vem do outro lado. E foi uma luta para segurar esse negócio. Você vê a desorientação em que nós andávamos. E depois eu fiz a reunião na Faculdade, e isso foi contado à polícia como se fosse uma reunião para armar o pessoal, para se defender. Tudo por questão política. Então, eu fiquei aqui escondido uns tempos ainda, e tentando continuar a escrever a minha tese de cátedra. Que eu só escrevi anos depois; era a mesma, sobre a Argentina, o Chile e tal, e os empresários. E eu fiquei me escondendo, fiquei na casa da Célia [Nunes Galvão] tentando escrever a tal tese, isso em 64. E me lembro que uma noite eu fui à casa do Prof. Honório Monteiro, que era membro do Conselho Universitário e altamente reacionário. Mas era meu amigo. Porque você fica tantos anos ali junto, sempre contra mas sempre juntos. Ele, o velho Camargo, oligarca da Poli, eles gostavam de mim. Porque eu era bastante jovem nessa época e eu tinha posto e presença no Conselho, controlando as coisas. Então nós brigávamos muito e nos gostávamos muito, o Camargo e eu. O Zeferino eles não levavam, eles não gostavam muito do Zeferino, embora fossem aliados. Então, eu fui à casa do Honório, para saber. Daí, o

Honório: “Não, vai mudar tudo”; porque, eu não entendia — o que ia acontecer no Brasil naquela época. “Não, isso aqui vai ser como em 30”, eu me lembro que o Honório me disse isso. E ele foi muito correto até, comigo. Telefonou para o Reale, que era Secretário da Segurança, Miguel Reale, e disse que eu era uma pessoa teórica, me fez elogios. Aí o Reale disse: “Não, ele é prático também, não é só um teórico” Então, que não dava para segurar a barra, não sei o quê. O Honório foi correto, até no Conselho. Mas, para mim isso era uma briga universitária. Eu sabia o que havia no Brasil, é claro: eu não estava envolvido nisso. E veio esse golpe, como uma paulada, e eu fui-me embora, com a ilusão de que eu iria fazer a tese de cátedra e voltaria. Mas era essa a impressão que dava, em 64. E muitos ficaram, e fizeram aquela tese normalmente aqui. Em 64, não foi em 68. Mas só pra você ter idéia de como nós éramos bastante desconectados do processo político efetivo. O quê que a Universidade fez? Eu combinei com o Ferri, que era reitor interino, que eu mandaria um pedido de licença, e eles me dariam a licença para eu ficar lá fora. Mas ele não teve coragem. Depois eu mandei uma carta, quando estava no Chile, contando essa coisa e que eu já não voltaria, porque não tinha condições. E a Faculdade, *ela própria*, fez uma comissão de inquérito, e essa comissão de inquérito pediu a cabeça de muitos. Mais do que os que lhe deram.

L. e L. — E quem fez parte dessa comissão?

F.H.C. — Ah, eu não me lembro dos nomes. Eu me lembro do Doutor Theodureto Souto, que eu conheci muito, que era professor de São Carlos. Eu me lembro que tinha um da Faculdade de Direito, que eu já esqueci o nome, que foi depois Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eles pediram a cabeça, não só a minha, a de muitas pessoas mais.

L. e L. — Mais do que a repressão estava pedindo?

F.H.C. — Muito mais! Eles pediram que tivéssemos o mandato cassado. Eu não tive. O mandato não! que eu não tinha mandato: os direitos políticos cassados.

L. e L. — Não só nos entregarem a policiais militares.

F.H.C. — Não, muito mais! Bom, aí vem o inquérito na Faculdade. Eu estava no Chile. O inquérito pegou só o Florestan, o Mário Schemberg, o Cruz Costa e eu. Resumiu a quatro. E esse inquérito durou até — me deram ordem de prisão — até 67; tive esse problema. Aí eu fui à Argentina, e quando eu estava na Argentina recebi um convite através do Nuno Fidelino de Figueiredo, que era diretor da CEPAL, para ir para a CEPAL. Eu já tinha feito um trabalho na CEPAL com o José Medina Echevarria, um sujeito extraordinário, um grande sociólogo espanhol, com quem depois eu trabalhei vários anos, e eu fui pro Chile, e aí eu não sei, não estive aqui neste período. Que eu creio que foi um período rico, de 64 até 68. E aí a Faculdade se politizou muito, nessa época. Quando eu voltei.

L. e L. — Por volta de 67?

F.H.C. — Eu voltei em 68. Eu fui para o Chile, eu fui para a França, eu era professor em Nanterre. Eu voltei para fazer concurso de cátedra, mas não o mesmo. O mesmo, o Octávio fez com o Ruy Coelho, e o Ruy ganhou. O Lourival nesse meio tempo faleceu, e eu então fui para a cátedra do Lourival. Bom, quando eu voltei, a Faculdade estava ocupada pelos estudantes, e isso me surpreendeu muito aqui, porque não era a Faculdade que eu conheci, já era uma Faculdade muito politizada, já havia os movimentos estudantis com muita força, muito mais do que tinha antes. Foi a época da Passeata dos Cem Mil. Eu participei, eu vivi aqui algumas dessas passeatas. Estava lá na época em que houve o assalto à Faculdade, fiquei lá dentro também. Queimaram os arquivos nossos, perdi muito material porque minha sala pegou fogo. Uma grande pesquisa que eu tinha lá, que eu tinha feito com a Gilda há muitos anos, em Ouro Preto, queimou tudo isso. Queimaram muita coisa. E eu fiz o concurso de cátedra, nessa época, na Faculdade ocupada. E fui fazer concurso lá no campus, no Auditório de História, e houve até protesto, a Helena Hirata protestando, e eu não entendia, porque era a única. Eu estava fora da Universidade: ou eu voltava via concurso, ou eu estava fora. E ganhei o concurso de cátedra. Então, esta Faculdade, foi uma Facul-

dade muito diferente. Eu ganhei o concurso de cátedra, e logo depois veio a tentativa de fazer os colegiados alunos/professores.

L. e L. — As paritárias.

F.H.C. — E eu fui o presidente da paritária. Não da paritária geral da Faculdade, que foi o Antonio Candido. Fui das Ciências Sociais, fui do Departamento, eu fui eleito. Virei o Chefe do Departamento. Voltei; primeiro os alunos estavam contra, rapidamente fui reabsorvido. E fizemos uma reforma com estudantes e professores, nos currículos, não sei o quê, essa coisa toda. Aí, durou pouco. Em 69, me aposentaram pelo AI-5. E esta Faculdade da transição, desses estudantes — essa menina, a Vânia Santana, era muito ativa. O Fernando Pirilo, que eu vi ontem, professor do *Objetivo*, vários estudantes — foi a geração que foi para a guerrilha. Uma parte dela. Foi para a A.L.N, V.P.R., aqui mesmo. E mais tarde pro Araguaia. Foi a geração que foi pro Congresso de Ibiúna, que se realizou nessa época, 1968.

L. e L. — E onde pegaram todo mundo.

F.H.C. — Todo mundo. Então, já é uma outra Faculdade: esta é uma Faculdade em que já os estrangeiros estão longe, já a pesquisa começa a ser difícil de se organizar, já a politização é muito grande, e a repressão cai sobre ela de maneira atroz.

L. e L. — Se você tivesse que dar uma idéia de que tipo de Universidade seria mais interessante para nós, qual seria? Esta, politizada, ou aquela mais científica?

F.H.C. — Bom, a politizada a um grau extremo, não funcionou. Agora, aquela anterior a essa politização, nos anos 60, era uma Faculdade que ao mesmo tempo dava uma formação, e tinha preocupação política efetiva. Depois não deu para funcionar, porque aí são momentos que não tem o estudo, só a ação. Quando era 68/69, aquilo tudo era uma pantomima à parte, não se pensa mais em estudo, os estudantes estão participando, tentando renovar, mas na prática estão noutra coisa. E eu não sabia que estava metido em coisa nenhuma, nós não sabíamos, por que era outra geração, um *gap* tremendo. E depois vem a repressão. E com a repressão não dá para ter

nada. Tinha a repressão, que eu vi de longe, que eu vi do CEBRAP. Porque eu fui pro CEBRAP, fazer coisas no CEBRAP, e ficaram alguns núcleos na Faculdade — umas pessoas, quase, na Faculdade — e uma desmoralização grande. Aí, não tem ameaça nenhuma, porque você não tem nem ciência, nem política. Você tem uma coisa formal. Apesar disso, eu acho que houve núcleos e movimentos que fizeram trabalhos bons. É uma coisa que a gente aprende duramente: na pior repressão alguns trabalhos são muito bons. Você põe pra fora, vomita, o seu asco, na ciência, ou na poesia, na prosa, sei lá no quê. Você faz coisas. E a gente tentou fazer o tempo todo. Tentamos fazer no CEBRAP, fizemos muita coisa, tentamos fazer no plano cultural, fizemos a revista *Argumento*, uma revista interessante, e em época de repressão. Essa época eu não tinha nada dentro da Universidade, eu estou fora da Universidade, e eu não voltei à Universidade. Só voltei uma vez, para dar uma conferência e o professor França, então diretor da Faculdade, caiu por causa disso. Florestan e eu. Aí eu fui chamado ao DOPS, foi um inferno. Então, eu fiquei, realmente, vivendo no Brasil.

- L. e L. — E você não podia nem dar uma conferência.
- F.H.C. — Não podia. Estava proibido. Eu estive um tempo no Brasil, no CEBRAP, fazendo os trabalhos do CEBRAP, e dando aulas no estrangeiro. E eu tinha feito uns trabalhos lá fora, nessa época. E eu fiquei com uma certa fama. A maior parte dos trabalhos meus, importantes, eu fiz fora. São problemas que se difundiram nesta época em que eu estou fora daqui. E aí, no estrangeiro, eu fiz uma carreira bastante rápida. Não tenho queixa disso. Nunca esperei. Eu fui professor no *Collège de France*. Eu fui convidado pelo Foucault para ser professor permanente. Eu fui professor em Nanterre, na Escola de Altos Estudos. Eu fui professor de quem? Não sei nem porque, nem como. Fui professor em Princeton, fui professor em Harvard. Enfim, essa coisa eu fiz toda.
- L. e L. —. Claro, estava desempregado, portanto qualquer empreguinho servia.
- F.H.C. — Essa carreira, aí fora, eu fiz toda. Hoje eu sou membro da *American Academy of Science*. Fui presidente da

Associação Internacional de Sociologia. Ainda sou. Isso tudo, para mim, não teve um significado vital. Aconteceu. Não foi um negócio que eu tive que trabalhar. E é verdade, quer dizer, às vezes eu recebo por telegrama o convite. Não sei quem é que ajudou, talvez eu tenha sorte. Claro que eu devo ter algum valor, mas em que circunstâncias. — E aí eu estou longe desta Universidade. E quando eu volto, quando há a anistia, pensei, minha vida está lá, meus amigos estão lá, e sempre houve um lado da Universidade, no qual havia possibilidade de me apoiar. E ao CEBRAP também.

L. e L. — Não tenha dúvida. Não como um todo, mas sobrou gente.

F.H.C. — Tem gente boa. E continuam lá, fazendo coisas, e tudo isso.

L. e L. — E você sempre deu a maior força.

F.H.C. — Eu sempre dei a maior força. E então, eu estou sabendo o que está acontecendo na Universidade. Eu acho que o grande processo que houve, foi primeiro essa paulada, da desmoralização. A própria Universidade acusando gente. Foi horrível! O processo de podridão. E depois a burocratização. Com a Reforma de 69, vem a burocratização, depois uma dispersão. Então, essa Faculdade de hoje, como eu vi depois da anistia, eu podia voltar para lá, até fui lá, várias vezes e tal. Eu não tive vontade de voltar

L. e L. — Por que?

F.H.C. — É. Depois da Anistia, 79/78. Eu não tive vontade de voltar, porque, primeiro, é evidente, enquanto você está fora, os espaços são ocupados. Voltar, queira ou não queira, restringe e desloca alguns que são meus amigos, que foram meus alunos, que são pessoas que têm valor. Eu não achei que fosse uma coisa produtiva para a Universidade. Em segundo lugar, eu já tinha tido uma carreira intelectual muito intensa, lá fora. E não tinha muito interesse em dar aula. Eu sei falar com o pessoal, eu até me entusiasmo. Como me entusiasmo falando mesmo aqui. Eu me entusiasmo, eu gosto de determinados assuntos. Mas essa não é a questão. Eu não tinha mais possibilidade de ter paciência, de uma

certa dedicação. Quer dizer, o padrão de Universidade em termos intelectuais em mim, é muito forte, para eu poder conceber de eu ser um professor marca barbante. Pois é, agora não tem. Então, você vê que a universidade esvaziou. Que a vida intelectual não passa por ali. Pode ser que num ou noutro setor. No nosso setor, de Ciências Humanas, não passa por ali, não tem. Não tem essa tensão criadora que tinha. É boa, é ruim, é pior, a temática é deslocada, ou está muito politizado, mas tinha uma tensão: lá, não tem nada. Agora, tem aquelas salas, tem não sei quê lá.

L. e L. — E que remédio existiria para essa Universidade? Se é que existe algum remédio.

F.H.C. — Eu não sei porque eu acho que o remédio tem que ser interno. Nós, agora, temos a possibilidade, através do governo, de ajudar. Eu tenho possibilidade de ajudar. Mas para ajudar tem que saber se vem.

L. e L. — Tem que vir de lá para cá.

F.H.C. — Por dentro. De fora não vem nada. Vem o que de fora? Mais dinheiro? O problema não é de dinheiro.

L. e L. — Mais dinheiro só não resolve.

F.H.C. — Não resolve. Fazer a reforma das estruturas da Universidade, também não resolve. Falta o *demônio*, que ninguém pode dar.

L. e L. — Você se queixa de que na sua época o Conselho Universitário era composto de velhas mentalidades encasteladas nos seus privilégios. Parece que o atual Conselho Universitário é exatamente isso!

F.H.C. — Não! É pior! Porque no antigo Conselho Universitário, pelo menos, a gente era representativa de um corpo organizado e eles eram catedráticos. Tinham feito uma carreira, tinham força. Atualmente, não tem nem força, ninguém tem força. A burocracia tem um conselho enorme, tudo enorme, mas você não tem nem representação organizada, pode ter assembléia, assembleísmo, mas isso reflete, e você não tem personalidades como o Florestan, que rompia tudo. Ou o Fernando Azevedo. Agora você não tem isso, esse tipo de gente. En-

tão, fica uma coisa difícil à mostra. Eu não quero dizer que as pessoas não aprendam, aprendem. Eu não quero dizer que não tenha teses boas, tem. A quantidade de teses aumentou muito. E melhorou. Veio muita tese interessante. Antes eram poucas, não dava para julgar. Melhorou. Eu não estou condenando, não é assim, a produção isolada; é essa tensão da Universidade, que dava um *élan* enorme. Isso não tem agora. A vida passa por fora de lá. Nenhum país dispensa uma Universidade. Precisa ter, porque é aí que você normatiza uma porção de valores. E isso está faltando. Então você diz que tem uma tensão sufocada, melhor ainda, porque, então, tem esperança. E isso é ótimo. Agora, se eu não quis voltar pra lá, foi pela razão que eu estou dizendo. E por outra: que, agora, eu me recuso sistematicamente a aceitar qualquer posição universitária. Mesmo em Brasília, agora. Eu sou senador, e você não pode ser senador e professor. Em homenagem às duas funções. A função de professor, de pesquisador, exige um tipo de dedicação que não pode ser perturbada. Eu sei que há momentos, na vida. Eu posso voltar a ser professor. Mas eu não quero ser simultaneamente senador e professor — correndo, dá uma aula. Não, não tem sentido. Não dá, para mim. Não é para quem tem a formação que eu tenho, o modelo de vida... Não dá para eu fazer isso. O pessoal, lá em Brasília, me fez convites, para vários lugares, e tal. Eu nunca aceitei; mas nem o CEBRAP, agora eu me afastei, só estou no Conselho.

L e L — Porque também não dá para ser senador em tempo parcial, não é?

F.H.C. — Não dá. Se você for levar o negócio para valer, não dá. E é melhor levar para valer. Então, essa Universidade que está aí agora, ela está cancerosa de burocracia. Pode ser um câncer extirpável, mas é muito forte. E a sociedade também mudou. A sociedade de um modo geral mudou. O valor de profissão, de ganhar dinheiro, está muito forte. Isso é uma outra coisa importante. Entre os anos 50 até 60 (em que eu era, primeiro, aluno e depois assistente) a nossa vida era muito modesta, em comparação com o que é hoje.

L e L. — De bens materiais.

- F.H.C. — De bens materiais. Nós não pensávamos nisso. Eu, que nunca fui propriamente pobre.
- L. e L. — É, o pessoal até desprezava os bens materiais.
- F.H.C. — Desprezava. Não tinha sentido. Isso mudou, não é uma questão de pessoas. Mudou a sociedade, mudou não sei quê lá, e tal. E depois, tudo é mais difícil para se obter. Você não pode mais ter a vidinha que a gente levava, da Maria Antonia para a Biblioteca, de lá prá cá. Era isso, mais nada. É muito maior. Exatamente. Se se pensar onde é que tem universidade nesse sentido. Você conhece os Estados Unidos. Lá é um modo de viver. É a cultura, o estilo de vida. É modesto também. É uma maneira de você se dar bem com aquilo, mas você não está querendo o resto que a sociedade oferece.
- L. e L. — Você se isola. Mas na Europa também é assim.
- F.H.C. — Na Europa também. Mas na Europa, a Universidade. A Universidade de Paris, é uma coisa muito grande ligada a Paris, então dispersa. A Universidade de Cambridge ou de Oxford, é uma Universidade nesse modelo alemão, é anglo-saxão hoje, não é mais latino. Esse modelo de produzir ciência, de produzir cultura. Na França, a vida corre fora da Universidade. Corre dentro e fora, mas fora os núcleos são muito importantes, as revistas, e tal. Será que aqui não vai ser assim? Não sei. Tem vitalidade. O teatro tem vitalidade, a imprensa tem vitalidade no Brasil. Tem muitas coisas com vitalidade. Que requerem a passagem pela Universidade, mas não requerem que você more nela, que você seja *ela* apenas. Você vai para fora, você salta dela.
- L. e L. — O sistema universitário é muito pequeno.
- F.H.C. — Mas se houver um sistema universitário muito grande, não vai nem poder alimentar isso que está aí. Então, é outra etapa da Universidade. Não é nem a Universidade morta pela repressão e pela burrice interna, nem a Universidade ideal e modelo que nós queríamos ter, nem aquela intermediária e auto-referida, que é aquela mais antiga. É outra coisa. Não se sabe direito o que é.

AS METAMORFOSES DA UNIVERSIDADE

(Conferência proferida na USP, em 1984, por ocasião das comemorações do Cinquentenário)

Michel Butor

Pediram-me para falar sobre o futuro da Universidade, o que me deu a sensação de desempenhar o papel de profeta ou de vidente, mas os problemas da Universidade que vou abordar são atuais, referem-se à sua mudança e à sua reforma, e é impossível abordar problemas de reforma universitária se não refletirmos sobre os caminhos que ela deve percorrer.

Portanto, não se trata, de forma alguma, de traçar planos para uma universidade futura, mas de refletir sobre a forma como esses problemas devem ser abordados hoje, quando os encontramos dentro da universidade.

Eu mesmo sou um universitário; ganho minha vida como professor na Universidade de Genebra, na Suíça. Trabalho numa universidade, com universitários; conseqüentemente, acredito no valor da universidade.

A resposta ao problema que vou abordar será, forçosamente, uma resposta positiva, mas, para abordá-lo convenientemente, é preciso utilizar a forma mais radical possível.

Hoje, realmente, as críticas contra a universidade vêm de quase todas as direções. Todas as universidades do mundo estão em crise. É preciso ressaltar que é uma crise que ultrapassa as classificações tradicionais. Isto é, atinge tanto os países do Leste, quanto os do Oeste, tanto os desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos.

Em todos os países do mundo, as universidades se queixam de problemas financeiros. Em alguns países, são universidades pobres que se queixam de não terem dinheiro, mas não existe uma única universidade no mundo suficientemente rica. Assim, todas

as universidades têm problemas de financiamento, que estão ligados a problemas de imagem da universidade.

Para obter-se dinheiro para financiar o ensino universitário, é indispensável poder provar que ele serve para alguma coisa e, até mesmo, que é imprescindível.

Acontece que, nestes últimos anos, este é o aspecto questionado. Portanto, à crise interna da universidade — esta contínua necessidade de reformas que não se sabe muito bem como abordar e resolver — acresce-se um questionamento externo da universidade.

Em todos os países do mundo há pessoas que se perguntam se a universidade é útil. Bem, a primeira pergunta a ser feita é: — A Universidade justifica-se? Por que? E como ela pode continuar a se justificar e, conseqüentemente, a ser financiada pelo conjunto da sociedade?

É indispensável examinar o que dizem as críticas e expressá-las de forma radical para ver de que forma é possível responder a elas.

As críticas dirigidas ao conjunto das universidades no mundo inteiro podem ser resumidas em duas: a primeira é que a universidade é inadaptada. O ensino universitário, dizem, não está adaptado à vida contemporânea, isto é, a universidade não desempenha direito seu papel de formação, particularmente pelo fato de que os diplomas universitários não são suficientemente reconhecidos fora da universidade.

Dizem que o ensino universitário é ineficaz, que as pessoas que saem da universidade não são capazes de ocupar imediatamente um cargo e que é preciso oferecer-lhes um segundo ensino.

Então, muitas administrações, órgãos públicos e todo tipo de empresas colocam a seguinte pergunta:

— Não seria mais rentável dispensar a universidade e instituir o ensino dentro da empresa ou do exército, da marinha ou da companhia de aviação?

Isto, como vocês sabem, é algo que se desenvolve cada vez mais. Este ensino especializado no exército ou na empresa leva uma considerável vantagem, por saber a *quem* formar, de quem se tem necessidade e quais são os cargos a preencher. Pode-se, portanto, formar pessoas especialmente para estes cargos e, conseqüentemente, evitar-se completamente o problema do desemprego universitário.

Assim, vemos agora o desenvolvimento, em todos os países do mundo, de sistemas de ensino paralelo que podem, naturalmente, chegar a um alto nível.

Citei dois exemplos, do exército e das grandes companhias industriais. Todos os países do mundo não só oferecem ensino no exército, como também ensino superior ligado à pesquisa, que é mantida em segredo por motivos estratégicos. Assim, temos nas forças armadas e nas companhias privadas não só um ensino que chega, em certas áreas, a um nível comparável ao da universidade, como também uma pesquisa que pode ser pesquisa avançada.

Então, a primeira objeção à universidade é que ela é inadequada e a resposta à sua atual crise seria o desenvolvimento de escolas especializadas. A segunda objeção, ligada à primeira: a universidade é um mundo separado do resto da sociedade.

Pelo fato de estar separada é que é inadaptada, produzindo pessoas que não são adaptadas à sociedade contemporânea. Produz, portanto, uma sociedade ou uma subsociedade de inadaptados e descontentes. Assim, a universidade, tal como é, é ruim politicamente por ser um centro de agitação e, o que é mais grave, de desemprego universitário.

Portanto, os técnicos reprovam a universidade por ser ineficaz e inadaptada. Os políticos a reprovam por ser um lugar de distúrbios.

Bem, tentemos agora saber se a resposta, ou seja o desenvolvimento do ensino nas instituições, nas corporações separadas umas das outras, é a resposta adequada. Para isto, é preciso recorrer à história da Universidade.

Há hoje um desenvolvimento do ensino especializado nas companhias, nas forças armadas, nas instituições, quaisquer que sejam. Verifica-se imediatamente o defeito deste tipo de ensino: é que está tão adaptado à situação, que nos propõe uma imagem da sociedade realmente assustadora. Se sabemos exatamente qual é o número de instrumentos humanos necessário para que a máquina administrativa, industrial ou militar continue a funcionar, esta máquina não pode mais mudar. Vamos ajustar pessoas para colocá-las em postos totalmente pré-estabelecidos. Assim, o sistema de ensino atual pode propiciar satisfação num certo contexto político, mas culminará numa sociedade estreitamente conservadora, de corporações e castas, dispostas verticalmente umas ao lado das outras.

Podemos pegar como exemplo o Japão. As grandes companhias japonesas consideram-se formas de sociedade completa, herdeiras da organização feudal japonesa. Um jovem japonês, ao entrar numa companhia, será educado no seu interior, percorrendo seu caminho sem sair mais. Mesmo seu lazer desenvolve-se dentro da companhia, onde ele tem clubes esportivos, por exemplo. Se ele viajar nas férias, vai sair com um grupo de turistas da companhia, que tem seus ônibus, seus *charters*, e é uma delegação da companhia que vai visitar o Monte Saint-Michel na França. Vê-se, assim, uma sociedade compartimentada em colunas, onde há uma carreira administrativa em cada uma e é quase impossível haver uma comunicação entre elas. É um sistema de castas que não estão superpostas em camadas horizontais, mas verticais.

Temos exemplos de sociedade deste tipo se examinarmos a História. Há muitas sociedades estratificadas horizontalmente, havendo dificuldade de passar de uma camada para outra, assim como há sociedades estratificadas verticalmente com a mesma dificuldade de passar de uma coluna a outra. A sociedade européia da Idade Média era estratificada verticalmente. As corporações eram cuidadosamente agenciadas e cada área desenvolvia uma carreira e um ensino. Na Europa Medieval podemos opor dois tipos de ensino — o ensino de corporação, dentro de uma parte bem determinada da sociedade, como por exemplo a corporação dos marceneiros. O filho do marceneiro, inicialmente, será aprendiz, até realizar alguma obra para subir na escala de sua hierarquia e ser considerado um marceneiro. O mesmo ocorria com os ferreiros. Cada técnica comportava um ensino interno e mesmo na organização mais geral da sociedade havia uma classe com ensino interno, a nobreza, que aprendia a arte marcial dentro dos castelos, exatamente como se aprendia a ser ferreiro nas forjas.

A Igreja era a única instituição que se esforçava por unificar o ensino e que postulava a universidade como um lugar onde os diferentes conhecimentos se encontravam. Foi a Igreja quem fundou a universidade medieval e o nome Universidade indica que se trata de um estabelecimento no qual, por um certo tempo, vai-se lutar contra a especialização. Os primeiros anos do ensino universitário eram comuns a todas as faculdades, chamando-se colégio. Procurava-se, antes de mais nada, o elo que permitisse a realização dos estudos chamados liberais, em oposição aos mecânicos.

Pois bem, foi o estudo da língua latina e das áreas ligadas a ela que propiciou os estudos liberais. Assim, a universidade medieval pôde relacionar um certo número de conhecimentos da socieda-

de, provocando nela uma transformação profunda, despertando e desenvolvendo a burguesia, ligada ao sucesso da universidade. Portanto, podemos dizer que todas as sociedades atuais, com todos os seus problemas, são o resultado da universidade medieval e sua evolução.

Na origem da universidade, havia algo que se opunha a esta evolução que vemos hoje, e é preciso, para responder às críticas dos especialistas, que a universidade seja capaz de conservar o papel que teve na sua origem. É preciso que ela seja capaz de reencontrar este papel de aproximadora de conhecimentos. Mas a questão que se coloca é que a universidade não pode se contentar em continuar sendo ela mesma, em se reformar segundo sua própria tradição. As críticas que se multiplicam ao seu redor vêm do fato de que o desenvolvimento da pesquisa ocorre atualmente, cada vez mais, fora da universidade, provocando consideráveis inconvenientes, por ser feita sob o manto do segredo e da rivalidade, afastando-se do ensino geral que permitiria que a população fosse beneficiada pelas pesquisas e descobertas feitas em certas áreas especializadas.

A pesquisa nas diferentes forças armadas do mundo é feita, necessariamente, em segredo, o que provoca a espionagem, pois os diferentes países vão tentar saber o que foi descoberto pelos outros. Este segredo ligado à pesquisa militar, evidentemente, leva à guerra. A partir do momento em que o segredo é descoberto, o perigo de guerra diminui. Assim, se a espionagem pudesse ser feita por todos nós e não pelas forças armadas, teríamos a paz. Da mesma forma que o segredo militar culmina com a guerra, o segredo industrial culmina com crises econômicas. Todas as grandes companhias desenvolvem pesquisas técnicas, rodeadas de um segredo tão grande quanto as militares. Nas grandes companhias, automobilísticas, elétricas, elas são desenvolvidas numa espécie de prisão e só se pode entrar num laboratório com dez autorizações — pois uma só não basta. Algumas vezes esses laboratórios são tão fechados que o pesquisador vive trancado dentro da “cidade da pesquisa” Por este motivo, a espionagem industrial desenvolveu-se nos últimos anos, podendo-se comparar suas técnicas às militares. Isto se reflete na literatura policial e nos seriados de televisão, onde a espionagem industrial tornou-se uma séria concorrente da militar. Este segredo impede que soluções já testadas para melhorar um determinado número de técnicas sejam utilizadas pelo público. Trata-se, antes de mais nada, de competir e vencer outras companhias.

A grande objeção colocada pelos especialistas à universidade é que ela, além de não ser adaptada, não tem um nível suficiente-

mente elevado. Os pesquisadores das companhias e das forças armadas acham que a universidade não é capaz de formar direito os pesquisadores de que necessita, agravando esse processo.

À medida que se confisca o resultado das pesquisas, ele não pode ser introduzido no ensino. Portanto, num ensino que possa unir as diferentes partes da sociedade, a universidade é pressionada cada vez mais a assumir seu papel que não é só de ensino, mas de pesquisa: tão importante no desenvolvimento de instituições de pesquisa que poderá persuadir as companhias e o governo de que ela é mais eficaz que a própria pesquisa especializada.

Uma das soluções essenciais aos atuais problemas da universidade é o desenvolvimento da pesquisa. Futuramente, somente ela é que terá suas unidades de pesquisas personalizadas, podendo então pedir o financiamento necessário às companhias ou ao Estado, funcionando cada vez mais como as companhias privadas.

O segundo ponto fundamental, instaurada a pesquisa: é imprescindível que a universidade mostre sua superioridade em determinada área de pesquisa e contra qualquer ensino especializado, interno a uma corporação industrial ou governamental (incluindo-se nessa categoria a militar).

Portanto, a universidade se distinguirá como local de encontro e de comunicação, devendo entender que ela é, antes de mais nada, um local de ensino de língua e literatura, o que se choca com a atual maneira de pensar

A Universidade da Idade Média começava com o ensino do latim, língua universal da pesquisa e do conhecimento superior. As línguas populares que a sucederam tentaram substituí-la, como aconteceu, por exemplo, com o francês. Na minha juventude, ainda, era difícil para um jovem francês aprender uma língua estrangeira, pois não se acreditava nas línguas estrangeiras. Mesmo os professores de inglês e espanhol não acreditavam realmente que fosse importante para um francês saber espanhol ou inglês. Ouvi mil vezes as pessoas me dizerem:

— Mas não é preciso aprender a língua de um outro país, seria um desserviço à gente desse país. E o francês é a língua mais bonita, mais clara e melhor do mundo. Há ainda pessoas que falam holandês, russo, etc. Mas isso não pode continuar; são os holandeses e os russos que devem aprender francês. Isto é, se fôssemos a um país estrangeiro e tivéssemos a franqueza de falar em inglês com os ingleses, seria ruim para eles, pois são eles que devem aprender o francês.

Passei uma boa parte da minha vida difundindo a língua francesa, mas hoje começa-se a perceber, na França, que é até útil saber um pouco de inglês; particularmente no campo da pesquisa está se tornando importante. Mas, nos Estados Unidos, temos uma situação compatível, isto é, as pessoas que lá chegaram, falavam italiano, espanhol, chinês e foram obrigadas a aprender o inglês. E dizem: — Pois bem, já que fomos obrigados a aprender o inglês e agora estamos indo bem, é preciso que os outros passem pelo mesmo e aprendam também.

Todavia, freqüentemente, encontramos pessoas nos Estados Unidos que dizem ser inútil o ensino de línguas estrangeiras. Antigamente havia um ótimo ensino de línguas, mas durante a presidência de Richard Nixon a maioria das universidades diminuiu consideravelmente esse ensino, pois Nixon era o representante dessa parte dos Estados Unidos que achava inútil o aprendizado de línguas; os outros é que deviam aprender o inglês. E hoje podemos dizer que o inglês é, em parte, a língua universal, mas não a mais falada no mundo, contrariamente ao que pensam os ingleses e americanos: é o chinês. E talvez os chineses tenham a idéia de que todo mundo deva aprender o chinês, e espero que muitos aprendam, mas acho que essas experiências mostram que é inútil procurar hoje uma língua universal, que é absolutamente indispensável saber várias línguas e que as universidades devem desenvolver o ensino de línguas, e que só assim poderão continuar a desempenhar seu papel.

Desenvolver o ensino de línguas, significa desenvolver o ensino da literatura. Nos ensinamentos especializados há o ensino de línguas, particularmente do inglês, tanto nas forças armadas quanto nas grandes companhias. Mas é um inglês que reduz à especialização que se faz. Não chega nem a ser um inglês básico, mas apenas um básico orientado. Conseqüentemente, em vez de aprender realmente o inglês, aprende-se uma língua artificial que permite a discussão de, apenas, determinados assuntos. Assim, este ensino fecha mais ainda a sociedade, aumentando as fronteiras entre as nações. Torna-se eficaz na medida em que conserva as estruturas atuais da sociedade em geral, mas, em vez de facilitar a comunicação, torna-a cada vez mais difícil.

Acho isso totalmente errado, pois o que acontece em muitos locais de pesquisa internacional é o seguinte: os pesquisadores — que vêm de todos os países — sabem apenas a mínimo necessário de inglês para poderem continuar suas pesquisas. Existe uma diferença entre a língua materna e o inglês aprendido, pois assim

que surge um problema, aquele que sabe inglês é reconhecido como autoridade, é quem tem sempre razão. Portanto, o conhecimento puramente prático da língua, mesmo em áreas muito especializadas, é insuficiente, pois aquele que conhece verdadeiramente a língua vai acabar tendo a última palavra, vai poder dizer a um outro, numa discussão: — Sim, claro, mas você não sabe que em inglês esta palavra, na verdade, quer dizer isto, que se você quiser dizer o que tentou dizer, deveria ter usado tal palavra, etc. — E a autoridade lingüística é, então, aquela que decide em última instância.

Só há um meio para se escapar do inglês ou francês especializado: é o estudo da literatura, que é a chave de um ensino superior de línguas. Para se chegar a um conhecimento profundo da língua é indispensável estudar os modelos reconhecidos desta língua ou seja, os grandes textos literários que a formaram, assim como os grandes textos de exploração atual da língua.

Quando o ensino universitário estava em crise, no século XVI, como lhe acontece de vez em quando, surgiram problemas na interpretação dos textos sagrados. Tinha-se o hábito de ler os textos em latim, com a tradução de São Jerônimo, mas alguns problemas teológicos aparecendo cada vez mais, pensou-se que talvez fosse melhor consultar o original, em grego. Levando-se em conta que se tratava de uma renovação na pesquisa, na universidade, houve necessidade de garantir melhor o conhecimento do latim para se chegar ao grego. Foi isto que suscitou o estudo sistemático, entre certos jovens, dos grandes autores clássicos do latim. Quando havia uma palavra da Bíblia que provocava controvérsia, tornou-se obrigatório consultar os grandes autores clássicos — Cícero, César, Virgílio, etc. Esta transformação foi tamanha que provocou um movimento enorme chamado Renascimento e o desmoronamento da Igreja Clássica chamado Reforma.

Como vêm, para resolver problemas de especialistas, questões técnicas, chegou-se à conclusão de que se devia estudar a literatura latina. Após um esquecimento de vários séculos, preencheu-se esta lacuna, provocando uma revolução cultural absolutamente gigantesca.

O mesmo ocorre hoje. Se não quisermos ser escravos lingüísticos daqueles cujas línguas adotamos para determinadas técnicas, é indispensável que conheçamos a literatura dessas línguas. E para podermos impor o conhecimento verdadeiro e profundo de nossas línguas, é indispensável conhecer a literatura de nossas línguas.

Entretanto, verificou-se nestes últimos anos uma evolução lamentável na nossa universidade, dando-se mais ênfase às Ciências,

em detrimento das Letras, o que é uma tendência suicida. Se o equilíbrio entre Letras e Ciências não for conservado, as universidades não poderão mais subsistir frente às empresas de ensino especializado, que são, na maior parte, privadas.

Esta distinção entre público e privado não se coloca da mesma maneira que antigamente. No século XIX havia nacionalidade com fronteiras, para todos, propiciando uma organização unificadora em cada nação, em geral ao redor da capital, diferenciando-a da província; como Buenos Aires, por exemplo, onde mais da metade da população está concentrada. Mas hoje esta época está ultrapassada. Foi uma mudança tão fundamental que nossas instituições ainda não se deram conta do fato. Vocês sabem que as grandes companhias industriais ultrapassaram este esquema de nacionalidade. O automóvel nacional do Peru é da Volkswagen, de origem alemã, que tem hoje fábrica em inúmeros países. É o que chamamos de multinacional. Para ela, não existem fronteiras, e nossas fronteiras oficiais, mesmo quando são guardadas por muros terríveis, são superadas hoje pelos meios de comunicação.

Há alguns anos fui à Checoslováquia e estive em Praga, onde me disseram:

— Você precisa ir a Bratislava, porque é uma cidade onde há uma atmosfera totalmente peculiar.

Eu perguntei:

— Bem, e o que acontece em Bratislava? Qual é a sua peculiaridade?

— Ah, você vai ver. É uma cidade mais arejada que as outras da Checoslováquia. As pessoas estão mais a par das coisas.

Não me explicaram mais nada. Fui então a Bratislava e vi antenas de televisão em todos os tetos das casas. É que Bratislava fica perto de Viena, na Áustria, e entre elas há uma fronteira terrível dos dois blocos. Mas Bratislava fica no horizonte das emisoras de televisão de Viena e, através dela, as pessoas podem assistir aos programas austríacos, alemães, americanos, etc., transmitidos de Viena. É o único lugar dos países do Leste, ou quase, onde acontece esse fenômeno. As imagens de televisão passam por cima dos tanques e das metralhadoras. É claro que isto vai ocorrer cada vez mais e para melhor aproveitamento das imagens será útil conhecer a língua.

Então, a universidade deve tomar consciência cada vez mais de seu papel de instituidora da linguagem, e deve, por isso, multi-

plicar o ensino de línguas e literatura. Como não é possível ensinar todas as línguas em todos os lugares, é indispensável que a universidade se diferencie, que ela se relacione com universidades de outros países, ultrapasse as fronteiras nacionais que ainda hoje existem. Por isso a viagem é uma atividade fundamental da universidade. Em alguns países atrasados, pergunta-se absurdamente algumas vezes aos professores universitários:

— Que necessidade têm de viajar? Temos uma universidade do mesmo nível das outras!

Para que o nível de duas universidades possa se elevar, é necessário estabelecer contatos pessoais. Na Idade Média, o professor viajava de uma forma que é assombrosa para nós, levando-se em conta as dificuldades que representavam as viagens na época. Mas Erasmo, por exemplo, viajou muito. Os grandes professores da Idade Média e do Renascimento passavam a vida viajando, o que era importantíssimo. Pois bem, hoje é necessário para um professor viajar. Se me pedissem sugestões precisas para uma universidade futura, eu diria que uma pessoa não deveria ser nomeada professor numa universidade se não tivesse viajado por diversos países. Sempre se deve fazer estágios em diferentes países, para relacionar as diferentes universidades e aumentar a variedade, que não é para a especialização, mas, ao contrário, para tornar as comunicações mais fáceis e rápidas.

A idéia medieval de universidade deve ser substituída hoje pelo que poderíamos chamar de multiversidade, isto é, uma organização na qual as diferenças sejam acentuadas e não apenas toleradas. Assim, em vez de correr atrás do sonho de uma língua universal do saber, é necessário ensinar e estudar o maior número de línguas possível. Por isso é preciso que as universidades se organizem numa espécie de esfera geral da pesquisa lingüística, onde todas as línguas sejam estudadas, tanto as mais faladas quanto as menos faladas, porque elas representam um valor de cultura e de humanidade.

No próximo século vai ser tão importante aprender o estoniano quanto o castelhano, por exemplo. Citei o castelhano porque me lembrei de um fato ocorrido durante minha participação nos trabalhos do Abril Literário Internacional, na Espanha. Havia gente proveniente da Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, países escandinavos, Itália, França, e os espanhóis, que eram os anfitriões. Um dia, a Espanha propôs, como candidato ao prêmio internacional, um escritor catalão. Durante as discussões, alguém disse:

— Um escritor catalão? Mas não, não podemos consagrar a obra de um autor de uma língua provinciana. É preciso que seja de uma língua importante!

Então, um dos escritores catalães que estava lá, não gostou e disse ao representante da Dinamarca:

— Mas será que o senhor percebe o que acaba de dizer? Existem cinco vezes mais pessoas que falam e escrevem catalão do que as que conhecem dinamarquês! Pelo fato de pertencer a um país independente, está achando que as línguas não-oficiais não existem?

E, claro, concluiu-se que o problema não estava aí. Assim, como vêm, pesquisas, diferenciações, idéias de uma multiversidade, multinacional e multilingüística só podem partir da universidade como ponto de encontro de diferentes partes da sociedade e nações do mundo. É o relacionamento da própria universidade com o resto da sociedade.

A pesquisa e o ensino só podem realizar-se num certo lazer. É preciso, portanto, tomar distância. Por isto os *campi* universitários são, freqüentemente, afastados do centro da cidade. A mudança da Universidade de São Paulo é um exemplo desta tomada de distância, que é necessária; mas é preciso também conservar sempre as aberturas entre ela e a cidade.

Eu disse que a universidade não era um mero instrumento de ensino, transmissor de conhecimentos já adquiridos. Ela é um instrumento de pesquisas, de descobertas e de novos conhecimentos. A ligação entre ambos está cada vez mais estreita, o que torna menos absoluta a diferença entre ensino e vida ativa.

Antigamente, nas universidades e no ensino em geral havia, de um lado, os estudantes que ouviam, que aprendiam e, do outro, o mestre, o professor, que sabia e que dispensava conhecimento. A diferença entre os dois era absoluta. Mas, na medida em que se desenvolve a pesquisa, o professor deve sempre se considerar como um estudante, tendo novas coisas para aprender; e, se quisermos colocar em comunicação os diferentes conhecimentos, todo professor será sempre um estudante em relação aos outros professores, os quais poderão ser seus alunos.

Assim, a relação de ensino é uma relação que não deve ser de mão única, deve generalizar-se em todos os sentidos; e só se chega a este resultado não saindo da universidade, já que hoje nunca terminamos de estudar. Se passamos pela universidade, sem-

pre mantemos uma ligação com ela. Assim sendo, o problema da relação com a sociedade deve ser colocado em termos completamente diferentes. É preciso considerar a sociedade inteira como instrumento de ensino e pesquisa e a universidade, ou as diversas instituições a ela ligadas, como o lugar de concentração daquilo que deve acontecer na sociedade. Isto é, é a sociedade que deve estar no interior da universidade, e a partir desse momento os problemas se resolverão.

Portanto, refletir sobre a reforma da universidade implica em refletir sobre a reforma da sociedade, pois a universidade que tivermos depende da sociedade que quisermos. Se quisermos uma sociedade completamente conservadora, já sabemos qual é a solução. Se quisermos outra solução, outra sociedade, então é indispensável reformarmos nossa universidade. Portanto, a reforma da universidade está ligada à reforma da sociedade. Mas há um aspecto essencial: quando o percebermos, a reflexão sobre a própria sociedade se transformará.

Toda a grande reflexão política do século XIX, sobre a qual os diferentes governos se baseiam ainda hoje, mantém o mesmo preconceito: o ensino europeu clássico é que era o bom, não deveria ser alterado, não havendo necessidade de revoluções culturais; que o ensino após as reformas napoleônicas — ensino ligado às nações — era considerado por todos os grandes teóricos, como Proudhon, Marx e outros, como um ensino que se desenvolvia por si só. Todavia, hoje é indispensável renovar profundamente a reflexão política inteira e renová-la a partir desta ligação estreita entre formas da sociedade e formas da universidade.

Pois bem, eu lhes desejo sinceramente que venham a preparar uma boa universidade no interior de uma boa sociedade, ou se preferirem, uma boa sociedade no interior de uma boa universidade, mas acho que esta fórmula é suficiente para avaliar as dificuldades que, provavelmente, irão encontrar

Esta Revista destina-se a publicar trabalhos de professores dos Departamentos de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP Terá, outrossim, suas páginas abertas a colaborações de ex-professores e colegas de outros departamentos, a professores estrangeiros, desde que pertinentes ao campo da língua e da literatura;

As colaborações, que devem ser inéditas, serão publicadas na língua original, desde que em português, espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão;

A *Comissão de Redação* reserva-se o direito de, se necessário, rever as colaborações a fim de enquadrá-las,

nas normas ortográficas, bibliográficas e tipográficas adotadas por esta publicação;

Serão da responsabilidade científica e doutrinária dos seus autores os conceitos e juízos emitidos em suas colaborações — artigos ou resenhas;

A publicação de colaborações não solicitadas estará sujeita à aprovação da *Comissão* e à disponibilidade de espaço na Revista;

À *Comissão de Redação* cabe o direito de recusar qualquer colaboração que julgue inoportuna ou incondizente com o espírito da Revista.

Toda correspondência deverá ser dirigida à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com menção específica de *Língua e Literatura* — Caixa Postal 8.105 — São Paulo — Brasil.



Seção Gráfica

U Faculdade de Filosofia,
S Letras e
P Ciências Humanas

